



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS**

PAULA FERNANDA CARVALHO DE GODOI

**MIGRAÇÃO E TRABALHO DOMÉSTICO NUMA CIDADE MÉDIA NO INTERIOR
DA AMAZÔNIA LEGAL: ARAGUAÍNA-TO**

**ARAGUAÍNA-TO
2021**

PAULA FERNANDA CARVALHO DE GODOI

**MIGRAÇÃO E TRABALHO DOMÉSTICO NUMA CIDADE MÉDIA NO INTERIOR
DA AMAZÔNIA LEGAL: ARAGUAÍNA-TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho

**ARAGUAÍNA-TO
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

G588m Godoi, Paula Fernanda Carvalho de.

Migração e trabalho doméstico numa cidade média no interior da
amazônia legal: : Araguaína-TO. / Paula Fernanda Carvalho de Godoi. –
Araguaína, TO, 2021.

95 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)
em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2021.

Orientador: Miguel Pacífico Filho

Coorientadora : Franci Gomes Cardoso

1. Araguaína-TO.. 2. Migrações. 3. Trabalho doméstico. 4. Cidades
médias. I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

PAULA FERNANDA CARVALHO DE GODOI

MIGRAÇÃO E TRABALHO DOMÉSTICO NUMA CIDADE MÉDIA NO
INTERIOR DA AMAZÔNIA LEGAL: ARAGUAÍNA – TO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho

Data de aprovação: 27/07/2021

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **MIGUEL PACIFICO FILHO**
Data: 15/02/2024 10:33:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho – Orientador, UFT

Documento assinado digitalmente
 **MIGUEL PACIFICO FILHO**
Data: 15/02/2024 10:35:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Wallace Rodrigues – Examinador interno, UFT

Documento assinado digitalmente
 **MIGUEL PACIFICO FILHO**
Data: 15/02/2024 10:36:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Franci Gomes Cardoso – Examinadora externa, UFMA

Dedico esta dissertação a todos os
trabalhadores migrantes que sonham com
uma sociedade mais justa, mais inclusiva,
mais humana e menos capital.

“O capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva, em que se desenham algumas de suas tendências que têm afetado fortemente o mundo do trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 225).

Agradecimentos

Ao longo da vida, acumulamos e modificamos várias teorias internas que nos norteiam, mas sempre acreditei que todos os méritos que alcançamos são sempre por meio de trabalho coletivo e nunca individual. Por essa razão, não considero a conclusão desta dissertação uma vitória solitária e egocêntrica. Orgulho-me em dizer que ao longo do percurso tive muito apoio e muita ajuda das pessoas que estiveram ao meu redor, e cada um, de sua maneira, contribuiu para a realização deste trabalho.

Agradeço a Deus, por ser meu porto seguro, por me permitir chegar à conclusão desta dissertação. A Ele toda a honra e toda a glória.

Ao meu orientador, Doutor Miguel Pacífico Filho. Sou imensamente grata pelo tempo, pela dedicação e principalmente pela paciência que teve ao me ensinar cada passo de minha pesquisa. Nunca me esquecerei de seus ensinamentos e, sempre que tiver a oportunidade, espelhar-me-ei neles para orientar aqueles que cruzarem meu caminho, baseando-me sempre no respeito ao próximo e no otimismo.

Às trabalhadoras domésticas que dispensaram a mim a atenção necessária para a realização dessa pesquisa, trabalhadoras que sempre me receberam com um sorriso no rosto e, ao responderem às minhas perguntas, ajudaram-me a construir este trabalho e me proporcionaram uma ampla visão sobre as ruínas do sistema capitalista.

Em caráter mais que especial, agradeço à minha mãe, Janeide Carvalho dos Santos, mulher simples que criou suas duas filhas com muitas dificuldades, mas sempre nos ensinando o caminho correto a seguir e, principalmente, por fazer o possível e o impossível para que tivéssemos acesso à educação. Sua colaboração na fase final desta pesquisa foi de extremo valor; eu nunca poderei agradecer o suficiente. Eu a amo infinitamente.

À minha irmã, Wanessa, que mesmo de longe se fez tão presente, sendo minha rede de apoio e motivação. A você todo o meu amor e companheirismo.

Ao pai que a vida me deu de presente, José Alves Barbosa Junior, meu fiel amigo que sempre apoiou meus estudos, sempre me estendeu a mão e que infelizmente nos deixou durante a execução deste mestrado. Mas sei que está olhando por mim e um dia poderemos dar aquele abraço novamente. Sempre irei amá-lo.

Aos meus sogros, Ezio Antônio e Sueli Rosa, que me ajudaram em cada etapa do mestrado, que cuidaram dos meus filhos sempre que precisei sendo avós impecáveis, sempre me incentivado a continuar.

Ao meu esposo, Wesley Fernandes. Meu amor, seu companheirismo, seu incentivo e seu apoio foram fundamentais para que ao longo do trajeto eu me sentisse segura para ir em

frente; obrigada por estar sempre ao meu lado compartilhando todos os momentos. Eu o amo.

Aos meus três filhos, João Gabriel, Pedro Miguel e Emanuela Rosa, por serem meu combustível diário, por sempre me lembrarem por qual motivo eu nunca poderia pensar em desistir. Vocês me fazem olhar para o que realmente importa nesta jornada da vida, trazem à tona meu lado mais humano. Meu amor por vocês é incondicional.

E, por fim, agradeço imensamente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido a esta pesquisa.

Resumo

Consideramos os recentes movimentos de migração interna no Brasil, notadamente estimulados pela expansão da fronteira minero-agrícola na Amazônia Legal, para problematizar os processos de filiação e desfiliação social de mulheres migrantes inseridas no mercado de trabalho doméstico em uma cidade média, Araguaína-TO. Elaboramos a seguinte hipótese: os processos migratórios trazem como uma de suas variáveis o deslocamento de mão de obra pouco qualificada para centros urbanos que apresentam maior dinamismo econômico. Tal movimento acarreta inserção social precária e leva as trabalhadoras domésticas a ocupar setores de moradia desprivilegiados pelo poder público e com reduzido acesso aos equipamentos urbanos. Para verificar nossa hipótese, constituímos os seguintes objetivos: identificar a origem e os motivos da migração das trabalhadoras domésticas para uma cidade média, Araguaína-TO; identificar o perfil de mulheres migrantes trabalhadoras domésticas a partir das variáveis: idade, etnia, escolarização, local de moradia; identificar e analisar o modo como a vulnerabilidade social dessas mulheres estrutura sua desfiliação social. Nosso trabalho parte da perspectiva do método dialético apoiado na perspectiva teórica dos movimentos de atração e repulsão, *push-pull*, e se estrutura como qualitativo a partir da realização de entrevista com dezoito trabalhadoras domésticas no município de Araguaína. O critério para seleção das entrevistadas seguiu o princípio da solidariedade social, a partir do qual uma das entrevistadas nos indicou outras trabalhadoras de mesmo perfil. Essa dinâmica é discutida na literatura como bola de neve; a saturação foi o critério para mensuração do número de entrevistadas. As entrevistas foram analisadas sob a perspectiva da análise de conteúdo com suporte do software webQDA. Constatamos que, em sua significativa maioria, são mulheres pardas, beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes em setores periféricos, escolarizadas sobretudo até o ensino fundamental incompleto e médio completo. Concluimos que a inserção no mercado de trabalho ocorre de maneira precária, os locais de origem confirmam a proposição teórica como lugares de expulsão com menores dinamicidade social e econômica e os locais de residência na cidade destino são invariavelmente distantes dos equipamentos urbanos de lazer.

Palavras-chaves: Araguaína-TO. Migrações. Trabalho doméstico. Cidades médias.

Abstract

We consider the recent movements of internal migration in Brazil, notably stimulated by the expansion of the mineral-agricultural frontier in the legal Amazon, to problematize the processes of social affiliation and disaffiliation of migrant women inserted in the domestic labor market in a medium-sized city, Araguaína – TO. We elaborated the following hypothesis: migration processes bring as one of their variables the displacement of low-skilled labor to urban centers that have greater economic dynamism, such a movement leads to precarious social insertion and leads domestic workers to occupy housing sectors underprivileged by power public and with limited access to urban facilities. To verify our hypothesis, we constituted the following objectives: to identify the origin and reasons for the migration of domestic workers to a medium-sized city, Araguaína -TO; identify the profile of female migrant domestic workers based on the variables: age, ethnicity, education, place of residence; identify and analyze how the social vulnerability of these women structures their social disaffiliation. Our work starts from the perspective of the dialectical method supported by the theoretical perspective of movements of attraction and repulsion, push – pull; and it is structured as qualitative based on an interview with eighteen domestic workers in the municipality of Araguaína. The criteria for selecting the interviewees followed the principle of social solidarity, in which one of the interviewees indicated other workers with the same profile, such dynamics are discussed in the literature as a snowball; saturation was the criterion for measuring the number of respondents. The interviews were handled from the perspective of content analysis with the support of the webQDA software and we found that most of them are brown women, beneficiaries of the Bolsa Família Program, residing in peripheral sectors, mostly educated up to incomplete elementary and high school. We conclude that entry into the labor market occurs precariously, places of origin confirm the theoretical proposition as places of expulsion with less social and economic dynamism, and places of residence in the destination city are invariably far from urban leisure facilities.

Keywords: Araguaína – TO. Migrations. Housework. Medium cities.

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Araguaína na Amazônia Legal e os corredores rodoviários	24
Gráfico 1 – População residente em Araguaína, 1970-2020.....	32
Quadro 1 – Educação, serviços e fluxo de capital em Araguaína.....	35
Gráfico 2 – Mercado de trabalho em Araguaína, 2000- 2020.....	38
Gráfico 3 – Trabalho informal no Estado do Tocantins, 2014- 2017.....	38
Quadro 2 – Categoria de análise 1.....	62
Quadro 3 – Categoria de análise 2.....	63
Quadro 4 – Categoria de análise 3.....	63
Quadro 5 – Perfil das entrevistadas.....	65
Quadro 6 – Escolaridade e renda.....	65
Figura 2 – Municípios de origem das trabalhadoras domésticas.....	67
Quadro 7 – Indicadores sociais: Araguaína e os municípios de origem.....	68
Figura 3 – Deslocamentos intraurbanos.....	69
Quadro 8 – Meio de locomoção.....	70
Quadro 9 – Idade e tempo de trabalho.....	70
Gráfico 4 – Repetição de palavras nas entrevistas.....	72
Figura 4 – Nuvem de palavras para estruturação de categorias.....	73
Figura 5 – Árvore de códigos.....	74

Lista de tabelas

Tabela 1 – Crescimento demográfico nas cidades médias da Amazônia Legal em comparação com o Brasil.....	29
---	----

Sumário

1 Introdução	13
2 Planos Nacionais de Desenvolvimento: Crescimentos Econômico e Demográfico	22
2.1 Cidades médias: urbanização na Amazônia Legal e em Araguaína-TO	28
3 Trabalho e Migrações em Araguaína-TO	37
3.1 Migrações: aspectos macro e microsociológicos	39
3.2 Filiação e desfiliação: a centralidade do trabalho para as discussões da contemporaneidade	42
3.3 Trabalho e divisão sexual	49
3.4 Trabalho doméstico: revisão da literatura	52
4 Migrações para o Município de Araguaína-TO e o Processo de Desfiliação Social	59
5 Considerações Finais	90
Referências	94
Anexo	103

1 Introdução

Dedicamo-nos a analisar processos migratórios de determinado perfil social que tem como destino uma cidade média no interior da Amazônia Legal, Araguaína-TO, buscando entender de que forma se estruturam dinâmicas regionais a partir dos processos de filiação e desfiliação social de mulheres migrantes inseridas no mercado de trabalho. Para delimitar nossa pesquisa, elegemos como recorte um grupo de trabalhadoras domésticas migrantes residentes na cidade supracitada.

É válido mencionar que nosso interesse pela observação da dinâmica de integração de mulheres migrantes no mercado de trabalho doméstico surgiu após algumas experiências profissionais na seara do Direito Trabalhista. Durante tais atuações, presenciamos demandas que solicitavam direitos ao Poder Judiciário na cidade média de Araguaína-TO. Por meio de tal experiência, pudemos observar que a prática de negligenciar o trabalho doméstico é comum e que apenas a minoria dos casos chega até a Justiça.

Sempre adotamos um comportamento crítico quanto a essa dinâmica, não somente pelo que aprendemos ao longo dos anos na graduação em Direito, mas pelo fato de minha mãe ter vivenciado o processo em que essas trabalhadoras estão inseridas. Minha avó foi mãe de onze filhos, e alguns deles nasceram na cidade de Miranorte-TO. Minha mãe sempre relata que a sobrevivência era muito difícil, e todos os onze filhos começaram a trabalhar muito cedo. Com apenas nove anos de idade, ela já trabalhava como babá e, com o passar dos anos, tornou-se trabalhadora doméstica, até aprender a profissão de costureira e, posteriormente, aperfeiçoando-se em corte e costura.

Dessa forma, esta pesquisa não serviu somente para observar determinado grupo de mulheres migrantes no município de Araguaína-TO, mas também nos fez compreender as razões pelas quais minha mãe sempre nos conduziu pelo caminho do conhecimento, possibilitando que nos tornássemos a primeira integrante da família a possuir um diploma de curso superior. Assim, ao migrar de Goiânia-GO para a cidade de Araguaína-TO, no ano de 2017, atuando como advogada, deparamo-nos com as significativas questões relativas à inserção de mulheres migrantes no mercado de trabalho doméstico. Ao conhecermos o Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, entendemos que seria possível transformar nossa percepção construída durante o exercício profissional em uma pesquisa científica. Com base nos estudos realizados, pudemos compreender nosso universo de pesquisa, compreender como a cidade de Araguaína-TO se constitui uma cidade média que exerce

influência em todo o seu entorno, um polo de atração para os processos migratórios, e a dinâmica de inclusão das trabalhadoras domésticas ao mercado de trabalho.

A cidade de Araguaína-TO possui localização estratégica no norte do Estado do Tocantins e é discutida na literatura sob diversos escopos, tais como a questão rodoviária (Santos, 2017), as cidades médias (Sodré; Ramires, 2017), as políticas de moradia (Vasconcelos Filho, 2013), o desenvolvimento regional e as desigualdades resultantes desse processo (Pacífico Filho *et al.*, 2020) e a urbanização a partir da migração (Antero, 2016); classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) como capital regional C (REGIC, 2018).

Considerando o contexto brevemente apresentado, a dissertação tem início com as discussões do capítulo I, que versa sobre as políticas nacionais de desenvolvimento referenciando-se nos Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II, bem como no movimento separatista do Estado do Tocantins e suas respectivas contribuições para os processos de desenvolvimento econômico do município de Araguaína, fazendo com que, em meio século, essa se tornasse uma cidade média receptora de migrantes. Assim, Araguaína passou a fornecer bens e serviços não só ao seu próprio espaço, mas também para as cidades circunvizinhas, passando a exercer a função de cidade média, de acordo com Sposito (2001 *apud* Lima; Peixoto, 2018, p. 19, destaques no original):

a integração, pensada como uma ‘missão’ dada a estas cidades, paulatinamente, foi também adicionada de um papel funcional de intermediação na dinâmica econômica regional, operando como centros importantes nas redes de circulação de bens e serviços, uma vez que estão localizados nas posições intermediárias da rede urbana, estabelecendo relações entre as cidades de maior e menor porte.

O capítulo II, discutirá os movimentos migratórios que ocorrem para a cidade de Araguaína e que compreendemos, por meio de teorias migratórias, como o modelo *push-pull*, ou, como também é conhecido, pontos de atração e repulsão, conforme demonstrado por Peixoto (2004). Tal perspectiva teórica afirma que, em muitos casos, os locais de origem dos migrantes possuem muitos pontos de repulsão, que estariam ligados à ausência de desenvolvimento socioeconômico. Já outras regiões apresentam pontos de atração, ou seja, oferecem infraestrutura, escolas, ofertas de trabalho, melhor qualidade de vida, que atraem um contingente migratório.

Ao migrarem, os indivíduos procuram um meio de se inserir na nova realidade social por se encontrarem em um lugar diferente, com culturas diferentes em muitos casos, esse processo migratório não é fruto de uma escolha livre, mas de uma decisão baseada em suas necessidades de sobrevivência. Com esse mesmo entendimento, Peixoto (2004, p. 05) informa:

No centro dos processos migratórios, se encontra a decisão de um agente racional que, na posse de informação sobre as características relativas das regiões A e B, e de dados contextuais respeitantes à sua situação individual e grupal, se decide pela permanência ou pela migração.

E o principal meio de conseguirem essa inserção é filiando-se ao mercado de trabalho; contudo, essa filiação nem sempre ocorre da forma parametrizada pela legislação trabalhista. Isso porque o mercado capitalista exige que o migrante possua atributos profissionais aos quais, em muitos casos, nunca teve acesso, como o ensino médio completo ou até mesmo uma graduação. É a partir desse ponto que nossa pesquisa busca compreender a vulnerabilidade na inserção de mulheres migrantes no mercado de trabalho doméstico.

Nesse contexto, o trabalho doméstico é uma das categorias de trabalho mais antigas da história humana, sendo a sua competência atribuída às mulheres, como se fosse uma obrigação feminina, conforme evidenciaremos no capítulo III. De acordo com a teoria da divisão sexual do trabalho, esse comportamento social se respalda em raízes históricas; vejamos:

(...) as relações de gênero e raça presentes no emprego doméstico no Brasil, bem como na América Latina em geral, possuem raízes em sua formação econômica e social a partir da expansão colonial conduzida pelos países ibéricos com base na força de trabalho escrava de povos indígenas e de negros africanos. Este processo levou a constituição de sociedades marcadas por elevados níveis de desigualdade social (Vieceli *et al.*, 2017, p. 43).

No Brasil, o trabalho doméstico tem sua equiparação aos direitos trabalhistas constitucionais somente no ano de 2015, e o mais preocupante é que, mesmo com a regulamentação da lei das empregadas domésticas, seus direitos continuam sendo negligenciados (Calsing; Alvarenga, 2016). Tais relações geradoras de vulnerabilidades diversas serão discutidas ainda dentro do capítulo III a partir dos conceitos de filiação e desfiliação, bem como tomando-se como referência a revisão da literatura sobre o tema.

O capítulo IV, contempla os procedimentos de coleta de dados e os resultados obtidos tomando como referência as entrevistas realizadas e a constituição das categorias de análise, cujo manuseio foi apoiado pelo uso do *software* para análises qualitativas webQDA. Por fim, o capítulo V apresenta nossas considerações finais.

De acordo com a Lei Complementar de número 150/2015, empregado doméstico é aquele que efetua trabalhos para pessoa ou família no âmbito da residência, compreendendo-se a casa de praia ou de campo como extensões dessa residência, sendo vedado a prestação de trabalho doméstico a pessoa jurídica. O trabalho deve ser prestado em número superior a duas vezes por semana, não podendo, em hipótese alguma, possuir fins lucrativos, ou seja, não se pode almejar lucros com a trabalho doméstico (Brasil,

2015). Representa ruptura legal, desvio de função, inserir tais profissionais em atividades cuja finalidade seja lucrativa, como: limpar escritórios, ajudar em trabalho de confeitaria, entre outras possibilidades.

Quando voltamos nosso olhar para o mundo do trabalho, dados do Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED, 2014) demonstram que esse é o segundo maior meio de inserção de mulheres no mercado de trabalho. No Estado do Tocantins, segundo o IBGE (2019), o trabalho doméstico é responsável por 23% dos empregos ofertados. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, pesquisa essa que é desenvolvida pelo IBGE, divulgada no primeiro trimestre do ano de 2019, no estado do Tocantins existem apenas 8 mil empregados domésticos com carteira de trabalho assinada e 43 mil atuam como trabalhadores informais.

Nesse contexto, dados do censo demográfico do IBGE (2012) apontam que Araguaína-TO contava com um total de 4.986 empregadas domésticas, e apenas 1.069 possuíam carteira de trabalho assinada, ou seja, estamos diante de 3.917 empregadas domésticas que não possuíam seus direitos resguardados em lei. É importante ressaltarmos que, embora os dados nos demonstrem uma realidade preocupante sobre a violação dos direitos das empregadas domésticas, até a data da apresentação dos resultados desta pesquisa não há registros de estudos que abordem essa temática na cidade. As buscas foram realizadas nas seguintes plataformas: Scielo Brasil, Google Acadêmico e Periódicos Capes, o que nos demonstra a contribuição da nossa pesquisa para promover a discussão sobre a problemática apresentada.

Considerando a literatura sobre o tema, podemos inclusive afirmar que ainda é bastante frágil o número de trabalhos que abordam o tema. Sendo assim, filiamo-nos à percepção de Villen (2013, p. 02), no sentido de desenvolver abordagem capaz de incluir na problematização a divisão sexual do trabalho:

Tendo em vista o déficit de pesquisas e de dados empíricos sobre a especificidade do fenômeno da imigração feminina hoje no Brasil, em particular sobre as dinâmicas laborais nele implicadas, este estudo propõe um equacionamento do tema a partir do conceito da divisão sexual do trabalho.

Portanto, observamos a existência significativa do trabalho doméstico e a vulnerabilidade quanto à inserção de grande parte das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que, mesmo com as garantias constituídas em lei, continuam sendo vítimas da violação de direitos. Sendo assim e considerando as discussões propostas por Robert Castel (2010), **esta pesquisa se propõe** a responder à seguinte questão-problema: *De que forma se estrutura determinada dinâmica regional a partir dos processos de filiação e desfiliação social de mulheres migrantes inseridas no mercado de trabalho*

doméstico em uma cidade média, Araguaína-TO?

Nesse cenário, elaboramos a seguinte **hipótese**: os processos migratórios trazem como uma de suas variáveis o deslocamento de mão de obra pouco qualificada para centros urbanos que apresentem maior dinamismo econômico. Tal movimento acarreta a inserção social precária desses trabalhadores, que passam a ocupar setores de moradia desprivilegiados pelo poder público e com reduzido acesso aos equipamentos urbanos.

Para que fosse possível comprovar ou negar nossa hipótese, traçamos o seguinte **objetivo geral**: analisar e problematizar como se configura a dinâmica regional constituída por mulheres migrantes no mercado de trabalho doméstico em uma cidade média no interior da Amazônia Legal, Araguaína-TO. Para tanto, estruturamos os seguintes **objetivos específicos**: a) identificar a origem e os motivos da migração das trabalhadoras domésticas para uma cidade média, Araguaína-TO; b) identificar o perfil de mulheres migrantes trabalhadoras domésticas em Araguaína-TO a partir das variáveis: idade, etnia, escolarização, local de moradia; c) identificar e analisar o modo como a vulnerabilidade social dessas mulheres estrutura sua desfiliação social.

Com base nos objetivos e hipótese apresentados, sustentamos a seguinte **tese**: a existência de uma dinâmica regional migratória tendo como destino Araguaína-TO relaciona-se aos processos de filiação e desfiliação de mulheres migrantes no mercado de trabalho doméstico, ocasionando a constituição de vulnerabilidades entre essa população.

No que tange à metodologia de nossa pesquisa, a ser apresentada no capítulo IV, optamos pelo método indutivo, pela abordagem qualitativa, com a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados, por essa ter se mostrado mais adequada para apreendermos aspectos dos processos migratórios, da filiação e desfiliação de empregadas domésticas ao mercado de trabalho e da influência exercida pela divisão sexual do trabalho.

As entrevistas, que foram 18 no total, aconteceram nas residências dessas trabalhadoras domésticas aos finais de semana, considerando-se como critério o local, os horários e os dias propostos por elas. Por ocasião das entrevistas, foi possível constatar uma semelhança entre as moradias: em sua grande maioria são residências com poucos móveis, com ao menos uma criança, sem muro, localizadas em setores periféricos da cidade, mas sempre muito bem cuidadas e acolhedoras.

As trabalhadoras domésticas foram selecionadas levando-se em consideração alguns critérios de inclusão e exclusão, como a idade mínima de 18 anos, gênero feminino, estar inserida há, no mínimo, dois anos no mercado de trabalho, não estar sob

o efeito de álcool ou qualquer outra substância que altere seus estímulos e estar com a saúde física e mental em boas condições. A dinâmica de seleção seguiu os parâmetros da técnica bola de neve, que pode ser definida da seguinte maneira:

O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados (Vinuto, 2014, p. 203).

Portanto, para acessar um grupo socialmente disperso, consideramos a técnica acima referida, entendendo-a a partir da dinâmica observável via solidariedade por proximidade, ou seja, dado o fato de a pesquisadora conhecer algumas profissionais que atuam como domésticas, foi solicitado a elas que, na medida do possível, indicassem familiares, vizinhas ou amigas atuantes no mesmo nicho profissional. O parâmetro para a realização do número das entrevistas seguiu as discussões sobre saturação em pesquisa qualitativa presentes em Minayo (2017), a partir das quais se constrói uma série de ponderações sobre parâmetros predeterminados de indivíduos a serem entrevistados, bem como as variáveis que demonstrariam o momento no qual as informações obtidas garantiriam sustentação para as análises pretendidas.

Após realizar a coleta de dados, utilizamos, para realizar a tabulação, constituição do *corpus* e análise dos dados, o método da análise de conteúdo, que foi proposto por Bardin (2009), uma vez que esse se mostrou o método mais adequado para atingirmos os objetivos que havíamos traçado para a pesquisa. Faz-se necessário evidenciarmos também que utilizamos um software como ferramenta de suporte à análise dos dados, o webQDA, como demonstraremos no capítulo 4.

Nesse contexto, sustentamos nossa pesquisa nas teorias migratórias expostas por autores como Peixoto (2004) e Brunes (2019), na teoria da coesão social exposta por Castel (2010) e Antunes (2009) e na da divisão sexual do trabalho discutida por Santos e Floriane (2018). Portanto, esse será o percurso definido para demonstrar de que forma ocorrem os processos migratórios para a cidade média de Araguaína-TO e de que modo esses migrantes são filiados ou desfilados ao mercado de trabalho doméstico.

Para desenvolver a trajetória proposta até este momento da dissertação, demonstraremos a partir deste ponto nossa opção acerca do método, da metodologia e dos critérios utilizados para selecionar as participantes, reiterando o objetivo de demonstrar como é constituída a dinâmica que envolve mulheres migrantes no mercado de trabalho doméstico em uma cidade média no interior da Amazônia Legal. A orientação para elaboração desta pesquisa, como já fora evidenciado em parágrafos anteriores, possui como base o método dialético que

consiste em “não apenas tomar as determinações em si, mas colocá-las em relação umas com as outras, pois em si elas permanecerão estáticas e, portanto, incapazes de explicações da realidade” (Wachowicz, 2001, p. 2).

Consideramos que o despertar pela dinâmica da integração de mulheres migrantes no mercado de trabalho doméstico surgiu após algumas experiências profissionais na seara do Direito Trabalhista. Assim, foi possível adquirir percepção acerca da problematização da existência da inserção de mulheres migrantes no mercado de trabalho doméstico, fazendo com que nossa proposta de pesquisa parta também da perspectiva indutiva. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 29), “no raciocínio indutivo, a generalização deriva de observações de casos de realidade concreta. [...] nesse método, partimos da observação de fatos cujas causas desejamos conhecer”. Na mesma direção, Marconi e Lakatos (2003, p. 86) nos mostram que:

(...)indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou parcial, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se baseiam.

Partindo de perspectiva indutiva, foi possível a elaboração da pergunta de pesquisa: de que forma se estrutura determinada dinâmica regional a partir dos processos de filiação e desfiliação social de mulheres migrantes inseridas no mercado de trabalho doméstico em uma cidade média, Araguaína-TO?

A partir de então, conforme nosso objetivo de evidenciar como se configura a dinâmica regional constituída por mulheres migrantes no mercado de trabalho doméstico em uma cidade média no interior da Amazônia Legal, Araguaína-TO, buscando responder à pergunta-problema realizando uma pesquisa de natureza exploratório-descritiva. A exploratória, como nos ensina Gil (2009), trouxe mais familiaridade com a temática pela qual optamos, o que inicialmente nos permitiu a construção de uma hipótese, enquanto a descritiva nos permitiu descrever características do grupo social, no caso em tela, o grupo de trabalhadoras domésticas.

Nesse contexto, nossa pesquisa possui abordagem qualitativa, pois esse tipo de abordagem, de acordo com Sampierre, Collado e Lucio (2013, p. 378), “é selecionado quando buscamos compreender a perspectiva dos participantes sobre os fenômenos que os rodeiam [...], isto é, a forma como o participante percebe subjetivamente a sua realidade”. Dessa forma, ao pesquisarmos as razões dos processos migratórios e o modo de inserção ou integração das trabalhadoras domésticas ao mercado de trabalho, buscamos a percepção das participantes em torno dos processos de migração, filiação e desfiliação ao mercado de trabalho e a influência da divisão sexual do trabalho nesse processo.

De acordo com o que foi exposto, não há em Araguaína entidades que reúnam em uma mesma localidade ou instituição as trabalhadoras com o perfil que buscamos. Portanto, o contato foi realizado a partir da solidariedade social, por meio da qual o conhecimento da autora do trabalho a respeito de uma profissional gerou o contato com outras profissionais e assim sucessivamente. No que se refere ao número de entrevistadas e conseqüentemente à realização das entrevistas, atentamos ao alerta de Minayo (2017, p. 02):

Questões sobre amostragem são das mais recorrentes em pesquisa qualitativa. Tanto quem trabalha com o tema como os que o estranham querem saber até que ponto uma quantidade pequena de entrevistas, realizada com um grupo restrito e delimitado, assim como a própria forma intersubjetiva de atuação do pesquisador em campo, podem ser considerados científicos.

A problematização acerca da amostragem e seu tamanho, bem como sobre a natureza das pesquisas baseadas nessa metodologia, é igualmente discutida como uma das variáveis fundamentais para a estruturação sólida de trabalhos de pesquisa. Menciona-se que o número de entrevistas pode ser considerado suficiente quando o pesquisador conclui que as informações assumem conotação de circularidade, ou seja, determinados fatores tornam-se presentes nas respostas de maneira constante. Além disso, encerra-se a cadeia da solidariedade social no que diz respeito ao acesso a entrevistados. Sendo assim: “saturação é um termo criado por Glaser e Strauss (1967) para se referirem a um momento no trabalho de campo em que a coleta de novos dados não traria mais esclarecimentos para o objeto estudado” (Minayo, 2017, p. 05).

Propusemo-nos a compreender a inserção de empregadas domésticas no mercado de trabalho informal na cidade de Araguaína-TO. Por se tratar de empregadas domésticas na estrutura social do trabalho, e pelo fato de essa cidade não possuir sindicato ou qualquer outra entidade que represente os interesses dessas trabalhadoras, contamos com a solidariedade social. Por intermédio de três participantes iniciais, as quais conhecíamos previamente, obtivemos o total de dezoito profissionais, que estão inseridas ou que já trabalharam de maneira informal no mercado de trabalho doméstico. Essa dinâmica foi constituída a partir do supracitado método bola de neve.

Cabe ressaltarmos que é classificado como trabalho doméstico todo aquele que é realizado por pessoa física de forma contínua, no âmbito residencial de uma pessoa ou família, sem fins lucrativos (Brasil, 2015). As características laborais de tais profissionais são distintas e nem sempre possuem relação entre si, pois não estão em uma mesma categoria dentro do trabalho doméstico. Por exemplo, o trabalhador

doméstico que atua na jardinagem possui funções diferentes da trabalhadora doméstica que cuida da casa e/ou das crianças. Nesse cenário, as trabalhadoras domésticas que colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa são trabalhadoras que realizam os trabalhos internos das casas e/ou cuidam das crianças.

Estruturamos algumas balizas de inclusão e exclusão para selecionar as trabalhadoras participantes. Uma vez que a coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, adotamos os seguintes critérios de inclusão das participantes: ser do gênero feminino, trabalhar ou já ter trabalhado de maneira informal no trabalho doméstico na condição de faxineira e/ou babá, idade igual ou superior a 18 anos de idade na data da entrevista. Adotamos por critério de exclusão automática da pesquisa: pessoas menores de 18 anos de idade, estar sob efeito de álcool ou qualquer substância que altere seus estímulos e estar com a saúde física e mental comprometidas. Esclarecemos que o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em pesquisa, e o protocolo de aprovação foi emitido sob o número 3.677.958, no dia 1º de novembro de 2019.

2 Planos Nacionais de Desenvolvimento: Crescimentos Econômico e Demográfico

Para analisarmos e problematizarmos de que modo se configura a dinâmica constituída por mulheres migrantes no mercado de trabalho doméstico, em uma cidade média no interior da Amazônia Legal, Araguaína-TO, faz-se necessário compreender como se estrutura o universo em que a pesquisa se desenvolveu. Para tanto, o objetivo deste capítulo é demonstrar como se deu o processo de urbanização nas cidades médias da Amazônia Legal, dando ênfase à referida cidade, demonstrando os fatores que contribuíram com o processo, principalmente as políticas públicas baseadas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, que, a partir da década de 1970, influenciaram de forma significativa na construção e na infraestrutura das cidades médias.

Para tanto, é importante enfatizarmos que os processos de urbanização e de desenvolvimento econômico no Brasil ocorreram de forma heterogênea, existindo uma região que se desenvolvia e se modernizava em detrimento das demais. Havia um Brasil que correspondia ao Estado de São Paulo e às regiões do sul, Brasil esse que se desenvolvia economicamente e buscava meios de industrialização, enquanto o restante do país se mantinha de forma arcaica e subdesenvolvida. Nesse sentido, destacamos a compreensão de Matos *et al.* (2005, p. 23):

Eram dualidades produtoras de desigualdades e se apresentavam por meio de uma série de desequilíbrios setoriais, regionais e sociais que, na verdade, sintetizavam a presença de duas economias, uma capitalista e dinâmica e uma outra subdesenvolvida e estagnada[...] o mais essencial era compreender que havia uma simbiose estrutural entre o chamado setor moderno e o atrasado, uma espécie de unidade de contrários, em que o moderno se alimenta da existência do atrasado.

Admite-se evidenciar que, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, havia uma grande massa populacional que sobrevivia principalmente do trabalho rural, e as relações de trabalho ainda respeitavam uma herança cultural da servidão. De acordo com Matos *et al.* (2005), essa dualidade existente dentro do país era uma fonte viva e latente de desigualdades sociais que geravam desequilíbrios e davam contrastes a uma economia capitalista e a uma outra economia subdesenvolvida e estagnada.

Durante a década de 1970, o Brasil ainda estava vivendo os efeitos dos trinta anos gloriosos – período pós-Segunda Guerra Mundial, compreendido entre os anos de 1940 e 1975, tendo como um de seus principais marcos a corrida pelo desenvolvimento econômico e tecnológico (Amaro, 2003). Porém, como já foi evidenciado, o Brasil não se desenvolveu de forma homogênea, e esse período priorizou o desenvolvimento para as regiões do sul e do sudeste, não expandindo os desenvolvimentos econômico e social ao restante do país. A existência de acentuadas desigualdades nas infraestruturas

econômica e social do país favorecia de maneira significativa o fluxo migratório em direção às regiões que se desenvolviam, em especial para as regiões Sul e Sudeste. Já a população das demais regiões do país era considerada arcaica, porque, “mesmo sendo numerosa, era mais frágil economicamente, fator este que favorecia os processos de migração do campo para as grandes metrópoles” (Matos *et al.*, 2005, p. 21).

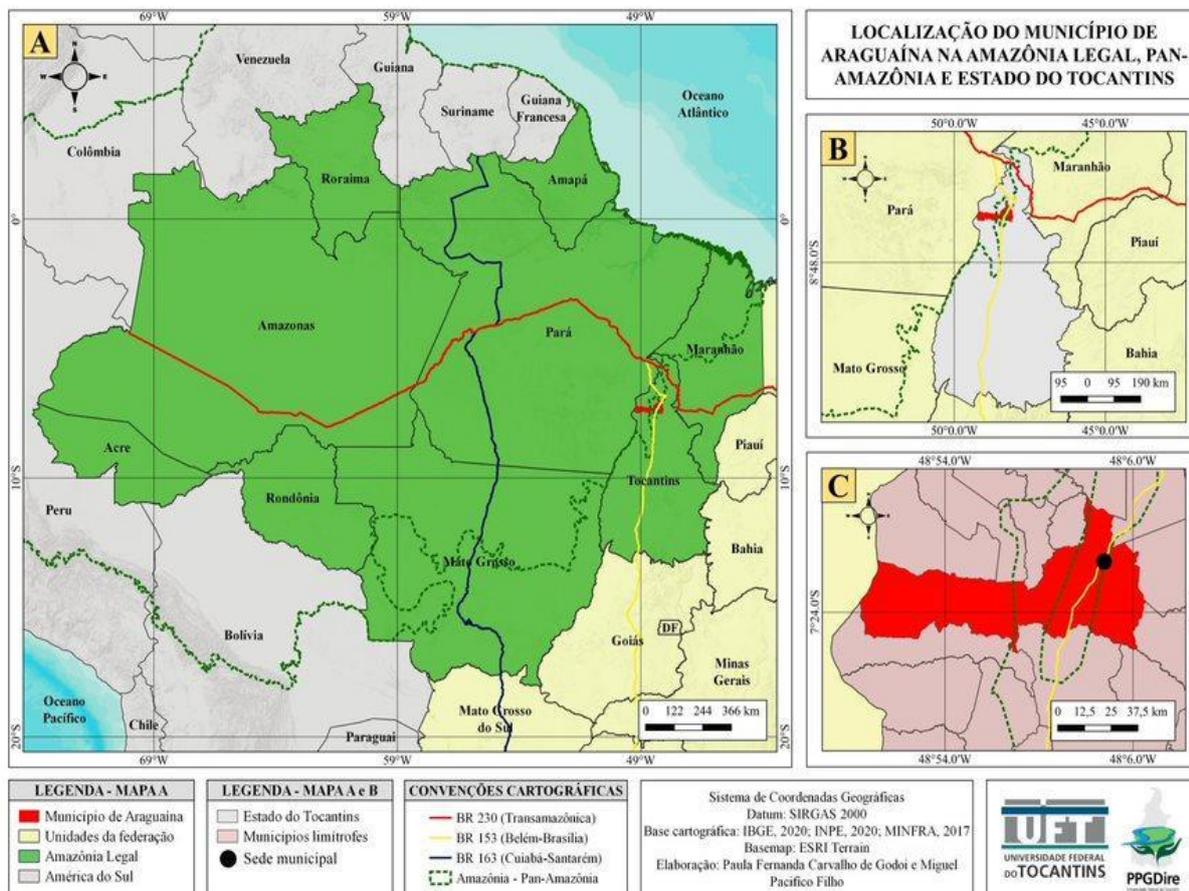
Nesse contexto, os fluxos migratórios tiveram um aumento considerável, gerando uma macrocefalia urbana nas metrópoles brasileiras, ou seja, era cada vez mais recorrente famílias inteiras abandonarem o campo para se aventurar em direção às grandes metrópoles. Porém, esse processo começou a sufocar as grandes cidades, pois não havia capacidade suficiente para proporcionar trabalho, moradia e outras condições fundamentais para garantir o bem-estar de seus habitantes. Oliveira (2008, p. 206) nos afirma que:

A concentração de população está aliada também a uma concentração econômica, cultural, de infraestrutura, informação, poder de articulação, assim como dos problemas e conflitos gerados pelo capital [...] como habitação, saneamento, segurança, acessibilidade, lazer, segregação.

Diante de um desequilíbrio social e econômico, houve a criação de políticas públicas que tinham como objetivo reequacionar o desenvolvimento pelas diversas regiões do Brasil de forma homogênea e barrar o contingente migratório que avançava em direção às grandes metrópoles. Nesse contexto, no dia 16 de julho de 1970, por meio do Decreto-Lei nº 1106, foi instituído o Programa de Integração Nacional (PIN), que tinha como uma de suas finalidades o fortalecimento do desenvolvimento econômico dos estados da região amazônica (Soares, 2015).

Nesse PIN foi demarcada a faixa territorial de 5.217.423 km², que é denominada de Amazônia Legal. Essa demarcação abrange nove estados brasileiros, sendo eles: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Estado do Maranhão (Kohlhepp, 2002), como apresentado no mapa 1, a seguir, que demarca a Amazônia Legal:

Mapa 1 - Araguaína na Amazônia Legal e os corredores rodoviários



Fonte: Elaborado pela autora.

O mapa 1 representa a materialização do PIN por meio dos corredores rodoviários e da delimitação da Amazônia Legal. São dois corredores rodoviários na vertical: a BR-163 (Cuiabá-Santarém) e a BR-153 (Belém-Brasília); e um corredor na horizontal, a BR-230 (Transamazônica). Tais intervenções aceleram os fluxos migratórios para a região delimitada para este trabalho.

Ainda em 1970, foi desenvolvido e implantado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que buscou, entre outros objetivos, “a criação do mercado interno por meio da implantação de polos regionais complementares ao eixo Rio-São Paulo, o desenvolvimento do Nordeste e a ocupação da Amazônia, sem prejuízo do crescimento do centro-sul do país” (Bruna; Steinberger, 2001, p. 45). Constata-se que medidas adotadas no I PND são contraditórias, pois, ao mesmo tempo que o objetivo era desenvolver a economia para o restante do país, havia a regra de continuar favorecendo os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e algumas regiões do sul em detrimento das demais.

Considerando as variáveis sociais e econômicas apontadas acima, em 1972 foi

criado, por meio do I PND, o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia, cujas medidas adotadas tinham como foco principal a ocupação dos espaços vazios na Amazônia, pois, assim, seria possível a criação de fronteiras econômicas visando ao desenvolvimento da região (Pereira, 2019). Dessa forma, com o objetivo de integrar e estabelecer atividades econômicas para a Amazônia, foram realizadas numerosas obras de rodovias com longo alcance, como as rodovias BR-153 e BR-210. Popularmente nomeadas como Belém-Brasília e Perimetral Norte, ficaram também conhecidas como os corredores do desenvolvimento (Amazônia, 2009).

No entanto, no ano de 1975, a economia mundial passava por uma grande recessão, compreendida como o fim dos 30 anos gloriosos, período de grande crescimento econômico mundial. Nesse contexto econômico, o Brasil tinha como objetivo manter o ritmo acelerado de crescimento e expandi-lo ao restante do país; assim fora criado o II PND. Como nos dizem Bruna e Steinberger (2001, p. 45):

O ano de 1975 marcou o início do desmoronamento do milagre econômico. Mas o II PND ainda situava o 'Brasil como potência emergente', pois tinha-se a ilusão que o Estado, com todos os mecanismos fiscais e monetários nas mãos, conseguiria manter o 'milagre' e sobrepor-se a crises interna e mundial, absorvendo o primeiro choque do petróleo.

O II PND trouxe como uma de suas preocupações a criação e o fortalecimento de cidades médias para o restante do país, objetivando dessa forma diminuir o fluxo migratório e desafogar as grandes metrópoles, que estavam superlotadas com grande contingente populacional, e ao mesmo tempo desenvolver de forma homogênea o restante do país. As cidades médias funcionariam como barreiras ao processo migratório; “a responsabilidade pensada para as cidades médias seria a de uma válvula de escape aos problemas das gigantes urbes regionais brasileiras” (Lima; Silveira, 2018, p. 19). Traçou-se, então, algumas funções a serem desempenhadas por essas cidades médias, entre elas: uma ponte de comunicação contínua entre as metrópoles e as zonas rurais, sendo capaz de fornecer bens e serviços suficientes para atender às cidades circunvizinhas, estruturando as cidades de modo com que essas replicassem o espaço geográfico das grandes metrópoles com as delimitações de um centro funcional e periferias (Amorim Filho; Serra, 2001).

De acordo com Bruna e Steinberger (2001), não se pode dizer que o PND II atingiu sua meta final com eficácia. Essa conclusão baseia-se no desenvolvimento heterogêneo que o Brasil apresenta no século XX, uma vez que buscou desenvolver regiões estratégicas, que favorecessem o desenvolvimento do capital. Nessa direção, Matos *et al.* (2005, p. 29) explanam que:

É indiscutível que o Brasil experimentou nos últimos 50 anos um dos mais intensos processos de urbanização de que se tem notícia. Reflexo do avanço do capitalismo industrial em áreas estratégicas do País, como em São Paulo, Rio de Janeiro e, posteriormente, em outras regiões e cidades, a urbanização brasileira estruturou grandes mercados, produziu riqueza e pobreza, prodigalizou a saída de milhões de pessoas do campo, transformou o modo de vida de toda a sociedade, consubstanciou enfim uma formidável expansão demográfica.

Dessa forma, as políticas públicas que deram origem aos planos de desenvolvimento não levaram em consideração as características de cada região do país, objetivando aplicar de forma coletiva a urbanização que atendesse aos padrões impostos pelo capitalismo industrial. O resultado desse processo é a coexistência da modernidade com o arcaísmo no processo de urbanização que se instaurou no Brasil (Matos *et al.*, 2005).

Tal coexistência entre o moderno e o supostamente arcaico, de acordo com a visão de determinados grupos sociais, atinge diretamente a Amazônia Legal, podendo-se afirmar que as políticas públicas aqui evidenciadas não tiveram como objetivo principal o desenvolvimento que contemplasse as populações como prioridade na região amazônica, na medida em que buscou um desenvolvimento fundamentado na exploração econômica da região, ou seja, desenvolver explorando. E nesse contexto o desenvolvimento é interrompido quando se mudam os interesses de exploração na região. De acordo com Becker (2013, p. 40), podemos evidenciar vários exemplos de interrupções aos processos de desenvolvimento na região Amazônica; vejamos:

O vertiginoso declínio do boom da borracha, o aborto precoce da exploração da juta e do pau-rosa em Parintins, e da extração mineral em Imperatriz, são exemplos flagrantes de surtos no quadro de trocas desiguais, que não puderam consolidar os novos usos da terra nem um mercado doméstico, e, portanto, não conseguiram gerar dinamismo urbano nem expandir a economia como um todo.

Essa interrupção abrupta do desenvolvimento econômico em diferentes regiões da Amazônia, que acontece por influência do capital, contribui para que a região se desenvolva de forma heterogênea. Ocorre que a grande maioria das políticas públicas adotadas para desenvolver o país aderiu a uma espécie de forma compensatória, ou seja, o desenvolvimento chega até onde se podem extrair ou implantar indústrias que tragam lucratividade ao capital. Nesse sentido, Candotti (2013, p. 344) faz a seguinte reflexão:

Essas políticas não promovem a sustentabilidade socioambiental, como foi afirmado neste seminário. Encontram-se nas listas de benefícios propiciados pelas compensações, por exemplo: postos de saúde, creches, postos de bombeiros, quadras de esportes, asfaltamentos de ruas etc. – itens que têm pequena influência na efetiva recuperação dos ambientes degradados ou na erradicação da pobreza da região, ou mesmo compensam a ausência crônica de serviços de saneamento, transporte, comunicação, educação, saúde etc.

O fato é que as políticas públicas que possuem o intuito de desenvolvimento em um espectro mais amplo devem ser criadas a partir da análise das populações que já habitam a região, para que, assim, respeitando-se as diferenças existentes em cada território da Amazônia, seja possível alcançar um desenvolvimento sustentável (Candotti, 2013).

Diante do exposto, podemos compreender por qual razão alguns autores afirmam que os planos nacionais de desenvolvimento, bem como muitas das políticas adotadas até o ano de 2020, não promovem o desenvolvimento capaz de conferir centralidade aos interesses e necessidades das populações da região Norte. “A elaboração de políticas públicas no novo momento histórico exige, no entanto, que se aprofunde o conhecimento sobre o processo de transformação territorial que ocorre na Amazônia hoje” (Becker, 2013, p. 398). Mas o fato é que as medidas adotadas no II PND influenciaram no desenvolvimento de muitas cidades médias, inclusive no da cidade de Araguaína-TO, palco de nossa pesquisa. Em *Amazônia* (2009, p. 44), podemos compreender que:

Cidades antigas tornaram-se nós de circulação como Marabá e Itaituba; em Rondônia formou-se uma estrutura urbana de cidades médias sucedendo-se a relativamente curtas distâncias; uma verdadeira região urbana emergiu ao longo da Belém-Brasília (Marabá, Araguaína, Imperatriz etc.). Alterou-se, sem dúvida, a estrutura urbana e a conectividade nessas áreas da Amazônia sem Mata, embora frágeis porque sustentando o padrão histórico de uma expansão econômica de exploração de recursos induzida do e beneficiando o exterior, desta feita o Sudeste e o mercado doméstico

Assim sendo, pode-se observar que o real objetivo das políticas públicas apresentadas foi criar barreiras ao contingente migratório, por meio das cidades médias e exportar as riquezas da Amazônia, não viabilizando um desenvolvimento homogêneo ao país. Contudo, as políticas públicas influenciaram no processo de urbanização e desenvolvimento econômico nas cidades médias da Amazônia Legal, incluindo a cidade de Araguaína-TO.

2.1 Cidades médias: urbanização na Amazônia Legal e em Araguaína-TO

No atual contexto, cidades médias continuam a crescer em todo o Brasil. Metodologicamente são identificadas de acordo com seu porte demográfico e, atualmente, o IBGE entende por cidade média aquela que possui de cem a quinhentos mil habitantes. Porém, é relevante salientarmos que nem todos os pesquisadores adotam o critério quantitativo-demográfico ao pesquisar sobre as cidades médias, pois entendem que esse método é insatisfatório, uma vez que compreendem a existências de outras

variáveis para definir as cidades médias. Por exemplo, o quanto a cidade é capaz de prestar bens e serviços aos municípios vizinhos, ou seja, a cidade se torna uma área que influencia no desenvolvimento das regiões que estão ao seu redor. É relação de complementaridade: a cidade média desenvolve integralmente sua região; por sua vez, a região desenvolve a cidade média (Oliveira, 2008).

Considerando Lima e Silveira (2018, p. 15), podemos compreender que:

O diferencial está em poder perceber que o vetor regional aparece explícito, atestando a ideologia de que não existem cidades sem regiões e vice-versa e particularmente, suas funcionalidades. Determinações e papéis que dialogam em diferentes escalas, territórios e mundo.

Contudo, não vamos nos limitar à discussão sobre a conceituação de cidades médias, embora esse seja um tema de alta relevância. Para esta pesquisa, adotamos para definição de cidade média os parâmetros quantitativos do IBGE, entre os quais cidades que contenham de cem a quinhentos mil habitantes. Entretanto, compreendemos que os parâmetros quantitativos são insuficientes para caracterizar uma cidade média, vez que essas apresentam dinâmicas regionais que vão além de seu quantitativo demográfico.

Ao analisarmos o universo de nossa pesquisa, Araguaína-TO, identificamos variáveis que vão além dos fatores demográficos, como a prestação de serviços, atratividade pelo mercado de trabalho, entre outras. Nessa mesma percepção, Lima e Silveira (2018, p. 12) nos evidenciam que:

Mencionar essas abordagens é reconhecer que as transformações territoriais no Brasil, particularmente, das últimas três décadas, resultam de articulações de interesses, envolvendo Estado e atores de poder hegemônico capital, associado com as transformações impostas pelo contexto da globalização. Estes fatos têm permitido a fragmentação de responsabilidades dos grandes centros metropolitanos e assim a emergência de papéis e funcionalidades para novas lógicas de organizações socioespaciais regionais que vêm se dando a partir das denominadas cidades médias.

É possível afirmar, com base nos dados do IBGE, que as cidades médias continuam surgindo na Amazônia Legal. Ao realizarmos uma análise dos dados demográficos disponibilizados no site do instituto, contabilizamos que a Amazônia Legal dispunha, até o ano de 2019, de um total de setecentos e setenta e dois municípios, entre os quais trinta e sete cidades médias. Ainda que se considere expressivo esse quantitativo de cidades médias, trata-se de um número pequeno diante da dimensão territorial de 5.217.423 km² da Amazônia Legal (IBGE, 2020). Considerando tal perspectiva, Becker (2013, p. 44) nos traz o seguinte entendimento:

[...] Hoje, o Estado brasileiro cria na Amazônia municípios e suas sedes denominadas cidades, apesar de suas reduzidas populações e os parques

serviços ali oferecidos. Em outras palavras, o Estado cria e mantém inúmeros lugares centrais na Amazônia, certamente não só para atender os habitantes regionais – e de modo insuficiente, diga-se –, mas também para expressar sua presença.

Conforme evidenciamos, a urbanização da Amazônia foi e é definida conforme se manifesta o interesse sobre os produtos ofertados em cada região. A partir do interesse do capital, vão se criando pontos estratégicos que auxiliam no processo de exportação e de importação. De acordo com Becker (2013), o povoamento na Amazônia sempre foi realizado visando a espaços estratégicos, ou espaços de fluxo, para a exportação de matéria-prima e para a importação de bens de produção e consumo. Contudo, as cidades médias continuam se expandindo, agregando crescimento populacional à região amazônica. Cabe aqui a observação de que esse desenvolvimento não ocorre de forma homogênea. De acordo com dados do IBGE (2020), em uma tabulação própria, no ano de 2020 a Amazônia Legal conta com um total de 32 cidades médias distribuídas desta forma:

Tabela 1 - Crescimento demográfico nas cidades médias da Amazônia Legal em comparação com o Brasil

	2010	2020	CRESCIMENTO
BRASIL	190.755.799	211.755.692	11%
ACRE	2010	2020	
RIO BRANCO	336.038	413.418	23%
AMAZONAS	2010	2020	
PARINTINS	102.033	115.369	13%
ITACOATIARA	86.839	102.701	18,26%
AMAPÁ	2010	2020	
SANTANA	116.610	130.009	11,49%
MARANHÃO	2010	2020	
IMPERATRIZ	247.505	259.337	4,78%
CODÓ	90.353	109.523	21,21%
PAÇO DO LUMIAR	105.121	123.747	17,71%
AÇAILÂNDIA	104.047	113.121	8,72%
MATO GROSSO	2010	2020	
VÁRZEA GRANDE	252.596	287.526	13,82%
RONDONÓPOLIS	195.476	236.042	20,75%
SINOP	113.099	142.996	26,43%
TANGARÁ DA SERRA	83.431	105.711	26,70%
PARÁ	2010	2020	
SANTARÉM	294.580	306.480	4,03%

MARABÁ	233.669	283.542	21,34%
PARAUPEBAS	153.908	208.273	35,32%
CASTANHAL	173.149	203.251	17,38%
ABAETETUBA	141.100	159.080	12,74%
CAMETÁ	120.896	139.364	15,27%
MARITUBA	108.246	133.685	23,50%
BRAGAÇA	113.227	128.914	13,85%
SÃO FELIX DO XINGU	91.340	132.138	44,66%
BARCARENA	99.859	127.027	27,20%
ALTAMIRA	99.075	115.969	17,05%
TUCURUÍ	97.128	115.144	18,54%
PARAGOMINAS	97.819	114.503	17,05%
TAILÂNDIA	79.297	108.969	37,41%
BREVES	92.860	103.497	11,45%
RONDÔNIA	2010	2020	
Ji-PARANÁ	116.610	130.009	11,49%
ARIQUIMES	90.353	109.523	21,21%
VILHENA	76.202	102.211	34,13%
RORAIMA	2010	2020	
BOA VISTA	284.313	419.652	47,60%
TOCANTINS	2010	2020	
ARAGUAÍNA	150.484	183.381	21,46%
PALMAS	228.332	306.296	31,14%

Fonte: IBGE (2020).

Com base nos dados, disponibilizados pelo IBGE, analisamos que o Pará é o estado que mais possui cidades médias, ao todo são 16 cidades com o quantitativo populacional de 100 a 500 mil habitantes. Em contrapartida, Roraima, Acre e Amapá possuem apenas uma cidade média em seu território. Já o Estado do Tocantins apresenta 2 cidades médias, a capital, Palmas, e a cidade de Araguaína, ambas com um crescimento populacional significativo. Uma observação se faz necessária em relação ao levantamento acima. Entre as 33 cidades levantadas, apenas 3 não apresentaram crescimento demográfico maior que o Brasil: Santarém, Açailândia e Imperatriz.

A região de Araguaína é composta por 21 municípios e é considerada uma capital regional de categoria C do Estado do Tocantins. Segundo o REGIC (2018, p. 11), capitais regionais C “são os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as metrópoles”. Nesse cenário, precisamos compreender o universo de nossa pesquisa de maneira mais detalhada, sendo inicialmente necessária a compreensão de seu processo de urbanização. O processo de urbanização do município de Araguaína-TO

pode ser interpretado por meio de um binômio: as políticas públicas realizadas a partir da década de 70 e o movimento separatista dos Estados de Goiás e Tocantins, em 1988. Como exemplo dessas políticas, conforme já foi evidenciado, compreendemos: o Plano de Integração Nacional, o Plano Nacional de Desenvolvimento I e II e o Plano Nacional de Desenvolvimento da Amazônia.

Além das políticas públicas, a criação do Estado do Tocantins foi fator que influenciou no fortalecimento econômico da região, pois enquanto o Tocantins era integrado ao Estado de Goiás e conhecido popularmente como o norte goiano, ocorreram várias denúncias que evidenciavam a exploração de seus recursos naturais e a polarização de investimentos pela região Sul de Goiás, assim como o não direcionamento de recursos à região Norte (Cavalcante, 2003). Contudo, o desejo de separação entre o norte goiano e o sul do Estado de Goiás se arrastou por longos anos, mas, com as políticas públicas do governo federal, a partir da década de 1950, que tinham a intenção em desenvolver o Brasil em sua totalidade, o processo de separação tornou-se viável, como elucida Cavalcante (2003, p. 79):

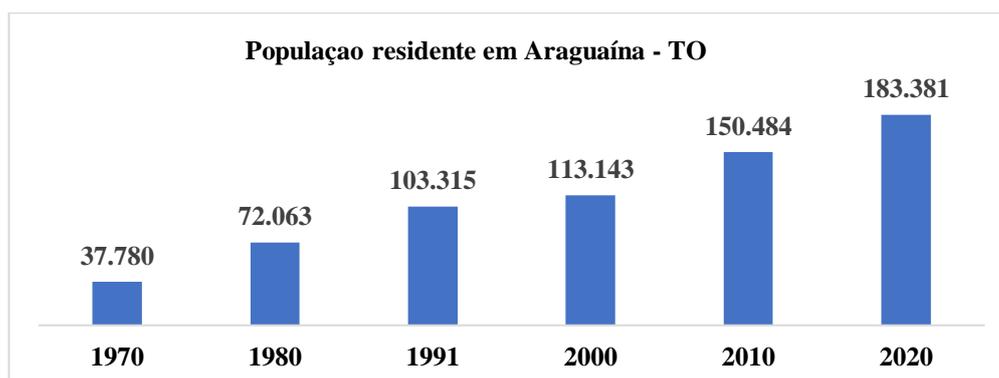
A conjuntura nacional desse momento parecia bastante oportuna e houve razões inúmeras para que, uma vez mais, a partir da década de 50, o norte de Goiás pudesse promover seu discurso autonomista, considerando o desmembramento como a única saída para que a região se integrasse à marcha desenvolvimentista... A reivindicação se justificava, também, pela política de o Governo Federal promover a integração do Brasil via ocupação do Centro-Oeste. Assim como Brasília, o Estado do Tocantins viabilizaria esse propósito de integração nacional.

Nesse cenário, em 1956, houve apoio intenso dos políticos da região Norte de Goiás para que fosse viabilizada a criação do Estado do Tocantins. Porém, o seu processo de autonomia, embora contasse com o apoio da população da região, ainda se estendeu por muitos anos, devido às disputas políticas entre as regiões Sul e Norte daquele estado. Até se concretizar, no ano de 1988, instituído pela Constituição Federal de 1988 e separado do Estado de Goiás em 1989, o Tocantins se tornou o estado mais novo da federação brasileira, fazendo divisa com Goiás, Bahia, Maranhão, Piauí, Pará e Mato Grosso. Da criação do Estado do Tocantins advieram condições que influenciaram diretamente em seu processo de urbanização, como nos demonstram Brito e Guedes (2014, p. 95):

No final dos anos 1980, a criação do estado do Tocantins e a construção da capital (Palmas) promoveram melhorias na distribuição e na qualidade de infraestrutura básica (adensamento da malha de transportes, geração e distribuição de energia elétrica). Os indicadores socioeconômicos foram sendo melhorados com o continuado processo de implantação de infraestrutura e de programas sociais.

Nesse contexto, a cidade de Araguaína passa a se apresentar como lugar de oportunidades, trazendo, para si, em suas campanhas institucionais conduzidas pelo poder municipal, denominações como “Capital Econômica do Tocantins”, “Terra de Oportunidades”, “A cidade que não para”. Tal posicionamento nos permite compreendê-la, a partir de sua autorrepresentação, como uma área de integração de acordo com o que propõe Castel (2010), ou seja, seria possuidora dos meios de integrar os indivíduos à sociedade, oferecendo oportunidades de trabalho, escolas, assistência médica, áreas de lazer, entre outros pontos atrativos. Esses fatores fizeram com que, em pouco tempo, a cidade de Araguaína alavancasse seu quantitativo demográfico, em razão da forte influência dos processos migratórios. Essa dinâmica pode ser melhor analisada por meio do gráfico 1, abaixo, observando-se o avançado do crescimento demográfico a partir da década de 70.

Gráfico 1 - População residente em Araguaína-TO



Fonte: IBGE (2020).

Os dados do gráfico 1 demonstram o crescimento acelerado da população de Araguaína, que, na década de 70, contava com 37.780 habitantes; na década de 80 já se podiam contabilizar 72.063 habitantes e, na década de 90, a cidade atingiu o patamar de cidade média, com 103.315 habitantes. No ano de 2020, sua população, conforme estimativa do IBGE (2020), chega à cifra de 183.381 habitantes e acessa empregos tanto formais quanto informais, esta última modalidade é uma das variáveis de nossa pesquisa. Portanto, de 1970 a 2020, o crescimento demográfico de Araguaína é de 385%, enquanto o do Brasil, 127,35%.

No ano de 2017, de acordo com a Divisão Regional do Brasil, Araguaína é considerada uma região imediata. Isso significa que essa cidade possui uma rede urbana estruturada e que satisfaz às necessidades imediatas das populações locais e circunvizinhas, “tais como: [...]; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e

educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho [...], entre outros” (IBGE, 2017, p. 20). Morais (2014, p. 40) nos demonstra:

A compreensão de Araguaína, sob a perspectiva das cidades médias, nos remete à necessidade de uma análise dos processos socioeconômicos espaciais, pois tal localidade destaca-se regionalmente como centro prestador de serviços, comércio, lazer, centro de estudos superiores e médico-hospitalares e outros serviços que atendem ao mercado consumidor de seu entorno imediato e de cidades localizadas em um raio de distância que ultrapassa a região Norte do Tocantins, onde geograficamente está localizada.

Dessa forma, compreendemos que as migrações estão diretamente ligadas a um processo econômico e social que se estabeleceu na cidade amazônica de Araguaína-TO, criando uma dinâmica regional entre os movimentos migratórios e a oferta de trabalho. Não por acaso, Araguaína, no ano de 2019, conforme o IBGE (2020), é o segundo maior município do Estado do Tocantins, tanto em percentuais demográficos quanto na participação do PIB, ficando atrás apenas da capital, Palmas. De acordo com Brito e Guedes (2014, p. 91):

Analisando os dados levantados da microrregião geográfica de Araguaína, observou-se que o município de Araguaína é o principal indutor de crescimento da microrregião devido a sua importância econômica dentro do estado do Tocantins. Em virtude da sua localização estratégica, Araguaína é um atrativo para atividades do ramo industrial, transporte, educação e saúde.

A cidade de Araguaína-TO passa a desenvolver-se como uma cidade média, possuindo um centro comercial geograficamente consolidado, avenidas comerciais extremamente movimentadas, como a Avenida Cônego João Lima e a Avenida Primeiro de Janeiro (Morais, 2014), o que não impede que a cidade esteja se expandindo nas mais diferentes direções, criando pequenos centros comerciais em bairros afastados, como o centro comercial que se estabeleceu na Rua dos Jatobás, no setor Araguaína Sul, onde se podem encontrar desde lojas para materiais de construção a açougues e supermercados.

Outro ponto de desenvolvimento que pode ser observado, ao analisar a cidade de Araguaína, é o investimento que vem sendo feito em sua rede de saúde pública para que possa se tornar referência na região Norte. Até o ano de 2020, Araguaína contava com uma Unidade de Pronto Atendimento; um Hospital Municipal Infantil, com uma Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) pediátrica; parceria com o Hospital e Maternidade Dom Orione para acolher gestantes e recém-nascidos que precisem da UTI;

um Centro de Dependentes Químicos e 20 Unidades Básicas de Saúde (UBSs) em funcionamento.

No ano de 2020, estão em execução as obras: Centro de Diagnóstico e Prevenção do Câncer de Araguaína, com a finalidade principal de diagnosticar o câncer em seu estágio precoce; Casa de Acolhimento Ana Carolina, com capacidade para atender a até 30 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; Centro Especializado em Reabilitação, com a capacidade de atender a até 100 pacientes por dia; Oficina Ortopédica, que ficará ao lado do centro de reabilitação e auxiliará na confecção de próteses e outros acessórios que ajudem no processo de reabilitação. Também está prevista a construção de um novo hospital municipal, que será voltado para o atendimento pediátrico.

A cidade também apresenta novos ambientes de lazer, como o complexo Via Lago e o Parque Cimba, o complexo poliesportivo Beira Lago, uma praia de lazer, um novo complexo esportivo no setor Xixebal e novas praças em diversos setores.

Avanço também vem sendo observado quanto à oferta de cursos presenciais e a distância na área da educação de ensino superior, assim como em relação a investimentos por empresas em franquias e outros serviços, como expressa o quadro 1, abaixo:

Quadro 1 - Educação, serviços e fluxos de capital em Araguaína-TO

Instituições de Ensino Superior/Técnico Públicas E Privadas	Franquias de Origem Internacional	Franquias de Origem Nacional Em Diversos Segmentos	Agências Bancárias
Universidade Federal do Tocantins (UFT), que se encontra em processo de desmembramento para a criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), com sede em Araguaína	Burger King	M Martan	Caixa Econômica Federal
Instituto Federal do Tocantins	SubWay	Cacau Show	Banco do Brasil
Faculdade Católica Dom Orione	Colcci	Carmen Steffens	Bradesco

Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)		Postos de combustível Ipiranga	Sicoob
Centro Universitário UNIPLAN		Med Prev	Santander
Centro Universitário ITPAC		Drogasil	Sicred
UniCesumar		Extrafarma	
Senai		Novo Mundo	
Unigran		Ricardo Eletro	
Uniassel		Casas Bahia	
Universidade Anhanguera		Arezzo	

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse contexto de expansão demográfica e desenvolvimento econômico, surgem diversas dinâmicas regionais que devem ser observadas, inclusive as relacionadas aos processos migratórios e às relações de trabalho, dinâmica essas que fazem parte do objeto deste estudo. As dinâmicas ligadas ao mercado de trabalho influenciaram no processo de urbanização, uma vez que as oportunidades de trabalho refletem no aumento dos processos migratórios, como expõe Antero (2016, p. 5):

Araguaína é caso exemplar desta mobilidade da população trabalhadora que se faz presente e constante no espaço. Impressiona a velocidade com que atrai contingente populacional e passa de pequena cidade para cidade de porte médio em apenas meio século. Nos anos de 1950, Araguaína caracterizava-se como um pequeno e isolado povoado e na década seguinte emergiu para a condição de município, apresentando no espaço as marcas de rápidas e intensas transformações sociais e econômicas. Os rápidos e volumosos movimentos migratórios determinaram crescimento populacional e transformações espaciais no município, sobretudo na cidade.

Assim, evidenciamos que o processo de urbanização de Araguaína sofreu fortes influências de políticas públicas e da emancipação do Estado do Tocantins, permitindo que o crescimento demográfico e o desenvolvimento socioeconômico façam da cidade palco de dinâmicas regionais que merecem ser pesquisadas. Um dos fatores de problematização da urbanização de Araguaína diretamente relacionados ao crescimento populacional acelerado é sinalizado em Teles (2020, p. 75):

Em 2004, quando o PBF foi oficialmente instituído, os dados do SENARC demonstram que o Tocantins tinha pouco mais de 33.929 famílias recebendo algum subsídio do Programa Bolsa Família. O período com maior número de famílias beneficiadas foi em 2014, com 142.327 famílias. Até outubro de 2019, o PBF pagou no estado do Tocantins um total de R\$21.568.000,00 de reais para algo em torno de 112.735 famílias. O benéfico médio pago a cada família gira em torno de R\$191,322 reais (MDS, 2018).

Constatam-se as contradições entre crescimento demográfico, protagonismo econômico e regional e as iniquidades na distribuição das riquezas produzidas. Acena-se à necessidade de políticas públicas capazes de dirimir tais desigualdades

proporcionando acesso ao emprego e à renda na perspectiva de integração entre os planos municipais, estaduais e federais.

3 Trabalho e Migrações em Araguaína-TO

A partir da percepção de Araguaína enquanto cidade média, é possível observar a importância que os movimentos migratórios possuem em suas contínuas expansões demográfica e econômica, de acordo com o que foi evidenciado no capítulo I. Um exemplo de que Araguaína é uma cidade receptora de migrantes pode ser observado por meio do seu Plano Municipal de Água e Esgoto (PMAE, 2013), considerando-se o fato de que, até o ano de 2010, a participação do segmento populacional migrante ao município representa um percentual de 51,52% da população total.

Desde então, o crescimento demográfico segue em progressão nessa cidade, que se torna palco de dinâmicas regionais, como a integração de migrantes ao mercado de trabalho em uma cidade média, uma vez que, como nos é demonstrado por Hazeu (2015, p. 42), “o migrante é um agente de transformação. Tanto posto em movimento quanto provocador de transformações”. Assim, compreendemos que a migração é um processo social e que os migrantes são agentes desses processos, como nos ensinam Demartini e Truzzi (2005, p. 65):

Trata-se de um(a) trabalhador(a) produzido(a) no bojo de determinadas relações sociais, as quais, muitas vezes, resultam de processos de violência e expropriação. Essa situação remete à análise de condições históricas responsáveis por esse processo; em seguida, o migrante insere-se em uma realidade social, definida por laços. Portanto, a denominação de migrante esconde um conjunto de situações concretas e particulares que definem sua identidade individual e social.

Nesse contexto, a dinâmica trabalhista que se instaurou em Araguaína modifica-se e transforma-se conforme a cidade se desenvolve e aumenta seu quantitativo demográfico. Como podemos observar nos gráficos 2 e 3, que evidenciam a dinâmica trabalhista em Araguaína, existe uma variação das relações de trabalho ao longo dos anos.

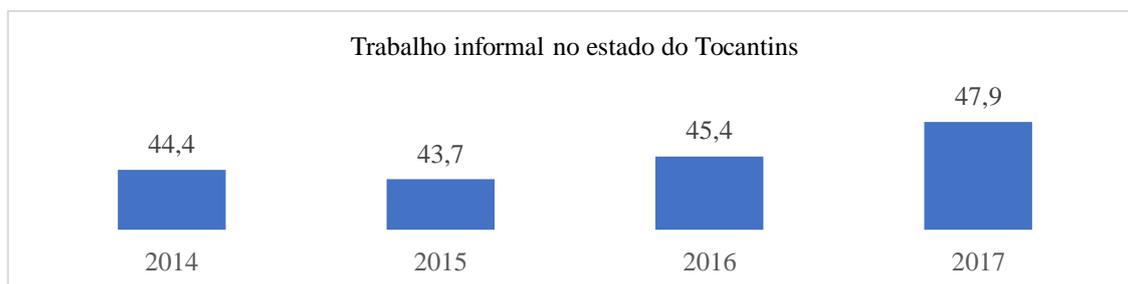


Fonte: IBGE (2020)

Nessa dinâmica, de acordo com os dados do IBGE (2019), Araguaína foi responsável por 56% do crescimento do emprego no Estado do Tocantins no ano de 2018. Assim, evidencia-se que as oportunidades de trabalho se expandiram no decorrer dos anos, porém o trabalho precário também é uma dinâmica presente. Vimos, conforme foi evidenciado no gráfico 2, que, em 2010, um total de 16.643 pessoas foram inseridas de forma precária no mercado de trabalho em Araguaína, ficando evidente a instabilidade e a insegurança dos indivíduos quanto à proteção oferecida pelo Estado. O migrante é um indivíduo que está igualmente exposto a essas dinâmicas regionais.

Se ampliarmos o olhar e analisarmos o Estado do Tocantins, podemos afirmar que, infelizmente, a informalidade na seara trabalhista vem crescendo, expondo cada vez mais indivíduos à precariedade das relações de trabalho, como demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 3 - Trabalho informal no Estado do Tocantins



Fonte: IBGE (2020)

No primeiro trimestre do ano de 2019, em meio ao aumento no número de trabalhos informais, o estado registrou uma elevação na taxa de desocupação, ou seja, estima-se que 81 mil pessoas que estão aptas a trabalhar estejam desempregadas no Estado do Tocantins (IBGE, 2020). Assim, constatamos que a dinâmica observada para

Araguaína, no que diz respeito à concatenação das variáveis emprego e migrações, constitui-se em problema capaz de sustentar a trajetória investigativa necessária a uma dissertação.

3.1 Migrações: aspectos macro e microsociológicos

Os deslocamentos dos migrantes podem ser compreendidos como reflexos das relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas, vivenciadas em seu local de origem (Demartini; Truzzi, 2005). Sendo assim, as migrações estão diretamente ligadas a um processo econômico e social que se estabeleceu na cidade amazônica de Araguaína-TO. No entanto, para compreender os fluxos migratórios é extremamente necessária a análise das teorias migratórias, pois, por meio delas, buscamos a compreensão dos processos que ocorrem para o município de Araguaína. As teorias migratórias ganharam atenção no final do século XIX e início do século XX quando se torna possível estabelecer seus marcos iniciais.

Peixoto (2010) menciona que os movimentos migratórios não são estudados por uma única ciência, a eles dedicam-se historiadores, geógrafos, cientistas sociais e antropólogos, entre outros perfis profissionais. Assim, destaca-se o caráter interdisciplinar das aproximações teóricas dedicadas ao estudo dos movimentos migratórios.

Portanto, mesmo sem pertencer a uma única ciência, os processos migratórios se desenvolveram e permitiram a criação de teorias, e essas teorias nos ajudam a compreender os porquês dos movimentos migratórios, como nos demonstram Durand e Lussi (2015, não paginado):

O papel das teorias no estudo da mobilidade urbana é fundamental para a qualidade do discurso que a pesquisa e a análise de dados empíricos ou estatísticos elabora [...]. Os porquês do fenômeno migratório e as razões dos sujeitos que migram, assim como os processos por estes desencadeados ou suportados, indicam que o saber pede uma língua qualificada que disponha de categorias para elaborar a hermenêutica de fatos, dos processos e das experiências.

É possível afirmar que as teorias dedicadas ao estudo das migrações enquadram-se em dois escopos distintos e complementares entre si e podem ser compreendidas como teorias macrosociológicas e microsociológicas. Embora muitas vezes esses aspectos entrem em interseção, torna-se necessário evidenciá-los para que assim possamos compreender quais as particularidades dos processos migratórios particularmente aqui estudados apresentam-se para o município de Araguaína.

Os processos migratórios que possuem aspectos macrosociológicos geralmente

criam teorias que, em sua grande maioria, buscam a análise de fenômenos coletivos ou estruturantes que condicionam as decisões migratórias com destinos internacionais, sendo essa corrente identificada como histórico-estrutural. De acordo com Ávila (2007, p. 118):

De modo geral, as principais motivações que estimulam as migrações internacionais contemporâneas incluem a aspiração de melhorar as condições de vida e de emprego, a reunificação familiar, os deslocamentos forçados para preservar a integridade física, as desigualdades nos níveis de desenvolvimento, as assimetrias na distribuição dos benefícios oferecidos pela economia internacional, as carências de capital humano e conhecimentos, a curiosidade, entre outros.

Exemplos recentes que podemos mencionar são a Guerra da Síria e a crise econômica na Venezuela, que, de certo modo, ocasionam processos migratórios em massa. Mesmo que o migrante analise seu local de destino com base em fatores econômicos, ofertas de trabalho, entre outros, a decisão inicial que gerou o processo migratório não está ligada a esses fatores, e sim a uma imposição maior, como a luta pela sobrevivência.

Já as teorias microsociológicas afirmam que os indivíduos tomam a decisão de migrar de forma racional, observando aspectos mais subjetivos, como o fato de possuir vínculos familiares no local para onde decidem migrar, a existência de ofertas de emprego e sua própria trajetória de vida (Peixoto, 2010). As teorias de aspecto micro também levam em conta as relações que são estabelecidas pelo migrante no decorrer de seu percurso, o que é de extrema importância em nossa pesquisa, uma vez que nosso objetivo foi entender as relações dos migrantes, em especial as mulheres migrantes, com o município de Araguaína-TO, como nos explicam Brumes e Silva (130):

O migrante, ao estabelecer novas relações sociais, tende a fazer do lugar de chegada o lugar em que se reproduz socialmente a partir dos contatos que vão sendo estabelecidos, sejam eles pautados em laços de amizade ou família, as chamadas redes. Tais fatores são significativos para que realmente seja estabelecida de forma mais 'fácil' a inserção no mundo do trabalho.

Os processos migratórios que possuem um viés microsociológico permitem desenvolver teorias que merecem uma análise mais detalhada, como a teoria neoclássica, que em sua visão microeconômica concebe que os indivíduos fazem um planejamento anterior ao processo migratório, que considera o cálculo de custo-benefício que tem por objetivo um retorno positivo, que está relacionado em sua grande maioria ao retorno monetário (Durand; Lussi, 2015). Porém, essa teoria já sofreu duras críticas; pesquisadores afirmam ser inviável analisar o migrante de forma individual, como se esse tivesse um vasto conhecimento para planejar seu processo migratório, uma

vez que muitos possuem informações limitadas e contraditórias (Durand; Lussi, 2015).

Contudo, a partir dessa teoria neoclássica surgiram outras teorias, entre elas as que se constroem via dinâmica de *push-pull*, conforme nos demonstra Peixoto (2010). O cartógrafo inglês Ravenstein (1885, 1889) foi considerado pioneiro nos estudos migratórios por produzir dois textos sobre a “lei das migrações”, nos quais expõe vários temas, como: classificação de migrações, migrações por etapa, regiões de atração e repulsão, entre outros temas propostos. O modelo *push-pull*, também denominado pontos de atração e repulsão, afirma que as migrações possuem uma raiz econômica e que os indivíduos tomam a decisão de migrar de forma racional, porém motivados pelos fatores econômicos e sociais de seu local de origem, pois em muitos casos a ausência de desenvolvimento e de oferta de infraestrutura básica passa a expulsar os habitantes de determinadas regiões, e esses partem objetivando melhorias em suas condições econômica, social ou política. As informações que reúnem antes de partir nem sempre são completas e verídicas, mas os guiam pelos pontos atrativos do lugar onde pretendem se estabelecer, como expõem Santos e Floriane (2010, p. 5):

O fenômeno das migrações leva a considerar a divisão territorial do trabalho de um ponto de vista ainda mais dinâmico, porque nas áreas de expulsão e atração de população fica mais evidente que a produção advém de um uso intensivo de capital e técnica, como na agricultura e na indústria modernas, ou de uma filigrana de formas de produzir, nas quais coexistem atividades pouco capitalizadas e mais oportunidades de trabalho (Santos; Floriane, 2018, p. 22).

Assim, Araguaína, por ser uma cidade média no interior da Amazônia Legal, que oferece equipamentos urbanos e serviços de lazer, saúde, educação, ofertas de trabalho, entre outros, constitui-se em um ponto de atração para os migrantes. A partir de então, para caracterizar as migrações contínuas para esse município, adotamos as teorias microsociológicas, em especial a teoria que aborda o modelo *push-pull*, evidenciando a motivação das migrações e os pontos de atração da cidade.

A teoria em questão nos ajudou a compreender a necessidade que o migrante possui de se filiar ao mercado de trabalho e como ocorre sua inserção de forma irregular, em especial das mulheres migrantes no trabalho doméstico. Consideramos ainda que a teoria possui como centralidade as relações de trabalho produzidas por meio do sistema capitalista que constitui a sociedade salarial, como explica Castel (2010, p. 416):

Constituiu-se uma nova relação salarial, e, através dela, o salário deixou de ser retribuição pontual de uma tarefa. Assegura direitos, dá acesso a subvenções extratrabalho (doenças, acidentes, aposentadoria) e permite uma participação ampla na vida social: consumo, habitação, instrução e até mesmo, a partir de 1936, lazer.

Dessa forma, torna-se de extrema relevância que o migrante se filie ao mercado de trabalho na cidade de Araguaína, para que assim se integre à sociedade e consiga se manter em uma área de coesão social.

3.2 Filiação e desfiliação: a centralidade do trabalho para as discussões da contemporaneidade

Ao entendermos que a inserção ou não no mundo do trabalho é o mecanismo de filiação ou desfiliação social afirmado por Castel (2010), circunscrevemo-nos às discussões que reafirmam tal vinculação como mediadora das relações sociais na contemporaneidade. Cabe dizer que, ao final do século XX, considerando a reconfiguração produtiva do capital industrial, o sociólogo francês André Gorz (1987) publica “Adeus ao Proletariado – para além do socialismo”, o trabalho que se tornaria, alguns anos mais tarde, referência nas discussões a partir de uma suposta significativa redução entre aqueles trabalhadores da indústria nos países de capitalismo mais proeminente.

Grosso modo, pode-se dizer que tal referência inaugura debates em torno da tese do fim do trabalho, e a vitalidade de tais discussões gerou antíteses também entre pesquisadores brasileiros, como Antunes (1995, 2001) e Lessa (2011), que reafirmam a centralidade do trabalho a partir da percepção de que o trabalho produtivo reaparece em contextos distintos do ambiente industrial, metamorfoseando-se em setores diversos das distintas sociedades.

A vitalidade dos debates acerca do trabalho perpassa a transição dos séculos XX para o XXI e, ao final de sua segunda década, observamos Gomes (2016) referenciar-se a Gorz (1987) por meio de interpretação crítica de cunho metodológico reafirmando a capacidade de o trabalho reestruturar-se de acordo com os contextos sociais nos quais opera. A referência se faz nos seguintes termos:

[...] um empirismo simplista permitiu que seu autor ficasse refém das particularidades de seu contexto e, portanto, vinculado apenas ao plano fenomênico [...] o operário tradicional parece desaparecer (ao menos em suas roupagens) em alguns locais enquanto reaparece em outros. O conceito de trabalho produtivo e de proletariado parece encolher ou se expandir, dependendo da interpretação que se faça ou do método utilizado (Gomes, 2016, p. 81, parênteses no original).

Portanto, reafirma-se a centralidade do trabalho a partir das possibilidades interpretativas e metodológicas propostas pelos pesquisadores. Considerando tais debates, filiamo-nos à perspectiva que propõe o trabalho como agente de inserção e coesão social também de acordo com Castel (2010). O Trabalho se estabelece enquanto

fator ontológico essencial para o entendimento tanto da existência quanto da organização humanas em razão de sua característica de centralidade na interpretação da contemporaneidade teórica e empiricamente (Santana; Lemos, 2018).

Buscamos, observando trabalhadoras domésticas migrantes em uma cidade que é referência na Amazônia Legal, problematizar o social a partir de questões apresentadas por Antunes (1995, p. 26): “A classe que vive do trabalho estaria desaparecendo? A retração do operariado tradicional, fabril da era do Fordismo acarreta inevitavelmente a perda de referência e de relevância do ser social que trabalha?”. Os processos migratórios, com suas notórias vinculações ao mundo do trabalho, podem nos mostrar no início da segunda década do século XXI que a coesão proposta por Castel (2010), somada à centralidade proposta por Antunes (1995, 2001), pode explicar muitas das fissuras existentes nas sociedades contemporâneas.

Na perspectiva da centralidade do trabalho, voltamos nosso olhar para a Amazônia Legal para que possamos compreender a dinâmica trabalhista que se instaurou na região. Conforme já evidenciamos no capítulo 2, as políticas públicas de desenvolvimento e os processos de urbanização possuíram ao longo dos anos uma conduta que beneficiou a extração de *commodities* na Amazônia e atendeu às demandas do capitalismo. Dessa forma, o desenvolvimento capaz de gerar bem-estar à população de maneira homogênea nunca fora alcançado. Contudo, surgiram dinâmicas ligadas ao trabalho e que estão presentes no universo de nossa pesquisa.

De acordo com Becker (2013), na época da colonização havia na Amazônia o denominado trabalho velho – que se baseava no conhecimento dos povos indígenas que ali habitavam. Esse trabalho foi muito útil e explorado, uma vez que os colonizadores precisavam dele para descobrir as riquezas que existiam na região. Porém, com o tempo, o trabalho velho foi substituído pelo trabalho novo – que se baseia em uma nova maneira de explorar a terra e escoar a produção existente. Esse trabalho novo foi surgindo na Amazônia acompanhando o processo de urbanização e desenvolvimento de determinadas áreas.

O capitalismo industrial foi determinando as normas e as regras, e a sabedoria e o conhecimento dos povos que ali habitavam foram sendo utilizados como uma base para o trabalho novo. Contudo, ainda de acordo com Becker (2013), o desenvolvimento caminhava junto com o processo de urbanização, e esse era feito em pontos estratégicos, o que resulta em uma ausência de cadeias produtivas eficazes. Dessa forma, obtém-se o predomínio de uma economia informal e dependente do Estado brasileiro. Na esteira de Becker (2013, p. 40):

Por outro lado, a presença contínua e perversa do trabalho semiescravo, perpetuando uma sociedade desigual e restringindo o consumo, também foi um freio à substituição de importações e ao dinamismo urbano, sendo as demandas das elites durante os surtos atendidas por compras nas metrópoles e no exterior.

De acordo com Costa *et al.* (2014), as pequenas cidades possuem uma forte dependência a repasses do governo federal e baixa competência para oferecer educação, saúde, infraestrutura em geral. Tais fatores influenciam nos movimentos migratórios que ocorrem para as cidades médias e alimentam a situação de precariedade do mercado de trabalho. Dessa forma, podemos compreender que as dinâmicas apresentadas no mercado de trabalho da Amazônia Legal possuem raízes profundas que se arrastam ao longo dos anos.

No cenário apresentado, a filiação formal ao mercado de trabalho se torna cada vez mais complexa na região amazônica. Como já evidenciamos, o crescimento do trabalho informal é uma realidade na cidade média de Araguaína, e o migrante é inserido nesse contexto. De acordo com Castel (2010), o trabalho não se constitui apenas uma característica técnica de produção, mas também um meio de integrar ou inserir o indivíduo na estrutura social, havendo uma relação direta entre o cargo ocupado na divisão social do trabalho e a forma de participação na sociedade. Sendo assim, o trabalho se torna um vínculo de extrema relevância para que o migrante consiga se integrar e se manter socialmente na cidade de Araguaína, pois o emprego, além de ser uma proteção, passou a representar status. Uma vez incluso nas redes de sociabilidade, o migrante se encontrará protegido contra os acasos da vida, pois pertencerá ao que Castel (2010) nomeia, de forma metafórica, como zona de coesão social; ou seja, esse migrante passa a estar amparado por todos os benefícios que o Estado propõe em relação ao vínculo empregatício. A sociedade salarial se estrutura por meio do trabalho, e este faz com que a vida seja dotada de sentido. Entretanto, se o trabalho é aquele que inclui, é também por meio dele que o indivíduo é excluído do convívio social. Nesse sentido, Antunes (2009) nos ensina que é necessário ressignificar essa contradição existente entre os indivíduos e as relações de trabalho. Vejamos:

E essa contraditória processualidade do trabalho, que emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza, converte o estudo do trabalho humano numa questão crucial de nosso mundo e de nossas vidas neste conturbado século XXI, cujo desafio maior é dar sentido auto constituinte ao trabalho humano e tornar nossa vida fora do trabalho também dotada de sentido (Antunes, 2009, p. 12).

O fato é que ser inserido no mercado de trabalho pode ser crucial para que o migrante consiga se manter em seu novo destino. Porém, em muitos casos, faz-se

necessário que estes preencham uma série de requisitos, como escolaridade, experiências profissionais, conhecimentos técnicos, entre outros. A ausência desses atributos os torna vulneráveis nas relações de trabalho, pois encontram resistência ao buscar inserção no mercado de trabalho de maneira formal e com seus direitos resguardados.

Castel (1997) discute os processos de marginalização social a partir do escopo instaurado pelas dinâmicas sociais que estruturam vulnerabilidades de matizes diversos e que levariam àquilo que se denomina desfiliação. Para esse autor, os processos de marginalização resultantes da vulnerabilidade são ocasionados pelo desgaste ocorrido nos dois fluxos de posicionamento e pertencimento aos diversos nichos sociais integrantes do tecido social:

[...] em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional. Todo indivíduo pode ser situado com a ajuda deste duplo eixo, de uma integração pelo trabalho e de uma inserção relacional. Esquematizando bastante, distinguimos três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. (Castel, 1997, p. 23).

Considerando as sociedades capitalistas contemporâneas e a pulverização dos mecanismos de pertencimento social supracitadas, constituem-se na obra de Castel (1997) as categorias que contribuíram para que suas reflexões se tornassem referência em muitos dos campos das ciências sociais. Tais categorias textualizam-se a partir de três zonas que se estruturam em decorrência da intensidade da capacidade de gerar inserção, a saber: a **zona de integração (ou filiação)** cuja característica primeira traduz-se em trabalho decente e fortes vínculos sociais; **a zona de vulnerabilidade**, cuja característica é o trabalho gerado a partir de relações de produção precárias e como consequência laços sociais frágeis; e a **zona de desfiliação**, cujas marcas principais são a completa ausência ou a expectativa de trabalho e o isolamento no que diz respeito a vínculos sociais.

Enquanto proponente de perspectiva analítica para as sociedades contemporâneas, Castel (2000), em perspectiva macrointerpretativa, delimita a chamada questão social. Grosso modo, busca demarcar alguns dos desdobramentos da fragilização das relações de trabalho que resultam em “desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização [...] que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social” (Castel, 2000, p. 239). Constata ainda que as alterações observadas no mercado de trabalho permeadas por precarizações distintas, como a terceirização, resultam em degradação

em outros setores da vida social, tais como aquelas denominadas pelo mesmo autor de “proteção aproximada”, quais sejam: as comunidades de trabalhadores com problemas e pautas comuns, bem como sua respectiva inscrição em relações familiares fortes e estáveis (Castel, 2000).

A literatura brasileira que se dedica a estudar a obra de Castel ou mesmo propor abordagens investigativas derivadas dos conceitos apresentados pelo autor contempla objetivos diversos, tais como: a avaliação da pertinência de sua proposta para a análise das especificidades da realidade do mundo do trabalho no Brasil e a universalidade de sua compreensão das relações de trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas. Nesse sentido, Brandão (2002, p. 142), ao citar Vera (1999), menciona que as percepções de Castel,

[...] apesar de terem sido forjadas por sobre a realidade francesa, trazem contribuições importantes para o debate conceitual brasileiro, fundamentalmente porque abarcam questões que se desenrolam também em nosso cotidiano. A principal seria a produção de vulnerabilidades sociais acopladas à perda do lugar de ‘trabalhador’ para uma parcela da sociedade que, se instala em uma área de precariedade de suas condições materiais de reprodução.

A constatação de semelhanças com a realidade brasileira parte do princípio de que a produção via dinâmica capitalista apresenta traços compatíveis com distintas realidades. Há o entendimento de que se trata de concepção de análise baseada em premissas bastante simples: “o argumento [...] é, portanto, simples. Os indivíduos teriam dois pontos de conexão que funcionariam como motores de coesão à sociedade, um destes é de fundo econômico e outro de fundo social.”

Perspectiva similar acerca das constatações da universalidade das relações de trabalho sob o capitalismo é proposta por Maciel (2014), para o quem o traço universal seria a produção e a legitimação em torno de atores sociais nomeados por Castel (1998) de “sobrantes”, ou seja, de pessoas que sempre estiveram fora dos padrões de todas as atividades consideradas como trabalho digno e legítimo. Soma-se a essa constatação a variável igualmente universal apontada por Maciel (2014, p. 115) acerca da obra de Castel (1998), a saber: “A produção e a legitimação de formas universais de filiação e desfiliação no mercado de trabalho considerado útil e digno são um traço universal do capitalismo”.

Sendo assim, nem todo trabalhador é absorvido pelo mercado de trabalho de maneira formal, e quando o trabalhador migrante não consegue se integrar ao mercado de trabalho, ele é direcionado para o que Castel (2010) entende por Zona de Vulnerabilidade:

A vulnerabilidade social é uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. [...] Se ocorrer algo, como uma crise econômica, o aumento do desemprego, a generalização do subemprego: a zona de vulnerabilidade se dilata, avança sobre a da integração e alimenta a desfiliação (Castel, 2010, p. 54).

É importante ressaltar que essa zona de vulnerabilidade não possui relação direta com a pobreza, embora os impactos sobre ela sejam mais fortes e visíveis, como expõe Castel (2010, p. 25, aspas do autor):

A dimensão econômica não é, pois, o diferenciador essencial, e a questão apresentada não é a da pobreza, ainda que os riscos de desestabilização recaiam mais fortemente sobre os que são desprovidos de reservas econômicas. Portanto, se os mais abastados não são os primeiros concernidos, também não são necessariamente os mais ‘pobres’ ou os ‘mais carentes’.

Sobre essa dinâmica, Castel (2010) afirma que as relações de trabalho que se estendem na precariedade são cada vez mais frequentes e crescem de maneira significativa, criando dessa forma uma vulnerabilidade de massa que teria como principal imposição a flexibilização das questões trabalhistas. Constatase que trabalhadores aceitam renunciar aos seus direitos nas relações de trabalho para se manter nessa zona de vulnerabilidade social e não passar para a zona de exclusão social. Castel (2010, p. 517) demonstra essa flexibilização por meio deste exemplo:

A flexibilidade não se reduz à necessidade de se ajustar mecanicamente a uma tarefa pontual. Mas exige que o operador esteja imediatamente disponível para adaptar-se às flutuações da demanda. Gestão em fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos casos dos mercados tornaram-se os imperativos categóricos do funcionamento das empresas competitivas. Para assumi-los, a empresa pode recorrer a subcontratações (flexibilização externa) ou treinar seu pessoal para flexibilidade e para polivalência a fim de lhe permitir enfrentar toda gama das novas situações [...].

Os indivíduos que não conseguem filiar-se ao trabalho, mesmo que em condições precárias, por questões de saúde ou outros fatores impostos pela seleção que o sistema capitalista realiza, são diagnosticados por Castel (2010) como supranumerários invisíveis, que são alojados nas margens da sociedade. Entretanto, a zona de exclusão social, onde esses supranumerários estão alojados, cresce em direção às zonas de integração social, o que gera a ameaça de uma ruptura total da coesão social.

Porém, a sociedade capitalista do século XXI se mostra cada vez mais seletiva e impiedosa, impondo barreiras para que os indivíduos sejam absorvidos pelo mercado de trabalho de maneira formal. Essas barreiras estão diretamente ligadas ao processo de desenvolvimento heterogêneo que se dá entre os municípios brasileiros, fazendo com que determinadas regiões sejam produtoras de desigualdades sociais que geram mão de

obra barata, como nos demonstram Demartini e Truzzi (2005, p. 57):

Atualmente, diferentes pesquisas em várias regiões do mundo têm mostrado que, cada vez mais, o capital busca esses viveiros de mão de obra barata, desqualificada, a fim de aumentar os níveis de acumulação. A mundialização e seu corolário - a reestruturação produtiva - trouxeram várias consequências, entre elas, a precarização do trabalho, a segmentação por sexo e raça/etnia, a desqualificação, a temporalidade do trabalho, além do desemprego e da exclusão social.

A afirmação acima encontra respaldo na dinâmica de migrações que será exposta nos capítulos subsequentes, bem como na disparidade de contextos dos locais de origem e destino dos deslocamentos.

A literatura problematiza e expõe o aumento contínuo e significativo do trabalho informal em razão das recentes transformações nas relações de produção e consumo pautadas pelo capital e debate, de acordo com Beloque (2007), Souza (2014), Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2015), temas como raça e informalidade, juventude e precariedade do trabalho e o aumento significativo dos postos de trabalho informal atualmente. Cabe destacar que essa mesma literatura afirma que muitos indivíduos aceitam essa nova condição seja pelo fato de serem beneficiados com esse novo modelo estrutural do trabalho, que lhes confere uma frágil percepção de inserção, seja pelo fato de dependerem dessa estrutura para manter sua sobrevivência. De acordo com Antunes (2005, p. 20), evidenciam-se os efeitos dessa nova formulação das relações de trabalho:

Mas o nosso mundo contemporâneo oferece outra contribuição ao debate: fez explodir, com uma intensidade jamais vista, o universo do não trabalho, o mundo do desemprego. Hoje, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo está exercendo trabalhos parciais, precários, temporários ou já vivencia as agruras do não trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo, como Prometeus modernos, à cata de algo para sobreviver.

Tal processo não se constitui em anomalia que ocorre apenas no Brasil, é uma coesão que afeta toda sociedade que foi fundada sob a estrutura do capitalismo. Estamos diante de uma reorganização da lógica de produção que nos obriga a produzir sempre e às vezes nos confundimos com a própria mercadoria. Ainda sob a ótica de Antunes (2005, p. 20) “estamos num momento de novos experimentos, que têm, entretanto, que tomar o passado recente como matéria de reflexão, balanço e análise”.

3.3 Trabalho e divisão sexual

Inerente a esse contexto de processos migratórios e a inserção do migrante ao

mercado de trabalho, ainda temos uma terceira variável, a divisão sexual do trabalho. É de extrema relevância evidenciar aqui que as mulheres não apenas se deparam com a coesão trabalhista que ocorre na estrutura do capitalismo, mas também carregam consigo o fardo de serem do sexo feminino.

A desvalorização do trabalho feminino não é algo recente, essa dinâmica já assola a sociedade há décadas e está enraizada em nossa cultura de tal forma que às vezes parece comum. O maior exemplo dessa desvalorização está ligado ao trabalho doméstico; já se tornou natural ensinar crianças do sexo feminino brincadeiras como cuidar da casa, cuidar de bebês, fazer comidinhas, entre outras, que, na verdade, ensinam a essas desde muito cedo que a mulher tem responsabilidades com a casa, com os filhos, com o marido. De acordo com as interpretações acerca da divisão sexual do trabalho, a desvalorização do trabalho doméstico está diretamente relacionada à estrutura constituída em nossa sociedade, como nos expõe Sucupira (2016, p. 18, aspas no original):

Tem por característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares). Nela, produção 'vale' mais que reprodução, produção masculina 'vale' mais que produção feminina, tanto em termos de valorização social quanto econômica.

Tais responsabilidades são inseridas de maneira tão natural e sutil que parecem estar entrelaçadas ao gênero feminino, como se fosse uma obrigação da mulher e, por ser uma obrigação, não merece ter seu valor reconhecido, pois é compreendido apenas como um trabalho reprodutivo. O capitalismo é um sistema patriarcal que valoriza os trabalhos produtivos, desvalorizando totalmente o trabalho reprodutivo e não reconhece que para os trabalhos produtivos possam ocorrer é fundamental que haja o suporte do trabalho reprodutivo (Vieceli *et al.*, 2017).

Assim, o trabalho doméstico é socialmente entendido e legitimado como uma atividade que não possui fins lucrativos, ou seja, não possui natureza econômica. Esse aspecto, de acordo com a divisão sexual do trabalho, facilita ainda mais a desvalorização do trabalho doméstico remunerado, trabalho esse que é atribuído de forma impositiva às mulheres, como demonstram Sousa e Guedes (2016, p. 125):

O trabalho doméstico recaía sobre as mulheres com base no discurso, vivo até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado. Essa atribuição social do cuidado ao feminino, primeiramente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado, e posteriormente, com as transformações socioeconômicas e a busca de independência feminina, marcou desvantagens em relação aos homens na atuação econômica e social.

Nesse contexto, fica evidenciado que ser do sexo feminino por si só gera uma limitação ao indivíduo, por já nascer condicionado a uma vida privada. Nesse sentido, para que consiga competir em igualdade com sexo masculino no mercado de trabalho, a mulher precisa vencer barreiras inimagináveis. Os fatores que alimentam esse processo de desigualdade presente em nossa sociedade são a separação entre trabalhos femininos e masculinos e a hierarquização do trabalho masculino, que atribui a esse um valor maior (Sucupira, 2011). Ainda que a mulher esteja cada vez mais presente nos chamados trabalhos produtivos, existe uma distinção sobre quais cargos são atribuídos às mulheres e quais cargos serão ocupados por homens, de acordo com Antunes (2005, p. 256):

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, em geral as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e frequentemente fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e muitas vezes também aos[às] trabalhadores[as] imigrantes e negros[as]).

Porém, mesmo enfrentando essas desigualdades que estão relacionadas ao sexo feminino, a mulher tenta se inserir no mercado de trabalho para garantir renda, ainda que mínima, e acaba se tornando indutoras de avanços e retrocessos, como expõe Leal (2011, p. 5):

Destaca-se ainda o efeito ambíguo desta inserção, ao mesmo tempo em que ela possibilita um avanço na diminuição das desigualdades entre os sexos e da pobreza que assola principalmente as mulheres, esta mesma inserção alimenta estes males, tendo em vista que, em geral, as mulheres têm remuneração mais baixa do que a do homem mesmo quando realizam as mesmas tarefas, tem a mesma jornada de trabalho e muitas vezes, até melhor qualificação.

Ocorre que o trabalho feminino, mesmo quando desempenhado de maneira produtiva, não recebe o devido reconhecimento, sempre é considerado uma ajuda ao trabalho do homem, como se o trabalho feminino fosse mais brando, menos importante (Demartini; Truzzi, 2005). Assim, por mais que nas últimas décadas a discussão sobre a divisão sexual do trabalho tenha ganhado força, e as mulheres tenham passado a ocupar cargos compreendidos como masculinos, a desigualdade persiste, como nos demonstram Souza e Guedes (2016, p. 126):

Essa oposição entre o masculino e o feminino, no entanto, vem sendo colocada em xeque à medida que as mulheres ocupam mais funções ditas masculinas no mercado de trabalho e na vida pública e os guetos femininos passam também a ser ocupados por homens. Vale ressaltar que o adensamento de mulheres nos espaços historicamente masculinos não significa alteração na essência da divisão social do trabalho, pois ainda há hierarquização do trabalho masculino como de maior valor do que o trabalho feminino.

Em meio a todos esses obstáculos impostos pela divisão sexual do trabalho, encontram-se também os processos migratórios. Conforme já evidenciamos, em muitos casos esses são desencadeados pela repulsão dos locais de origem e a atração que se vislumbra no destino escolhido. Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho encontra-se presente tanto na partida quanto na chegada das mulheres migrantes. Na esteira de Demartini e Truzzi (2005, p. 6), podemos compreender que:

Quando a relação mulher-terra enfraquecida se rompe, quando a terra perde definitivamente a característica de fator de produção e quando o dinheiro proveniente do assalariamento masculino é insuficiente para manter o grupo familiar, a mulher é forçada a migrar.

Nessa perspectiva, a divisão sexual do trabalho, de certo modo, também condena as mulheres que escolhem migrar, uma vez que, além de serem cobradas para conseguir a inserção em um trabalho produtivo, continuam responsáveis por cuidar de seus filhos, da casa e de todos que as cercam, ou seja, o trabalho produtivo não diminui o peso do trabalho reprodutivo que a mulher carrega consigo. A cobrança pelo trabalho reprodutivo é algo que fica em seu subconsciente. Portanto, quando uma mulher migrante, deixa seus filhos para ingressar em um processo migratório em busca de melhores condições de vida, o peso que ela carrega consigo já a tortura desde o momento da partida.

As mulheres migrantes que migram sem os filhos os deixam sob a guarda de parentes ou até mesmo de filhas mais velhas. Para elas, a situação de migrante é um fardo pesado, pois a ausência durante vários meses acarreta a angústia, sem contar que, às vezes, a falta de notícias dura várias semanas. Todos os depoimentos apontam também para o sentimento de culpa por não estarem cumprindo as normas do modelo materno, segundo o qual as crianças devem estar sempre junto das mães (Demartini; Truzzi, 2005, p. 69).

Caso essa migrante não consiga êxito em seu processo, em seu egresso é vista como uma fracassada, como se não tivesse tido competência suficiente para se estabelecer e se inserir no trabalho produtivo, o que lhe acarreta problemas psíquicos e mentais, enquanto os homens são recebidos com festa. Em muitas cidades, trata-se o migrante como se fosse um herói; muitos deixam filhos em outras cidades, mas nada disso lhe é questionado pelo fato de ser do sexo masculino (Demartini; Truzzi, 2005).

Diante do exposto, cabe aqui uma última reflexão. Mesmo com tantas desigualdades, sofrimentos e dores que a divisão sexual do trabalho causa, ainda são poucas as políticas públicas direcionadas a corrigir tal distorção social. Um exemplo disso é a lei das empregadas domésticas, que só foi concretizada no ano de 2016. Talvez essa falta de interesse em propor projetos e leis que deem mais proteção à mulher em

sua relação com o trabalho produtivo se dê pelo próprio fato de a participação da mulher na política brasileira ainda ser minoritária.

Por último, evidenciamos que as teorias abordadas neste capítulo atendem à necessidade da pesquisa, pois dão embasamento às nossas três principais variáveis, sendo elas: os processos de migração, os processos de filiação e desfiliação no mercado de trabalho e as empregadas domésticas migrantes no município de Araguaína-TO.

3.4 Trabalho doméstico: revisão da literatura

Ao procedermos à discussão da literatura que trata do trabalho doméstico no Brasil, referenciamos-nos em dois marcos especificamente. O primeiro deles diz respeito ao estudo publicado por Brites (2013) no qual retoma em análise o período que compreende as duas décadas anteriores à sua pesquisa, buscando demonstrar “as principais questões estruturantes do campo nos debates atuais” (Brites, 2013, p. 425). Para tanto, a autora toma como referência as investigações de Avila (2009) e Fraga (2013), que se propõem a revisar a literatura sobre o tema e contemplam concepções de origens diversas, como “estatística, organizacional, legal e racional; e questões de cidadania” (Brites, 2013, p. 425). O segundo diz respeito ao procedimento de segmentação temática que realizamos após revisão dos trabalhos realizados sobre o tema em duas bases de dados, SciELO e Periódicos CAPES. Nesse sentido, considerando os recortes adotados, seccionamos cinco grupos a partir das seguintes questões centrais, cada um deles abordando o trabalho doméstico: 1 – contextualização histórica; 2 – regulamentação jurídico-laboral; 3 – levantamento de perfis; 4 – trabalho infantil e 5 – relações de gênero. Cabe dizer que o último grupo perpassa, enquanto perspectiva temática, pelas abordagens dos quatro primeiros.

Característica inerente aos dois marcos apontados acima é mencionada por Brites (2013, p. 443): “Embora a literatura sobre trabalho doméstico não seja tão vasta, as questões abordadas percorrem inúmeros aspectos fundamentais que envolvem o ofício”. Essa diversidade de aspectos é igualmente mencionada em Pereira (2012), ao afirmar que a produção acadêmica nacional se constrói a partir de trabalhos cuja abordagem parte de distintos campos do conhecimento, como Direito, Educação, História, Psicologia, Ciências Sociais, Economia e Serviço Social. Sendo assim, procederemos a seguir à exposição dos trabalhos cujas discussões contemplam os cinco grupos acima delimitados.

No que diz respeito à contextualização histórica do trabalho doméstico, nosso **primeiro recorte**, Mello (1998) esclarece que “a história do serviço doméstico no Brasil

não difere muito da acontecida nos Estados Unidos. Aqui como lá, antes da abolição da escravatura, escravos domésticos eram encarregados das tarefas do lar”. Variáveis que remetem aos segmentos mais vulnerabilizados da população brasileira estão visceralmente associadas ao trabalho doméstico, de acordo com o que nos afirma Nogueira (2017): “A identidade do trabalho doméstico no Brasil tem de ser encarada a partir do entrecruzamento de recortes sociais nos quais, gênero, raça e classe são fundamentais”. Ou seja, há relação direta entre a historicidade das trabalhadoras domésticas e sua inserção contemporânea no mercado de trabalho.

Silva (2017) reafirma haver vínculo histórico entre o emprego doméstico e a herança da escravização das populações negras no Brasil. Encontra nessa perspectiva a atual compreensão social depreciativa e discriminatória do trabalho doméstico em nosso país: “A discriminação relativa ao trabalho doméstico nasce, pois, de sua representação ligada à condição escrava e, conseqüentemente, à sua desvalorização social” (Silva, 2017). Portanto, para nos referenciarmos na historicidade do trabalho doméstico, procederemos a uma breve exposição das condições das mulheres escravizadas durante o período colonial brasileiro, nomeadas como negras de ganho ou negras de tabuleiro.

No contexto de urbanização acelerada das Minas Gerais do início do século XVIII, o aumento das populações em razão da mineração e de outras atividades, como a agricultura, o comércio e a prestação de serviços de natureza diversa, gerou demanda por força de trabalho de naturezas distintas, tanto livre quanto escravizada, para atender a uma crescente divisão do trabalho. Negras de ganho, negras de tabuleiro e quitandeiras são os nomes pelos quais as mulheres negras escravizadas eram conhecidas nas sociedades brasileiras dos séculos XVIII e XIX. Reis (1989, p. 72), ao estudar a escravidão urbana nas Minas Setecentistas, menciona as ““negras de tabuleiro” (vendedoras ambulantes escravas e forras), que, inseridas naquela sociedade, se incluem na modalidade de trabalho escravo urbano, denominadas escravas ao ganho.

Ao desenvolver estudo sobre as negras libertas durante o século XIX em São Paulo, Telles (2011, p. 29) destaca que, “fonte única ou complemento da renda de viúvas, profissionais liberais e funcionários públicos, as escravas tinham por destino “as ruas da cidade ou a cozinha de casas nem sempre portentosas”. Lifschitz (2015) denota o termo quitandeiras que era “ajudavam a incrementar a renda dos seus senhores com o comércio nas ruas [...] uma vez paga a sua obrigação podiam comprar a própria alforria ou de seus filhos e companheiros”. Ressalte-se o caráter de resistência nas práticas das mulheres negras escravizadas ao mobilizarem recursos para a libertação de entes queridos.

Bonomo (2014) atualiza o termo *quitandeira* como atividade laboral do século XXI enquanto herança da memória social mineira, continua sendo em sua totalidade exercida pelo sexo feminino e que, de acordo com a autora, “é utilizado para designar as mulheres que fazem e vendem quitandas artesanalmente. Essas quitandas, por sua vez, representam um ritual doméstico da tradição mineira” (Bonomo, 2014, p.14). Portanto, brevemente apresentamos a historicidade do trabalho doméstico. Tais características, em razão de sua extrema precariedade portadora de significativos estigmas sociais decorrentes do notório preconceito de raça que recai sobre as populações afro-brasileiras, resultaram em um sem-número de vulnerabilidades às quais estão sujeitas as trabalhadoras domésticas na contemporaneidade e que serão expostas nos próximos quatro recortes.

Nosso **segundo** recorte se refere à regulamentação jurídico-laboral. A literatura que discute a legislação para regulamentação do trabalho doméstico parte de três enfoques principais: o primeiro diz respeito “[à] luta pela desconstrução dos preconceitos relacionados ao trabalho doméstico, sobremaneira estigmatizado pelos desdobramentos da herança social da escravidão” (Vallibüttow, 2015, p. 2). Tal perspectiva é compartilhada pelos trabalhos de Kamada (2012), Braga (2013) e Matsumoto (2017), e parte da premissa de que a escravização das populações africanas deixa como legado a seus descendentes no Brasil a exposição a postos de trabalho fragilizados em decorrência da ausência de acesso a políticas públicas de matizes diversos. O segundo enfoque volta-se à precarização do trabalho demonstrando o perfil das trabalhadoras e discutindo a chamada PEC das domésticas. Francisco *et al.* (2015, p. 788) mencionam a respeito de tal regulamentação:

Pouco mais de dois anos, após a promulgação da proposta de Emenda Constitucional nº72/2013, conhecida como PEC das domésticas, obtiveram mais uma conquista. Foi sancionada recentemente a regulamentação de Lei nº 150, que estabeleceu, além dos que direitos com eficácia imediata e que já entraram em vigor em 2013, outros sete novos benefícios para essa classe de trabalhadores.

Os recortes de gênero e raça, somados à precarização das condições de trabalho, são reafirmados em dois relatórios do Instituto Doméstica Legal respectivamente relativos aos anos de 2014 e 2015, em consonância com as discussões sobre a necessidade premente de equiparação da proteção trabalhista via legislação.

Vallibüttow (2015, p. 3), em análise do relatório supracitado para o ano de 2015, expõe as seguintes características:

Além da questão da informalidade, outra situação recorrente neste tipo de trabalho são os fortes recortes de gênero e racial, visto que a maioria dos trabalhadores domésticos são mulheres, para sermos mais exatos 5.1 milhões, o que em termos percentuais corresponde a 92,60 %, dentre as quais um número significativo de mulheres negras, pardas e mestiças, aqui corresponde a 4,5 milhões, isto é, a 70% do universo das empregadas domésticas.

Os dados apresentados para o ano de 2015 são reafirmados pelo mesmo instituto em relatório produzido para o ano de 2020, considerando-se o contexto da pandemia causada pela COVID-19.

Características do emprego doméstico. De acordo com o Estudo 96 de 15/07/2020, divulgado pelo DIEESE com base na PNAD 2018 do IBGE, intitulado ‘Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus’, o perfil dos 6.230.000 de trabalhadores domésticos ocupados é de extrema fragilidade, em que 75% dos trabalhadores são informais, têm baixa renda, muita pobreza, baixa escolaridade, 93% dos trabalhadores são mulheres, 75% são negras. Muitas trabalhadoras são as provedoras do lar, moram em lugares sem saneamento, ou seja, um dos segmentos mais atingidos pela COVID-19 (INSTITUTO DOMÉSTICA LEGAL, 2010, p. 4, aspas no original).

As discussões acerca da proteção jurídica ao trabalho doméstico quanto às suas especificidades demonstram a precarização e a vulnerabilidade decorrentes de uma herança histórica de séculos de violência à qual as populações negras, e aqui mais especificamente as mulheres negras, foram submetidas no Brasil.

O **terceiro recorte** discute o perfil das trabalhadoras domésticas e em certa medida reafirma algumas das constatações expostas anteriormente. Temas como acidentes de trabalho, vulnerabilidades decorrentes de fatores diversos, proteção diante da automação de muitas das atividades que se desenvolvem no ambiente doméstico e resistência via sindicalização fazem parte da problematização tratada pelo recorte. Alves (2019, p. 93) se propõe a analisar a vulnerabilidade fática e jurídica do trabalho doméstico. Para tanto, recorre à análise de jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em relação ao uso da palavra “vulnerabilidade”. Tal perspectiva busca suporte na análise do direito do consumidor e da vulnerabilidade negocial, referenciando-se em duas obras, a saber: Marques (2014) e Konder (2015).

Ainda segundo Alves (2019), a vulnerabilidade de que trata a literatura mencionada materializa-se por meio da desigualdade de forças entre empregadores e empregados nos momentos de resolutividade de conflitos. Abordagem com perspectiva distinta acerca do perfil das trabalhadoras domésticas é encontrada em Barbosa (2013), cuja investigação dedica-se a problematizar as condições de trabalho de domésticas vinculadas ao Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Domésticos do Município de João Pessoa. A perspectiva teórica desse trabalho percorre a trajetória dos

estudos de gênero, bem como do movimento feminista brasileiro e circunscreve a condição social adversa de tais trabalhadoras como resultante da discriminação de gênero e raça. A sujeição a acidentes de trabalho não fatais é tema do trabalho desenvolvido por Santana (2003, p. 65), que constatou:

[...] incidência anual de acidentes de trabalho não fatais em 5,0%, maior entre as empregadas em serviços domésticos (7,3%) do que entre as demais trabalhadoras (4,5%) [...]. Metade dos acidentes entre empregadas em atividades domésticas causou efeitos, frequentemente não incapacitantes, mas que levaram 38,1% dessas mulheres a faltar ao trabalho.

Observa-se circunstâncias marcadas pela vulnerabilidade, resistência, desigualdade nas relações de trabalho e tentativas de estabelecimento de equiparação de forças na busca pelo enfrentamento via coletividade proporcionada pela estrutura sindical.

O **quarto recorte** diz respeito ao trabalho infantil na atividade doméstica problematizado tanto sob o prisma da denúncia de prática já devidamente condenada pela legislação trabalhista quanto pelas relações de poder e percepções vinculadas pelos diversos *media*. Novais *et al.* (2016) tratam o tema sob a perspectiva da emergência social na contemporaneidade brasileira e sustentam a análise de acordo com as discussões acerca do trabalho em condições análogas à de escravo. Esse trabalho aborda ainda a parceria firmada no ano de 2006 entre o governo brasileiro e a OIT intitulada Agenda Nacional do Trabalho Decente e tipifica o trabalho doméstico infantil sob o seguinte escopo:

Essa agenda impulsiona internamente o combate ao trabalho análogo ao de escravo e, nesse cenário, é instituída a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil - TIP a partir do Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, que, entre diversas tipificações de atividades laborais que são prejudiciais ao desenvolvimento infantil, insere como prática das piores formas de trabalho infantil o trabalho doméstico (NOVAIS *et al.*, 2016, p. 335).

Reafirma-se a premente necessidade de políticas públicas de proteção às vulnerabilidades constatadas em significativa parcela da sociedade brasileira. Para além de propostas de aperfeiçoamento do aparato legislativo e repressivo para o combate de tais práticas, textualiza-se a denúncia da, ainda fortemente presente em nossa sociedade, herança da escravização das populações de origem africana. Cal (2016, p. 12, grifos da autora) busca a interpretação das relações de poder em Allen (2000) para,

a partir dos conceitos de ‘poder sobre’, ‘poder para’ e ‘poder com’ (*power over, power to e power with*) – [...] fazer-nos entender a trajetória de crianças e adolescentes trabalhadoras domésticas, tanto na esfera íntima quanto na esfera do trabalho e das interações sociais.

As condições degradantes do trabalho doméstico infantil associadas às relações de poder e aos discursos veiculados pelos *media* proporcionam caráter de denúncia à problematização acerca desta faceta cruel das relações de trabalho no Brasil.

Sobre o **quinto recorte**, relações de gênero, é possível dizer que se trata de abordagem também presente nos recortes anteriores e sempre associada ao viés de constatação e denúncia das relações de força que resultaram ao longo de nossa história em discriminação e desvalorização do trabalho feminino e cuja precariedade se acentua quando a ela é associado o recorte étnico. Martins, Luz e Carvalho (2011) desenvolvem estudo sobre a divisão do trabalho doméstico em residências de famílias de mulheres trabalhadoras do Instituto Federal de Santa Catarina. As autoras buscam referencial teórico em Castells (1999) e partem do pressuposto que

o patriarcalismo é um dos sistemas que pode estruturar uma sociedade e é caracterizado pela supremacia masculina – uma suposta autoridade do homem é imposta sobre a família, buscando principalmente a subordinação da mulher ao homem (Martins; Luz; Carvalho, 2011, p. 29).

O trabalho interpreta o espaço familiar enquanto lugar de desigualdade nas atribuições e nos afazeres do trabalho doméstico. Tal condição permanece mesmo quando as mulheres adentram o mercado de trabalho e contribuem com os maiores percentuais do orçamento de seus respectivos lares. Bastos (2017) problematiza estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que trabalham como domésticas e para tanto busca suporte teórico em Marry (2000) e em Sabóia (2000) para sustentar respectivamente sua compreensão acerca dos estudos sobre gênero, bem como sobre o que entende como o conjunto de trabalhadoras denominadas de empregadas domésticas.

Fortemente marcadas pela herança da escravização das populações negras praticada ao longo de séculos da história do Brasil, as trabalhadoras domésticas encontram-se em contexto social de significativa precariedade marcada por desvalorização e invisibilidade. Os recentes marcos regulatórios de seu trabalho associados ao contexto igualmente recente de crise econômica sistêmica observada no Brasil vinculado nos últimos meses às alterações sociais de diversos escopos causadas pela pandemia provocada pela COVID-19 constituem o quadro de atuação das profissionais cujos movimentos migratórios são o objeto deste trabalho.

4 Migrações para o Município de Araguaína-TO e o Processo de Desfiliação Social

A coleta de dados foi realizada com o intuito de atingir os objetivos do trabalho respondendo à pergunta de pesquisa. Dessa forma, buscou-se identificar a origem e os motivos das migrações das trabalhadoras domésticas para a cidade de Araguaína, bem como a influência da divisão sexual do trabalho na desvalorização do trabalho doméstico.

Para tanto, orientamo-nos por uma pesquisa de natureza qualitativa que se consubstanciou por meio de uma entrevista semiestruturada, buscando dados mais aprofundados, que levassem em consideração as percepções, as emoções, os pensamentos, as interações, as experiências e as vivências das participantes, como expõem Sampierre *et al.* (2013, p. 425):

[...] as entrevistas semiestruturadas se baseiam em um roteiro de assuntos ou perguntas e o entrevistador tem a liberdade de fazer outras perguntas para precisar conceitos ou obter mais informação sobre temas desejados (isto é, nem todas as perguntas estão predeterminadas).

Como já relatamos anteriormente, as participantes da entrevista foram encontradas com base na solidariedade social ou pelo método bola de neve, uma vez que, embora a prática de empregar domésticas sem carteira assinada seja corriqueira, não foi possível encontrá-las de forma organizada, pelo fato de a cidade de Araguaína não possuir nenhum órgão que preste assistência ou represente os direitos dessas mulheres.

Inicialmente foi elaborada uma entrevista com roteiro semiestruturado com cerca de 18 perguntas. Porém, após as primeiras seis entrevistas, observamos a necessidade de adequação de alguns pontos, totalizando assim 23 perguntas (Anexo 1). Entendemos que tal procedimento se caracteriza como pré-teste, possibilitando-nos equacionar questões de interpretação das perguntas ou mesmo adequação quanto ao tempo disponível para as entrevistadas. Tais perguntas tiveram o intuito de alcançar os objetivos desta pesquisa, buscando compreender, entre outros aspectos, quais as causas das migrações realizadas para a cidade de Araguaína; quais fatores em comum tornam as trabalhadoras domésticas vulneráveis na inserção ao mercado de trabalho; como a divisão sexual do trabalho influencia na desvalorização do trabalho doméstico.

Conforme acordado com as participantes, as entrevistas foram realizadas em suas residências, pois percebemos que dessa forma se sentiriam mais tranquilas e não ocuparíamos o tempo de descanso que possuíam. Momentos antes de começarmos as entrevistas, informamos para quais fins seriam utilizados os dados ali coletados. As

entrevistas realizaram-se por meio de áudios gravados do início ao fim. Para realizar a gravação, utilizamos um gravador portátil, da marca Philco Hitachi, garantindo que não se perdessem informações relevantes à execução da pesquisa.

Essa modalidade de pesquisa qualitativa, entrevista semiestruturada, exige muito envolvimento do pesquisador, o qual acaba se tornando um instrumento da pesquisa. Conforme Sampierre *et al.* (2013, p. 417):

Sim, é o pesquisador que, utilizando diversos métodos ou técnicas, coleta dados (é ele quem observa, entrevista, revisa documentos, conduz sessões etc.). Ele não só analisa como também é o meio de obtenção da informação.

Dessa forma, na qualidade de pesquisadoras, atentamos à sensibilidade de demonstrar interesse nas experiências relatadas pelas participantes da pesquisa, mesmo quando as respostas fugiram do roteiro programado, guiando-as sutilmente para que retornassem à estrutura planejada, usando sempre uma linguagem de fácil compreensão. Em nenhum momento houve algum tipo de desconforto ou solicitação de alguma das participantes para que a entrevista fosse suspensa.

O procedimento de tabulação dos dados se iniciou com a transcrição das entrevistas. Para tal procedimento, buscamos apoio no Projeto da Norma Urbana Oral Culta (NURC). Esse projeto foi criado no ano de 1969 com o objetivo de caracterizar a modalidade culta da língua falada nos centros urbanos, respeitando as diferenças culturais existentes em cada região. Desde então, alcançou reconhecimento nacional e é extremamente usado para realizar transcrições fonéticas em pesquisas acadêmicas em todo o Brasil (UFRJ, 2019). Nesse contexto, objetivamos respeitar as particularidades linguísticas de cada uma das participantes entrevistadas, realizando a transcrição fonética a partir dos critérios do Projeto NURC.

Recorremos ainda ao auxílio de um software de análise de dados, o webQDA. Esse software é uma ferramenta que nos ajudou nos processos de tabulação dos dados, permitindo-nos mais agilidade e confiabilidade em nossa pesquisa. Seu uso torna possível encontrar as respostas de forma ágil, e todas as informações ficam armazenadas em seu sistema, demonstrando com clareza todos os atos realizados pelo pesquisador. É de extrema relevância frisarmos que a utilização do webQDA não gera nenhum tipo de influência no resultado da pesquisa e, embora facilite a dinâmica de codificação, solicita do pesquisador intenso processo de leitura acerca dos dados. O referido software não impõe ao pesquisador nenhuma metodologia, permitindo que este utilize suas ferramentas de acordo com os caminhos que objetiva seguir para a elaboração de sua pesquisa. Portanto, mesmo com o auxílio do software, seguimos todos os passos que a

análise de conteúdo nos orienta.

Sendo assim, partindo da transcrição realizada, iniciamos a tabulação dos dados, de acordo com o método de análise de conteúdo, pois esse tipo de método consiste em técnicas que permitem analisar o que se quer comunicar (BARDIN, 2009). Assim, realizamos as transcrições das entrevistas, estabelecendo um primeiro contato e adquirindo orientações e impressões sobre as entrevistas.

Essa leitura flutuante nos permitiu relacionar os dados adquiridos com nosso apoio teórico, constituindo assim o *corpus* da pesquisa. O *corpus* da pesquisa é a junção entre a nossa problemática e o apoio teórico que nos cauciona (Dahlet, 2002). Sendo assim, nas respostas encontradas, pudemos observar a relação com as teorias migratórias em seu aspecto micro, uma vez que foi possível identificar quais os pontos de atração existentes da cidade de Araguaína que a fazem uma cidade receptora de migrantes e de que forma a oferta de trabalho e a divisão sexual do trabalho se destacam nesse contexto.

Do mesmo modo, relacionamos os dados com a teoria das migrações microssociológicas, da coesão social e da divisão sexual do trabalho, do que obtivemos dados em comum sobre: quais as causas que motivaram os processos migratórios, quais fatores tornam as participantes vulneráveis na inserção social por meio do trabalho; a necessidade de serem inseridas ao mercado de trabalho, para que continuem na zona de integração social; quais as possibilidades de trabalho, observando-se a divisão sexual do trabalho, foram encontradas em Araguaína-TO, entre outros.

A partir dessa seleção dos dados analisados de acordo com nossa teoria, buscamos organizar o material resultante das entrevistas de modo que esses adquirissem significado e transmitissem um conhecimento por meio do discurso. De acordo com Bardin (2009, p. 101), “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e validos”. Possuindo a necessidade de ser codificada, essa codificação é o processo em que os dados brutos se tornam legíveis, podendo ser distinguidos pelas características a que pertencem, como explana Bardin (1979, p. 103):

Tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices.

A organização codificada dos dados depende da escolha acerca da forma como os dados serão organizados. Em nossa pesquisa, por se tratar de uma entrevista semiestruturada com trabalhadoras domésticas, os dados foram organizados a partir de

uma classificação e a agregação, ou seja, por intermédio de categorias. É relevante destacarmos que a utilização do software webQDA não isenta o pesquisador de realizar esse processo de codificação.

A categorização, de acordo com Bardin (2009), é uma espécie de estruturação formulada em duas etapas: o inventário, que consiste no isolamento dos elementos, e a classificação, que consiste em repartir os elementos de forma organizada. A autora afirma que a partir da categorização é possível condensar os dados coletados e, para que haja uma boa categorização, é necessário que essa possua os seguintes elementos: exclusão mútua – cada dado só pode ser classificado em uma única categoria; homogeneidade – todas as categorias devem ser governadas a partir de um único princípio; pertinência – a categoria deve ser elaborada de acordo com o material que dará suporte à análise, ou seja, em nosso caso, as teorias sociológicas às quais nos filiamos; objetividade e fidelidade – o item que fora selecionado a uma categoria não poderá ser selecionado em outra, razão por que é importante que o pesquisador defina as variáveis de cada categoria; produtividade – as categorias devem ser elaboradas de modo a possibilitar novas hipóteses e dados. Sendo assim, elaboramos a criação de três categorias e suas respectivas subcategorias; vejamos:

Quadro 2 – Categoria de análise 1

CATEGORIA 1: MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E DE LOCOMOÇÃO				
SUBCATEGORIAS				
Causas das migrações	Movimentos migratórios dentro da cidade em decorrência do trabalho	Meio de transporte usado para ir ao trabalho	Em que setor trabalham	Em que setor moram
Família	Já se mudou para facilitar o trabalho	Transporte coletivo		
Estudo	Nunca se mudou para facilitar o trabalho	Moto		
Trabalho		Bicicleta		
		Caminhando		

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 3 – Categoria de análise 2

CATEGORIA 2: DA VULNERABILIDADE SOCIAL
SUBCATEGORIAS

Idade	Nível de escolaridade	Etnia	Renda individual	Renda familiar	Quantidade de moradores na casa	Recebe auxílio do governo
	Ensino fundamental incompleto	Branca	Até meio salário mínimo	Até meio salário mínimo	Até 3 moradores	Recebe o benefício
	Ensino fundamental completo	Parda	Até um salário mínimo	Até um salário mínimo	Até 4 moradores	Não recebe o benefício
	Ensino médio completo	Negra	Um salário mínimo e meio	Acima de um salário mínimo e meio	5 ou mais moradores	

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 4 – Categoria de análise 3

CATEGORIA 3: O TRABALHO DOMÉSTICO					
SUBCATEGORIAS					
Tempo de trabalho doméstico	Horário de almoço	Horas excedentes trabalhadas	Tem conhecimento dos seus direitos trabalhistas	Possui expectativas com o trabalho doméstico	Já teve acesso a alguma cooperativa
2 anos	Possui horário de almoço	Recebe horas extras	Tem, mas aceita o trabalho sem carteira de trabalho assinada por necessidade	Sim, pois gosta do seu trabalho	Não, nunca viu uma cooperativa
De 2 a 10 anos	Não possui horário de almoço	Não recebe horas extras.	Não tem conhecimento dos seus direitos trabalhistas	Não, pois querem buscar coisa melhor	Sim, já fez parte de alguma cooperativa
De 10 a 20 anos				Querem continuar em seu trabalho, mas gostariam que seus direitos fossem respeitados	
Acima de 20 anos					

Fonte: Elaborado pela autora.

Essas são algumas variáveis que identificamos e codificamos em nossa leitura flutuante, que vão ao encontro de nosso referencial teórico. De acordo com aquilo que a análise de conteúdo nos propõe, após a codificação dos dados, utilizamos para realizar a análise uma abordagem temática, pois, conforme Bardin (1999, p. 177), esse tipo de análise “é transversal, isto é, recorta o conjunto das entrevistas através de uma grelha de categorias projetada sobre os conteúdos”. Portanto, dessa forma, ficam evidenciados o método e a metodologia que utilizamos em nossa pesquisa, tanto na fase indutiva quanto na dedutiva.

Ao começarmos as entrevistas, já tínhamos uma primeira impressão sobre as residências dessas trabalhadoras, que, em geral, são casas sem muros e com poucos móveis; o que chamou nossa atenção é o cuidado dessas mulheres com seus locais de moradia. Na maioria das vezes, quando chegávamos para realizar as entrevistas, as participantes do estudo estavam faxinando suas casas ou já haviam feito; as residências são humildes e muito bem organizadas.

Conforme já elucidamos na introdução, as entrevistas aconteceram majoritariamente aos finais de semana, ocasião em que fomos muito bem recebidas, com respeito e apreço pela pesquisa devidamente apresentada em seus objetivos. Outro fator que nos chamou a atenção foi a quantidade de crianças e adolescentes dependentes dessas trabalhadoras domésticas, sempre presentes na maioria das casas.

Dividiremos a exposição da discussão dos resultados a partir das categorias supracitadas e iniciamos a primeira delas, denominada **vulnerabilidade social**, explicitando na tabela a seguir as condições sociais postas por esse grupo de trabalhadoras

Quadro 5 - Perfil das entrevistadas

DESCRITOR		QUANTIDADE
ESTADO CIVIL	Casada/união estável	9
	Solteira/Viúva	9
QUANTIDADE DE FILHOS	Até dois	4
	Três a cinco	12
	Mais de cinco filhos	2
QUANTOS MORAM NA	Sozinho	2

RESIDÊNCIA	Entre dois e três	3
	Entre quatro e seis	8
	Mais de sete	1
RAÇA	Preta/Parda ¹	17
	Branca	1

Fonte: Organizado pela autora.

Pelo quadro podemos perceber que 12 domésticas têm entre 3 e cinco filhos e a maioria mora em residências bem simples, com mais de 4 pessoas, em um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida. Somente duas não têm filhos, e uma teve sete. Metade delas possui companheiro e metade é solteira, mostrando que 50% desses lares são monoparentais; uma dessas famílias é constituída pela avó e pelas netas. Com relação à raça/etnia vemos uma fotografia que retrata a estrutura social brasileira, como escreve Caetano Veloso em Haiti: “[...] quase pretos de tão pobres são tratados”.

Importante ressaltarmos que, ao contar com a solidariedade social para encontrar nossas participantes, a maior parte das entrevistas foi realizada no setor Lago Azul 3, uma localidade constituída, predominantemente, por casas populares para população com baixa renda, sendo-lhe cobrada uma taxa de 70 reais ao mês. Esse setor fica localizado a cerca de 10,6 km do setor central da cidade de Araguaína.

A vulnerabilidade social ainda é desenhada pelos dados do quadro 6, a seguir:

Quadro 6 - Escolaridade e renda

	DESCRIPTOR	QUANTIDADE
ESCOLARIDADE	Ensino fundamental incompleto	8
	Ensino médio incompleto	2
	Ensino médio completo	10
RENDA	Até quinhentos reais	5
	Menos que um salário mínimo	4
	Salário mínimo	7
	Mais que um salário mínimo	4
BOLSA FAMÍLIA	Recebe	10
	Teve o benefício cortado	3
TRABALHO INFANTIL	Iniciou na infância	16
	Iniciou na vida adulta	2

Fonte: Organizado pela autora.

Vemos no quadro acima que oito das entrevistadas não têm os primeiros anos do

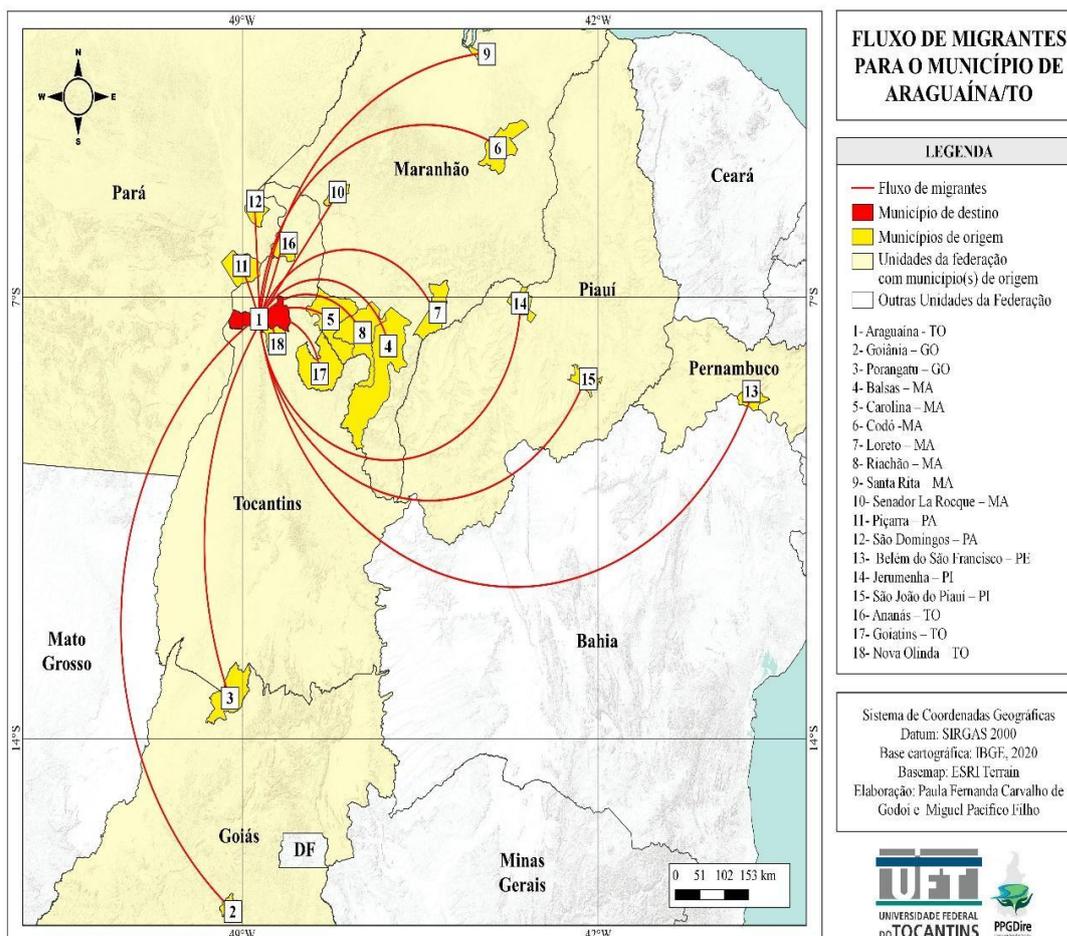
¹ Nessa categoria incluímos autodeclarações como “amarela” (como tom de marrom claro), negra, preta e parda. Palavras utilizadas pelas entrevistadas.

ensino fundamental completo. Uma delas diz nunca ter estudado por falta de oportunidade e dez têm o ensino médio completo. Uma delas está cursando Pedagogia em uma instituição privada. Pelo nível de escolaridade do grupo fica difícil imaginar uma melhoria nas condições de trabalho e de vida, o que é abordado por elas quando falam de futuro. Outro medidor de vulnerabilidade é a renda mensal; cinco dizem ganhar menos de quinhentos reais por mês, entre as quais uma que diz receber cento e trinta reais. Somando-as com as que recebem menos de um salário mínimo, temos 50% da amostra tendo que sobreviver com menos que o considerado mínimo por mês. Dez das entrevistadas recebem o Bolsa Família, e três já receberam, mas por algum motivo tiveram o benefício cortado.

Para completar a configuração de extrema vulnerabilidade social, a maioria começou a trabalhar ainda na infância, com idades que variam de oito a dezesseis anos. Lembremos que, para o Ministério do Desenvolvimento Social, o trabalho infantil doméstico é considerado o mais degradante e se enquadra entre os piores para a infância (BRASIL, 2016). Constatamos que com baixa escolaridade, baixa renda e morando distante dos equipamentos urbanos, esse público tem pouca probabilidade de mobilidade social, podendo perpetuar sua condição de socialmente vulnerável.

Seguimos explorando a categoria de análise **Movimentos Migratórios e de Locomoção**, iniciando com os movimentos migratórios: das 22 entrevistadas, 18 são migrantes e vieram de outras cidades ou estados do Brasil; portanto apenas o último número foi considerado como entrevistas válidas. Pesquisar o trabalho doméstico, na cidade média de Araguaína-TO nos apresentou uma sociedade desigual e com significativas questões trabalhistas a serem equacionadas. A Capital Econômica do Tocantins apresenta uma dinâmica pouco receptiva para com as trabalhadoras domésticas. O mapa 2 sintetiza os movimentos migratórios das domésticas para o município de Araguaína, demonstrando os locais de origem das trabalhadoras.

Mapa 2 - Municípios de origem das trabalhadoras domésticas



Fonte: Elaborado pela autora.

Duas participantes da pesquisa vieram do Estado de Goiás, sete do Maranhão, duas do Pará, uma de Pernambuco, duas do Piauí e três de outras cidades do próprio Tocantins. Acreditamos que esse dado é significativo de uma lógica perversa instituída pela atração que Araguaína exerce em termos de crescimento e desenvolvimento. Contudo, essas mulheres chegam no município com baixa escolaridade, baixo capital social e somam-se aos grupos vulneráveis nas periferias da cidade, sobrando-lhes apenas o trabalho doméstico como opção. Ainda assim, como veremos na análise de conteúdo, consideram que a cidade oferece oportunidades das quais sua região de origem não dispõe. A realidade descrita pelas migrantes confirma-se ao observarmos as desigualdades entre os contextos municipais de seus locais de origem e Araguaína como local de destino. O quadro 7, a seguir, compara três indicadores sociais distintos, produzidos por instituições com atuação em campos diversos.

Quadro 7 - Indicadores sociais: Araguaína e cidades de origem das migrações

Cidade	Índice			Cidade	Índice		
	IFDM*	Mortalidade infantil**	População ocupada***		IFDM*	Mortalidade infantil**	População ocupada***
Araguaína - TO	0,7765	10,32	20,6%	Goiânia - GO	0,8170	12,16	44,0%
				Porangatu - GO	0,7264	12,05	15%
				Balsas - MA	0,5651	15,44	20,0%
				Carolina - MA	0,5044	10,61	12,2%
				Codó - MA	0,5907	14,97	8,0%
				Loreto - MA	0,6123	13,61	9,6%
				Riachão - MA	0,4804	5,49	7,2%
				Santa Rita - MA	0,5427	16,39	4,2%
				Senador La Rocque - MA	0,5273	11,03	6,2%
				Piçarra - PA	0,5575	24,24	8,2%
				São Domingos - PA	0,5310	5,68	6,9%
				Belém do São Francisco - PE	0,6802	9,87	13,5%
				Jerumenha - PI	Não apresenta dados	33,33	9,5%
				São João do Piauí - PI	0,6004	5,62	14,3%
				Ananás - TO	0,6917	5,88	8,9%
Goiatins - TO	0,5346	37,19	4,8%				
Nova Olinda - TO	0,6612	11,11	12,1%				

Fonte: elaborado pela autora.

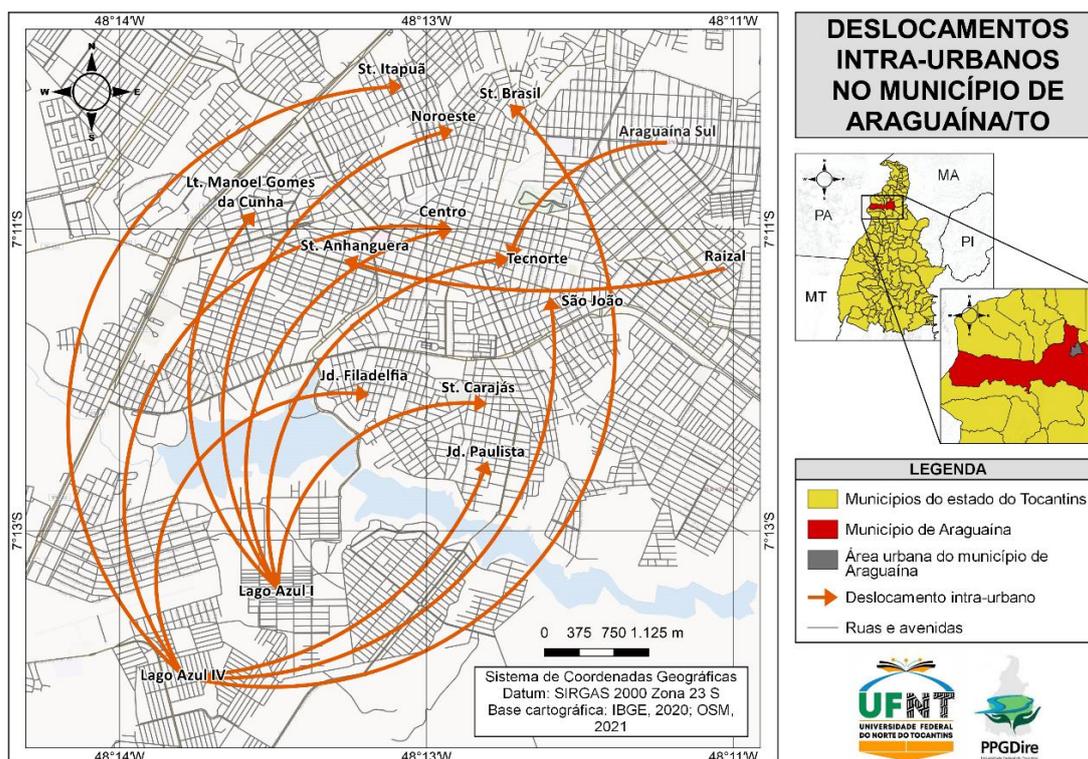
*IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Edição 2018, Ano base 2016. **Mortalidade infantil 2019 – IBGE Cidades (óbitos por mil nascidos vivos). ***Pessoal ocupado 2018 – IBGE Cidades.

O quadro acima demonstra perspectiva comparativa entre Araguaína enquanto local de referência final do processo migratório e os demais municípios de origem das trabalhadoras migrantes. Elegemos três indicadores sociais como parâmetro para verificar a perspectiva teórica baseada no *push-pull*. O primeiro indicador é o índice FIRJAN para o desenvolvimento municipal, constituído pelo Sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) a partir das variáveis emprego e renda, saúde e educação. O segundo e o terceiro indicadores são respectivamente a mortalidade infantil, considerando-se o número de óbitos a cada mil nascidos vivos, e a taxa de pessoal ocupado; ambos os marcadores são produzidos pelo IBGE e disponíveis no site IBGE Cidades.

Observa-se que, ao considerarmos a primeira variável, IFDM, apenas um município, apresenta índice melhor que Araguaína, 5,88%. Ressalta-se que se trata de uma capital, Goiânia, e, portanto, sujeita a uma dinâmica distinta. Considerando-se a segunda variável, somente 5 municípios apresentaram números melhores que Araguaína, ou seja, 29,41%. Entre eles Ananás, que está a apenas 115 km de Araguaína e, portanto, pode se valer da estrutura de saúde deste município. Pontue-se que mesmo a capital Goiânia apresenta dados piores que Araguaína. No que se refere à terceira variável apenas um município apresentou dados melhores que Araguaína, Goiânia, com 5,88%.

Os contextos de origem das trabalhadoras domésticas entrevistadas demonstram junção de fatores capazes de apresentá-los com menores condições de atratividade e projeção de vida futura, o que permite que sejam classificados como parte da dinâmica *push-pull*. Essas trabalhadoras se deslocam para seus trabalhos por meio de transporte coletivo, motocicleta, bicicleta ou até mesmo a pé, em direção às mais diferentes regiões da cidade. Em sua grande maioria, nunca conseguiram se mudar para facilitar o acesso ao trabalho, morando onde conseguem se fixar. No mapa 3, a seguir, vemos o deslocamento que fazem de seus bairros de moradia para os locais de trabalho.

Mapa 3 – Deslocamentos casa-trabalho



Fonte: Elaborado pela autora.

É possível verificar que moram distante dos locais de trabalho e deslocam-se em média 10 km para trabalhar. A cidade enquanto estrutura urbana é acessada apenas como forma de subsidiar a vida, uma vez que os equipamentos de lazer e de compras se encontram distantes. No mapa 3, vemos que o deslocamento ocorre de regiões periféricas para aquelas localizadas próximo do centro e de bairros considerados de classe média e alta. Para ir ao trabalho, utilizam os meios de locomoção mostrados no quadro a seguir:

Quadro 8 - Meio de locomoção

TRANSPORTE	NÚMEROS
Coletivo	6
Transporte individual – moto	2
Locação – moto-táxi, locação	1
Bicicleta	6
Andando	5

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe ressaltar que o município de Araguaína possui uma estrutura de transporte público bastante precária, com poucas linhas de ônibus e horários, bem como instabilidade na oferta. Acreditamos ser esse fato um complicador para o deslocamento para o trabalho. Tanto que 14 delas utilizam outras formas; a maioria vai ao trabalho de bicicleta ou mesmo a pé. Uma delas recebe auxílio-transporte, mas vai andando para o trabalho para economizar o dinheiro, que diz ser para complementar a alimentação.

Na categoria **trabalho doméstico**, iniciamos apresentando a idade e o tempo de serviço.

Quadro 9 - Idade e tempo de serviço

IDADE	
ENTRE 20 E 30 ANOS	2
ENTRE 31 E 40 ANOS	4
ENTRE 41 E 50 ANOS	11
MAIS DE 50 ANOS	1
TEMPO DE TRABALHO	
ENTRE 2 E 4 ANOS	2
ENTRE 10 E 20 ANOS	4
ENTRE 20 E 30 ANOS	7
ACIMA DE 30 ANOS	5

Fonte: Elaborado pela autora.

Organizamos a exposição dos dados de idade juntamente com os de tempo de serviço para demonstrar que, apesar de termos uma concentração na meia-idade (15 entre 30 e 50 anos), a maior parte, mais precisamente 12 delas, já teria tempo de serviço suficiente para se aposentar, ainda que não possuam a idade mínima, dado termos entrevistadas com 36, 37, 40 e 42 anos de trabalho como doméstica. Isso decorre do fato de terem iniciado a vida profissional ainda na infância. Contudo, nenhuma delas, mesmo a que tem 67 anos de idade, goza de tal benefício em razão da impossibilidade de

comprovar o tempo de serviço.

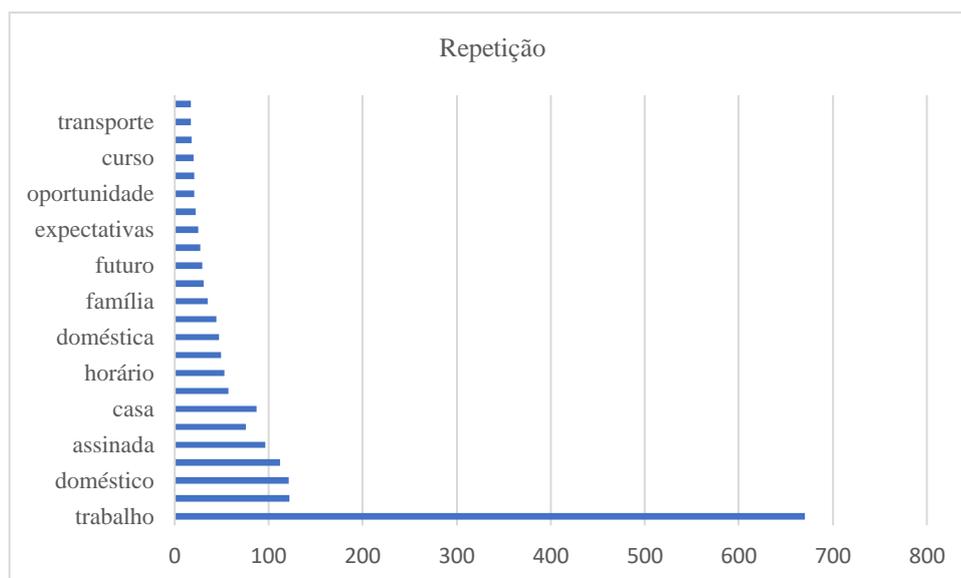
Embora todas saibam dos prejuízos causados pela falta de registro em carteira, relatam a impossibilidade de escolher um emprego que garanta seus direitos trabalhistas. Todas mencionaram que em alguns momentos tiveram o registro, no entanto a maioria cita isso como algo esporádico ou até mesmo ilusório. Ainda com relação às condições de trabalho, apenas uma disse receber alguma remuneração por horas extras, apesar de todas relatarem que em diversas ocasiões precisaram ficar muito além do tempo estabelecido no acordo de trabalho.

Outro aspecto relevante é que, conquanto tenham direito ao horário de almoço, nenhuma delas tirava esse tempo para si; apenas se alimentavam e voltavam para as atividades cotidianas. Como moram longe, não existe a possibilidade de “sair” para o almoço. Em que pesem às condições precárias em termos de garantia de direitos, essa é a única possibilidade de renda para essas mulheres, que precisam sustentar/auxiliar nas despesas da casa e criar os filhos.

O trabalho de análise das narrativas foi realizado com base nas proposições de Bardin (2009), estruturadas em três níveis: (1) pré-exploração do material com organização, (2) transcrição e leitura flutuante, (3) exploração com as primeiras escolhas de categorias e tratamento e interpretação. Nesse último momento, relacionam-se os dados lapidados com as questões e as teorias de pesquisa.

Para efetivação dessas fases nos apoiamos no software webQDA (*Qualitative Data Analysis*) e para auxílio na elaboração dos codificadores utilizamos o sistema de verificação de contagem de palavras repetidas para dar suporte à construção das categorias. Vejamos no gráfico 4, a seguir, como elas aparecem:

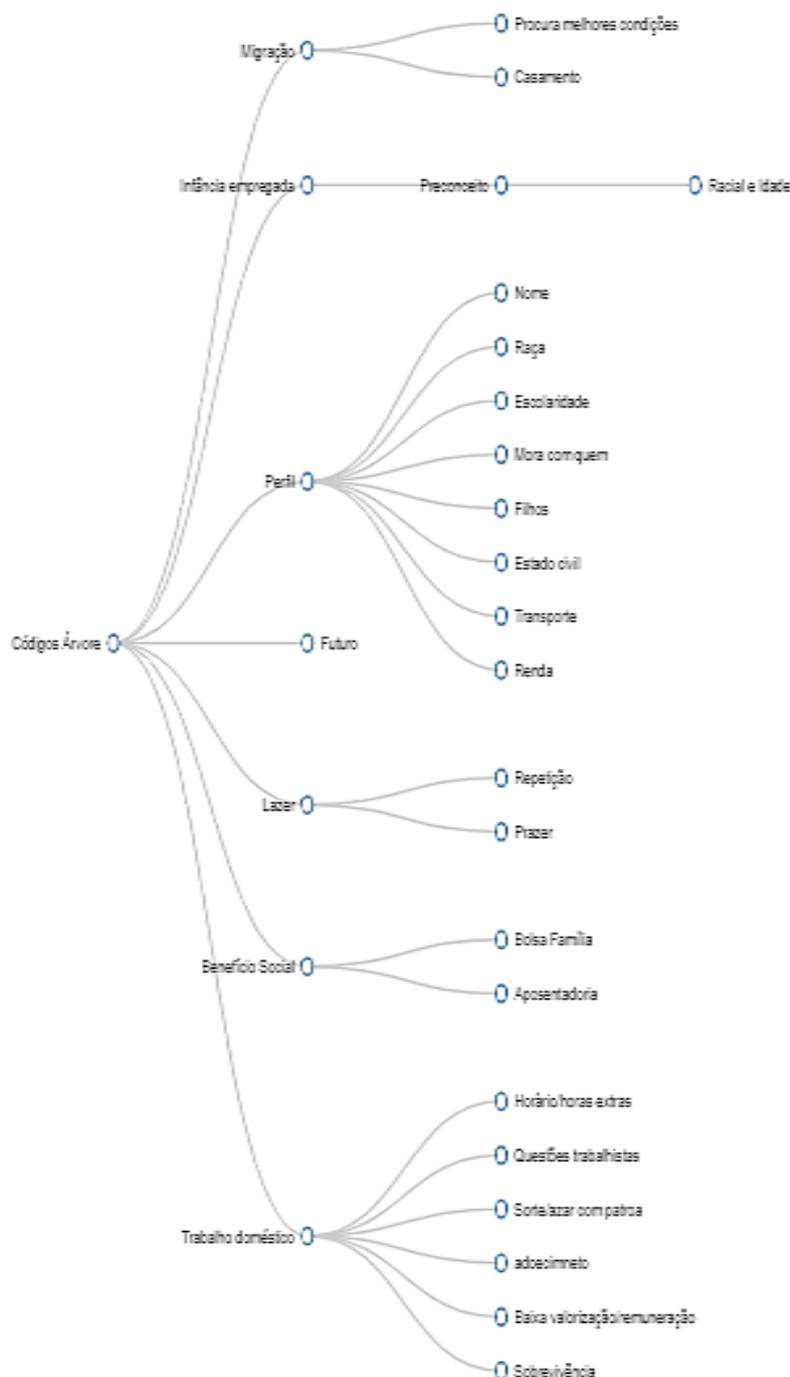
Gráfico 4 – Repetição das palavras



Fonte: Elaborado a partir de dados do webQDA.

Este gráfico é importante por possibilitar a compreensão de que as palavras mais repetidas se referem àquelas que têm relação direta com o objeto da pesquisa: “trabalho, doméstico, assinada, horário”, demonstrando que questões relacionadas aos direitos trabalhistas têm importância para nossa análise. Na sequência, aspectos relacionados ao conjunto de palavras “família, futuro, transporte”. Essa mesma relação pode ser percebida por meio da visualização da nuvem de palavras:

Figura 4 - Nuvem de palavras para estruturação de categorias



Fonte: Elaborado pela autora.

Para a constituição desse código árvore, a parte de perfil com todas as subcategorias foi apresentada anteriormente. Demonstramos os codificadores e suas subcategorias a partir da ordem em que aparecem para caracterizar de forma mais organizada o trabalho. Começamos com **migração**: apesar de termos subdividido em duas frentes, “**migração por melhores condições de vida**” e “**casamento**”, apenas uma única entrevistada se enquadrou nessa última divisão. Vejamos por meio das entrevistas

os motivos de vinda para Araguaína:

porque achava que aqui era melhor do que lá... se enganou... ((risos)). (Cleo², 2019).

porque eu casei e lá onde a gente morava não tinha serviço pro meu marido... aí a gente veio... caçar serviço aqui em Goiás... quando eu cheguei aqui ainda era Goiás... eu encontrei primeiramente naquela tal de feirinha... que foi aonde eu fiquei porque eu não conhecia ninguém aqui... e aí as coisas minha menina acabou... porque a gente trouxe uma filha pequenininha né? e aí nós não tinha dinheiro mesmo... e aí eu saí também caçando serviço... fui cair na feirinha... ((risos)) e lá eu arranjei um (lavado) de roupa dentro do cabaré... (Luzimar, 2019).

procura mesmo de melhoras né? serviço essas coisas (Joselia, 2019).

porque aqui tem mais oportunidade de serviço do que lá... (Wanda, 2019).

porque aqui tem mais possibilidade de se arrumar um emprego... lá é muito fraquinho... cidade pequena... agora que tá mais desenvolvida né... mas lá é muito fraquinho cidade pequena... não tinha muito desenvolvimento... (...) quando eu vim para cá eu montei um negocinho mais a minha irmã... uma lanchonete com um barzinho... aí nós passamos quatro anos mexendo lá... só que aí ficou muito difícil entrou a crise aí nós não demos conta não... aí nós fechamos... (Raissa, 2019).

em busca de melhoras... (...) eu encontrei várias... inclusive eu já vim de lá com o emprego arrumado... quando eu vim... não tem... (Lucia, 2019).

é porque lá não deu certo para mim lá e eu tive que correr mundo e chegar até aqui... (...) porque eu queria garantir a minha vida e lá não tinha trabalho para gente trabalhar o suficiente... (Ana, 2019).

éé:: caçando melhoras... porque lá é ruim pra trabalho/ pra serviço... aí aqui é melhor.. e a gente veio pra cá... (Neila, 2019).

não deu certo quando eu vim né... aí eu conclui o ensino médio e parei de estudar... aí fiz alguns curso e voltei a estudar agora... não tinha muito recurso... lá o salário... é baixo... né... não tinha lugar pra trabalhar... e... a vida lá é assim... tinha... tipo assim... você trabalhava hoje ficava um mês sem trabalhar... não... lá não tinha trabalho... lá não tinha estudo... o estudo lá era só até o ensino médio... cabou ensino médio cabou tudo... não tinha curso... não tinha nada lá... (Mariana, 2019).

ah:: eu vim para cá com sete anos de idade... meu pai morava lá na vila São José no Pará... aí eu vim com a mulher para trabalhar como babá... aí vim com sete anos... ((risos)) sim... também né... porque eu vim mais porque meu pai não tinha condição de me botar na escola... aí eu vim porque a mulher ofereceu dar roupa calçado e me botar na escola né? coisa que o meu pai não tinha condição... ele falou 'não... minha filha vai é uma ótima ideia é ótimo porque eu não tenho condição e os outros também né?' já tinha os outros... meu irmão, minha irmã também né... eles já estavam maiorzinho né... eu era a menor... (Marta, 2019).

Pelas falas percebemos que o principal motivo alegado é a falta de estrutura nos municípios de origem, sobretudo a falta de trabalho e de possibilidade de renda. As

² Todos os nomes utilizados são fictícios.

entrevistas sinalizaram um fortalecimento das teses adotadas em nossa pesquisa. Ao tratar dos processos migratórios, as teorias microssociológicas se manifestaram fortemente, em especial a teoria da atração e repulsão, pois, em grande maioria, a causa das migrações se resume à busca pelo trabalho. Outra pequena parcela das respostas mescla motivações centradas em estudos e melhores condições de vida; em alguns casos, as trabalhadoras vieram ainda crianças, e quando indagadas se sabiam a causa da migração de seus pais, as respostas foram unânimes ao direcionar o trabalho como motivação para a migração.

Na fala da entrevistada Marta, vemos que, além da migração, aparece outro aspecto abordado por nós como uma categoria, que é a “**infância empregada**”. Vimos na caracterização do perfil que quase todas as entrevistadas começaram a trabalhar ainda quando criança. Marta veio para Araguaína com sete anos de idade para trabalhar como babá em troca de roupas, calçados e escola, e, apesar de ela dizer que recebeu o prometido, nos dias atuais isso se caracterizaria como trabalho infantil e também como trabalho escravo. Vamos ver:

sete anos como babá... aí não saí mais não... foi daqui... aí trouxeram meus pais para morar aqui né já... aí 'moremos' numa é chácara aí 'moremos' aí 'fiquemos'... arrumando serviço... trabalhando na roça... aí numa chácara... aí depois a gente acaba ajudando... aí aquela coisa né? meu pai e minha mãe já tavam já de idade... e minha mãe é deficiente também né aí a gente tinha que trabalhar cedo para ajudar também nas coisas... naquela época era tudo mais difícil... pois é... aí então... (Marta, 2019).

eu comecei aos nove anos trabalhar em residência... (Lucimara, 2019).

eu comecei a trabalhar eu acho que eu tinha uns doze anos... onze anos mais ou menos para ajudar minha mãe... (Joselia, 2019).

eu com meus oito anos de idade eu já trabalhava minha querida...(Lucia, 2019).

eu tinha dez anos... comecei com babá/ de babá... (Marla, 2019).

ihh:: desde quando eu era criança... comecei trabalhar com dez anos para fora... por que minha família era grande... e aí fraca de condição... e aí eu fiquei com dó do meu pai aí a gente começou... (Neila, 2019).

Ter começado enquanto criança no mundo do trabalho nos diz muito sobre as condições do Brasil e a imposição para que se repita a cada geração os problemas das anteriores. A união do trabalho infantil, da baixa escolaridade e do fato de serem mulheres pretas ou pardas, migrantes, moradoras da periferia de uma cidade do norte do país é representativa das mazelas sociais estruturais da época da colonização. Nesse cenário, foi possível observar fortemente a divisão sexual do trabalho, ou seja, desde crianças, as meninas são treinadas apenas para a execução de trabalhos reprodutivos e

sem uma educação adequada; são amarradas a essa dinâmica aprendendo desde muito cedo a cuidar de crianças e da casa. Ao serem indagadas se chegaram a encontrar outras possibilidades de trabalho na cidade de Araguaína, a maior parte das participantes alega que até procurou, mas não encontrou, e isso sempre fez com que voltasse “para as cozinhas”.

A inserção no mercado de trabalho não melhorou suas vidas, apenas lhes permitiu continuar vivendo e evidenciou ainda mais a grande questão: a precariedade nas relações de trabalho, demonstrando enorme problema na tessitura da coesão social existente na estrutura do sistema capitalista. São alarmantes os relatos de desrespeito aos direitos trabalhistas, tornando-se possível compreender que, ao contratar uma trabalhadora doméstica, os empregadores têm o comportamento de quem adquire um bem, e que, portanto, as domésticas devem se submeter às demandas da casa. Nesse ponto, trazemos a codificação “**trabalho doméstico**” e a subdividimos em cinco subcódigos, a saber: “**horário/horas extras**”, “**questões trabalhistas**”, “**baixa valorização/remuneração**”, “**sobrevivência**”, “**sorte/azar com a patroa**”.

Iniciamos com os relatos relativos a **horários/horas extras**. Em todos os casos estudados, elas enfrentam dificuldades com limites de horários, que sempre ultrapassam o combinado e igualmente com a remuneração dessas horas extras; verificamos:

u/ assim/ que ele tem que melhorar né? na forma de trabalho... valorizar as pessoas... porque nós que somos doméstica... éé:: nós passa a conviver dentro da casa de família que nós trabalhamos... então assim... ele ter mais educação... respeitar mais... entendeu? ter os limites certos de horário de trabalho... e é isso que eu tenho que falar... e assim... tem que assinar carteira também né...? acertar nossos direitos tudo certinho... eles dão tipo um agrado... um presente... alguma coisa assim... mas não um valor determinado... (Lucimara, 2019).

não... os outros que eu já trabalhei... trabalhava às vezes mais do horário... as pessoas não te respeita... num tem limite... na hora de tu/ só tem a hora de tu entra ... num tem hora de sair... outros mesmo até onde eu já trabalhei com carteira assinada... que... me puxava o sangue... trabalhava bastante... e às vezes tu não recebia nem um muito obrigado pelo teu esforço... (Vivi, 2019).

porque a mulher tinha um filho... e aí ele chama chácara e acabavam deixando a criança comigo para poder... para eles poderem chegar, né? diziam que vinha logo e não via aí passava até do meu horário... até mais... já chegou até de eu sair do serviço sete... oito horas por aí... (Renata, 2019).

já... já aconteceu... ixi... já aconteceu de eu sair do emprego onze horas da noite... meia-noite... uma hora... tá entendendo? já chegou... já chegou...(...) não... só a hora mesmo marcada determinada... só o preço mesmo da hora determinada... somente.... (Lucia, 2019).

sempre eles exigem às seis da manhã né... às sete por aí... aí eu já trabalhei num serviço que eu sair à boca da noite chegava/ saía cedo e só chegava à noite...(...) aposentadoria... depois que você perde o trabalho você não tem direito ao seu salário as suas licenças...(Neila, 2019).

sim... mas quando eu entrei a minha... é... meu horário de ir embora seis hora... aí hoje... o meu horário de embora é seis e meia só que eu só saio de lá sete... sete e dez... sete e quinze... essa é a hora que eu saio de lá... porque ela sempre atrasa pra chegar do colégio... sim... frequentemente acontece... tem dias que eu preciso dormir... tem dias que eu saio nove horas e teve dias que eu já saí até dez da noite... éé::: único... esse ano que começou agora... dois mil e dezenove não... esse ano eu quase não fico lá até nove ... dez... ou dormir mesmo lá... né? mas antigamente eu ficava... quase todo dia precisava do meu trabalho... dia de sábado... não... nenhuma hora extra... eu trabalhava... de dois mil e dezoito pra trás né... eu trabalhava dia de sábado... chegava em casa no domingo oito... nove horas da manhã que era hora que eles acordava... era a hora que eu chegava em casa... e o Araguaia também... mês de julho eu sempre trabalhava os finais de semana... e quando eu tinha folga era quando eu pedia... eu falava assim "não... tô cansada... eu preciso folgar... tipo hoje para viajar de novo na próxima semana..." então assim... tipo assim as duas últimas semanas de junho... e a primeira semana de agosto... trabalhava diretão... o mês de junho diretão... seguido... aí às vezes eu tinha uma ou duas folgas... que era quando eu pedia porque eu tava cansada mesmo... contra a vontade deles... aí eu tinha essa folga...(Mariana, 2019).

().. com o trabalho doméstico eu não tenho não... que eu nem/ sinceridade eu sou revoltada... eu nem gosto de trabalhar como doméstica... eu nem gosto... porque assim... toda casa que você trabalha tem gente que trata a gente bem... eu tenho umas patroas minhas que eu lembro com muito carinho assim... por mais que elas não me davam carteira assinada... mas tinha aquele respeitozinho... (...) ‘aí eu falei... então tá... já que não é preciso eu vir... então a senhora acerta meus direitos... porque tem dois anos que eu tô aqui e eu quero tudo certinho...’ aí ela falou que não ia acertar... aí eu falei... ‘não... então eu vou procurar meus direitos...’ fui num contador... aí do contador... aí deu uns cinco... cinco e pouco... aí ela pegou e ligou pra mim... tentou conversar comigo... tentou entrar em acordo... como eu fiquei com dó dela... eu entrei em acordo... eu peguei só mil/ mil reais... (Leila, 2019).

recebo nada... eu não recebo nem o salário... recebo só novecentos e cinquenta... porque o salário novecentos e setenta e oito por aí... né? (Marta, 2019).

Na primeira narrativa acima, Lucimara relata que recebe um “agrado” como pagamento pelas horas extras. No entanto, menciona que nunca é remunerada adequadamente, apesar de em muitos momentos passar do horário de trabalho. Dessa forma, Vivi expressa-se muito bem ao dizer que só existe o horário de entrada, e não o de saída do trabalho, pois todas elas ficam à mercê dos patrões com relação a isso, principalmente nos casos em que o trabalho doméstico envolve cuidar de crianças pequenas. Mariana, em seu relato, vai além e relata sobrecarga aos finais de semana; dormia todos os sábados na casa dos patrões e ia embora somente no domingo de manhã, pois precisava cuidar da criança. A situação piorava no período de praias³ no Tocantins. Entre o final de junho e o começo de agosto trabalhava todos os finais de semana, sem folga por ter que auxiliar a família empregadora nos momentos de lazer. Dois aspectos

³ Entre o final de junho e começo de agosto, em razão da baixa das águas dos rios, aparecem bancos de areia formando praias que são muito apreciadas na região, e faz parte da cultura local passar os finais de semana em acampamentos às margens dos rios.

importantes devem ser considerados nessas narrativas: primeiro, a exploração e a falta de limites de horários de trabalho e, em segundo, a não remuneração desse tempo trabalhado.

No caso de Mariana, observa-se a necessidade de alegação de exaustão para a obtenção de folga aos finais de semana, bem como a jornada durante todo o sábado com chegada a própria casa somente no domingo pela manhã. O lazer também é mencionado pela entrevistada, que espontaneamente mencionou o Araguaia, uma das principais referências para o lazer no mês de julho, como algo importante, mas que, em razão do excesso de trabalho, torna-se mais difícil a possibilidade de acessá-lo.

Esses relatos nos levam a outro ponto. Leila nos fala de uma negociação de saída do emprego e como ela cedeu à negociação, haja vista ser o lado mais fragilizado do contrato de trabalho e lhe faltarem as ferramentas sociais de proteção para o enfrentamento da situação. O desrespeito às leis trabalhistas nos leva ao segundo subcódigo, **questões trabalhistas**, que versa justamente sobre a falta de regulamentação das relações de trabalho, na maioria dos casos estudados, ao longo de toda a vida dessas mulheres. Vamos a elas novamente:

h:: é bom e é ruim... eu só trabalhei disso... eu achava até bom... só é ruim porque não era carteira assinada... não tinha os benefícios de carteira assinada... mas eu sempre recebi direitinho mesmo sem a carteira assinada... eu sempre tive sorte com patroa... entende? (...) ... é aquele tipo da coisa... você sabe... mas quando você precisa é o que acha e tem que ir... né? (...) : não... eu acho que hoje... hoje... agora... nesse tempo de agora tá melhorando né... porque hoje em dia não pode mais... não é todo mundo que coloca uma pessoa pra trabalhar de doméstica e não assina a carteira... porque hoje é obrigado... no meu tempo não era não... nem... era se o patrão quisesse... hoje em dia não... a pessoa já entra e já quer que assine a carteira né? (Cleo, 2019).

pois é... mas aí eu trabalho para pessoas honestas comigo aí... né?(Luzimara, 2019).

eu sei... aham... mais o negócio é que a gente não acha remunerado pra assinar carteira... aí... aí a gente trabalha aqui e aculá... porque num querem ne... (...) é que você já tem que pagar né os direitos da gente... aí eles não querem por isso... entendeu? pra não poder correr o risco... às vezes a pessoa denunciar ne essas coisas? acho que é isso né... (Wanda).

sim... sem carteira assinada... nunca eles assinavam... sempre eles prometiam... mas nunca eles assinavam... a carteira... né... e até hoje é sem assinar... (Renata, 2019).

sem carteira de trabalho assinada... já tem... olha eu já tenho quarenta e dois anos de idade... eu já tenho quase quarenta anos...(...) nunca... eu inclusive... que nem eu tô te falando... eu nunca tive uma carteira de trabalho... agora que eu tô lutando para isso porque eu tô ficando velha... e eu preciso... (Lucia, 2019).

eu trabalhava de doméstica... trabalho até hoje mas... é só isso que eu fazia... mas nunca encontrei um patrão que reconheça o direito das domésticas...

(Ana, 2019).

eu não tenho nem o que falar... porque eu não tenho estudos pra mim tá exigindo alguma coisa... né? eu não tive tempo... (Marla, 2019).

... eu trabalhei nove meses de carteira assinada quando eu era babá noturna... aí eles assinaram a minha carteira... só que foi um assinado assim que tipo assim eu não teria tipo FGTS né... aquelas parcelas que recebem quando sai... foi um assinado que não estava inclusa essa parte aí... foi só para assinar mesmo só para não dizer que estava trabalhando sem carteira assinada...(Mariana, 2019).

a gente precisa... então é melhor ficar calada...mas nunca recebi nenhum benefício... trabalhando de carteira... a não ser o meu salarinho... saía do serviço... nunca tive nada... nada... nada... nem nada...(Leila, 2019).

nunca trabalhei... de carteira assinada... inclusive... as pessoas pegavam minha carteira... 'não... vou assinar tua carteira...' aí passava passava passava... e e (...) 'não... nós vamos assinar depois, vamos assinar agora não...' ficava só me enrolando... falava... 'não é porque tem que pagar agora isso... não sei o quê não sei o quê lá...' e aí me enrolava direitinho... e eu... 'hum... tá certo'... tenho... tenho... tenho noção sim... mas fazer o quê mulher... a gente/ eu não vou botar ninguém na justiça... porque ainda é pior para a gente... porque mesmo lado/ o lado que arrebenta é o mais fraco da gente... né? fazer igual ditado... 'a corda se arrebenta do lado mais fraco...' né? e siá... botar uma pessoa na justiça a gente que fica suja... aí o patrão sempre sai liso... essas pessoas que têm dinheiro... (Marta, 2019).

ei sim... eu perco o seguro-desemprego... a aposentadoria... éé:: auxílio auxílio-doença, caso chegue a acontecer alguma coisa... eu tenho consciência disso... que eu perco tudo isso aí...(Josi, 2019).

éé:: deve/ deve causar muito né... mas a gente não achando né... assim de carteira assinada a gente tem que trabalhar né... porque logo a gente tem filho né... (Maria, 2019).

As falas acima demonstram que nenhuma delas teve ou tem seus direitos reconhecidos como trabalhadoras; em alguns casos, citam alguns períodos com a carteira assinada, Mariana, por exemplo. No entanto, o que nos chama a atenção nesse último caso é que a entrevistada afirma ter sua carteira de trabalho assinada, mas nunca teve direito ao FGTS ou ao auxílio-desemprego. Compreendemos se tratar de informação contraditória, o que nos permitiu concluir que na verdade essas carteiras foram assinadas de modo irregular. Em outras tantas vezes, essas trabalhadoras nunca tiveram a carteira de trabalho assinada e hoje não sabem se é melhor deixar sem assinar ou se ainda há ganhos reais na formalização.

Constatamos que a falta de conhecimento sobre seus direitos trabalhistas paralisa essas mulheres diante das situações, além do medo de recorrer à Justiça e serem marcadas socialmente, o que dificultaria o acesso a novos empregos. Outras até têm consciência dos direitos trabalhistas que possuem, mas escolhem abandonar esses direitos para conseguir a inclusão na zona de vulnerabilidade social, como é o caso de Marta, que tem consciência de seus direitos, sabe que poderia estar resguardada pela

proteção do Estado, mas teme perder o pouco que ainda lhe resta, caso vá à Justiça requerer a proteção trabalhista. Observamos também os relatos de Luzimara, que afirma trabalhar para pessoas honestas, no sentido de que eles lhe pagam, apesar de não oferecerem os benefícios a que tem direito. E emblemática é a afirmação de Lucia ao nos dizer que nunca teve carteira de trabalho.

A falta de acesso aos direitos e a necessidade de continuar a luta pela vida cotidiana fazem com que essas mulheres aceitem as condições que lhes são impostas, chegamos assim ao subcódigo “**sobrevivência**”. Nele alocamos justamente as falas que se referem à impossibilidade de outros horizontes em razão da obrigação de ganhar o pão todos os dias e a falta de oportunidades para quem tem baixa escolaridade.

procurei... só que aqui é mais complicado... pra gente poder arrumar... tem que ter um grau de escolaridade mais alta... tem que ter um curso... tem que ter muita coisa... então é por isso que a gente procurou o doméstico porque ele não exige tanto... u/ assim/ que ele tem que melhorar né? na forma de trabalho... valorizar as pessoas... porque nós que somos doméstica... éé:: nós passa a conviver dentro da casa de família que nós trabalhamos... então assim... ele ter mais educação... respeitar mais... entendeu? ter os limites certos de horário de trabalho... e é isso que eu tenho que falar... e assim... tem que assinar carteira também né...? acertar nossos direitos tudo certinho... (Lucimara, 2019).

é porque eu não tive orientação de nada né... aí eu queria saber era que eu trabalhasse para eu ganhar meu dinheiro... (Luzimara, 2019).

geralmente pela necessidade de tá trabalhando... às vezes você num tem oportunidade de encontrar um outro trabalho... então a gente às vezes é obrigada a aceitar a realidade... o que tem pela frente... ((risos)) (Vivi, 2019).

experiência de nada... só mesmo para trabalhar... e pra comer e pronto... porque outra coisa não tem como fazer... é isso mesmo... (Joselia, 2019).

não faz... é... facilitou muito minha vida ne por que o servi... é... que é única coisa que eu sei fazer aí fui adquirindo minhas coisinha... comprando... criando minha casa...(Wanda, 2019).

não... assim... porque eu já ando também cansada... assim... de tá limpando... não tem? é porque é um serviço cansativo meu amor... todos os dias... todos os dias você faz a mesma coisa... sabe? não é todo dia que a gente tá afim daquilo... não tem? tem o dia que tem... sabe? aí às vezes eu vou porque eu preciso eu preciso sabe? porque aqui eu não tenho parente nem aderente aqui é só eu... só eu sozinha então eu tenho que trabalhar... tenho que trabalhar para me manter... porque eu gosto de uma boa comida... eu gosto de um bom perfume... uma boa roupa... tá entendendo? então eu tenho que agir (Lucia, 2019).

moço... é um trabalho honesto... um trabalho que a gente/ não é a opção da gente... né? assim... aqui/ eu como não tenho estudo... eu tive que vir pro... né? tive que pegar o doméstico mesmo... do lar... porque senão... não ia sobreviver... (Marla, 2019).

é porque eu tinha que trabalhar pra manter a casa... né e aí se eu fosse fazer... é... continuar o estudo num dava... pra mant/ pra... pra trabalhar e pra estudar porque num... num tempo que eu vim... eu trabalhava e... muito

das vez eu saia do trabalho muito tarde... então... de qualquer forma eu não iria dá pra fazer um... uma faculdade porque eu saia muito tarde do trabalho... a única oportunidade de emprego que eu encontrei aqui... foi trabalhar na cozinha mesmo... eu espalhei currículos em várias lojas... e... não tive não... então não tive muita opção... outro meio... exatamente... e eu tenho medo também de sair... não consegui um rápido e ser despejada né... (Mariana, 2019).

Ah sim porque... éé:: no custo naquela época era mais difícil aí tem que trabalhar sempre para ajudar os pais em casa né... e meu pai era assim/ não tinha estudado mais a minha mãe também né... então ele não ligava muito para essas coisas e nem incentivava a gente também não... aí como a condição era fraca eu não tinha condição de pagar curso essas coisas... aí eu não fui não (Marta, 2019).

Três pontos fundamentais desses recortes referem-se à falta de escolarização, à falta de estrutura econômica familiar e ao fazer doméstico como único saber em razão da naturalização dessas atividades pelas meninas. Lucimara demonstra ter a percepção de que a falta de determinados padrões educacionais é um complicador na sua capacidade de escolha e que isso limita seus horizontes. Em decorrência disso, acaba por recorrer à súplica por ser bem tratada e ter seus direitos reconhecidos. Luzimara, por sua vez, fala-nos da falta de orientação, e indiretamente nos menciona as impossibilidades da vida devido às fragilidades sociais postas por sua família. Vemos nesses casos quase uma sina familiar, réplica de sofrimento que passa de uma geração a outra. Marla nos diz que se não fosse o trabalho doméstico não tinha como sobreviver. Enfim, estamos falando de uma profissão que é continuação da exploração da vida alheia naquilo que tem de mais penoso: a impossibilidade de decidir sobre a própria existência.

Josélia nos aponta as limitações que a própria remuneração impõe; só é possível comer, não sobra para mais nada, e, assim, a vida é tocada sem nenhuma alternativa ou perspectiva de melhora. Sobre esse ponto, entramos em mais um subcódigo, “**baixa valorização/remuneração**”, que diz respeito ao não reconhecimento social do trabalho doméstico de forma simbólica e/ou financeira. Podemos observar nos seguintes trechos:

olha é um serviço que ele é bom... só que por eles não pagarem o valor certo... não compensa gente tá trabalhando... a gente trabalha muito bem a pouco... (Lucimara, 2019).

não... só esse mesmo... para quem não tem um grau né... de estudo... avançada é só esse mesmo que encontra... ah:: era/ ‘pela’ uma parte era muito cansativo né? assim o serviço é muito serviço por pouco dinheiro né... mas eu achava bom... dava pra suprir as necessidades... né? om... eu acho isso muito triste... né? porque a pessoa que trabalha... ela não recebe aquilo que/ eles não veem o que a gente faz e acabam dando um valor... né... muito baixo... eles não reconhecem o esforço que a pessoa tem... (Renata, 2019).

porque... a gente... por mais que a gente se esforça pra fazer o melhor... a gente nunca agradecido por aquilo que a gente faz... nunca é valorizado... no caso... tipo assim... eu faço algo... uma diferença ali a pessoa/ o patrão ele não enxerga por aquele lado bom... entendeu? eu acho isso... patrão é assim...

a gente se é bom pro patrão... quando a gente tá fazendo o que eles quer... se você fazer um pouquinho... já não é bom... eu tenho experiência própria disso... é... e não é recompensado... eu não tô dizendo gratificar em dinheiro... mais pelo menos gratidão o tipo assim 'gostei tal'... (Claudia, 2019).

eu acho eu acho que é muito pesado... assim... porque a gente vai pro serviço... vai para o serviço de manhã cedo... você mesmo assim você vai dar uma diária hoje você sai de manhã você só chega cinco horas... cinco e meia... né? e o dinheirinho é só aquele (Maria, 2019).

Há a percepção geral das entrevistadas de que o trabalho efetivado não é valorizado financeiramente nem simbolicamente. E, apesar de todo o esforço, a remuneração será sempre aquela minimamente suficiente para suprir as necessidades da vida. Claudia reforça que não existe o reconhecimento pelo trabalho ou mesmo alguma manifestação de gratidão, fato reiterado por Renata ao dizer que não dão valor nem reconhecem o esforço. Essa subcategoria complementa as discussões sobre os direitos trabalhistas, o excedente de horas trabalhadas e a não remuneração, evidenciando uma vez mais que ainda há a percepção de que a empregada doméstica é objeto a ser explorado na vida do lar.

Ser tratada como objeto da residência é evidenciado também nas falas que vinculam o ser “bem tratada” como uma situação do acaso da vida, como se a trabalhadora pudesse ter “**sorte/azar com a patroa**”, o que configura mais uma subcategoria de análise. Ter sorte refere-se a ser bem tratada, a ser remunerada e menos explorada do que em outras experiências; ter azar passa, sobretudo, pelas situações de humilhações no cotidiano das relações. Verificamos nos seguintes recortes tais situações:

:: é bom e é ruim... eu só trabalhei disso... eu achava até bom... só é ruim porque não era carteira assinada... não tinha os benefícios de carteira assinada... mas eu sempre recebi direitinho mesmo sem a carteira assinada... eu sempre tive sorte com patroa... entende? (Cleo, 2019).

pra mim... no que eu tô agora... é maravilhoso graças a Deus... tem uns patrão maravilhoso... me respeita... trata da maneira correta... então desse último, que eu tô trabalhando eu não tenho nada o que falar que mal deles...(Vivi, 2019).

não... porque... às vezes a gente encontra uma patroa boa... às vezes a gente é muito humilhada... eu já encontrei muita patroa boa... mas eu já encontrei muitas que já me humilhou muito... (Neila, 2019).

primeiro... porque eu peguei paixão pela menina né... mas é por outro lado também eu já tentei sair agora às vezes só que eu não consegui trabalho... de qualquer forma eu não consegui... (Mariana, 2019).

().. com o trabalho doméstico eu não tenho não... que eu nem/ sinceridade eu sou revoltada... eu nem gosto de trabalhar como doméstica...eu nem gosto... porque assim... toda casa que você trabalha tem gente que trata a gente bem... eu tenho umas patroas minhas que eu lembro com muito carinho

assim... por mais que elas não me davam carteira assinada... mas tinha aquele respeitozinho de falar ‘não... vou te deixar na tua casa...’ essa que eu trabalhei dois anos... que era uma senhorinha... ela queria/ ela exigia que eu saísse sete horas daqui de casa/ sete horas da manhã eu tinha que tá na casa dela... eu tenho trauma de/ é sério... não gosto... as meninas falavam pra mim/ eu falava/ eu passei dois anos empurrando carinho... as meninas falavam ‘nega... eu arrumei um serviço pra tu...’ eu falava... ‘mulher... não vou não...’ não vou ... é muito raro... porque a gente é muito pisado... em trabalho doméstico... (Leila, 2019).

e... assim... minhas experiências é boa... graças a Deus, até hoje eu nunca tive assim... aquela patroa ruim... minhas patroas sempre... Deus tem sido bem misericordioso... minhas patroas tudo é gente boa... tudo legal... e eu gosto assim... (Josi).

Ressaltamos nos recortes acima mais uma vez a condição da divisão sexual do trabalho, não somente por parte das empregadas domésticas, mas sobre a referência “a patroa”, evidenciando que, mesmo quando o serviço é terceirizado, é a mulher a responsável por lidar e coordenar as atividades domésticas. Portanto, a subcategoria faz referência à posição da mulher que contrata e ainda assim continua responsável por aquelas atividades. Posto isso, vemos nos trechos percepções do quanto as relações de trabalho passam por aspectos relacionais, positivos ou não. Podemos citar Mariana, que diz ter se apaixonado pela garotinha de quem cuida há oito anos, além das dificuldades de arrumar outro emprego. Também é possível evidenciar o quanto está à mercê dos outros e em suas casas complicam as relações, a ponto de Cleo enunciar que, apesar de não ter seus direitos trabalhistas reconhecidos, sempre teve sorte com a patroa. A sorte advém da sensação de não ter sido diretamente tratada com desconsideração, situação presente na fala de Leila: “A gente é muito pisado”.

A percepção de que ser bem tratada é obra do acaso, e não de exploração nas relações de trabalho, é descrita por Josi como atribuição da misericórdia de Deus. O sofrimento instituído pela própria vida e as diversas vulnerabilidades fazem com que essas mulheres coloquem aquilo que é da ordem do abuso moral como algo natural e cotidiano.

Algumas das trabalhadoras relacionam o adoecimento físico e emocional ao trabalho, o que nos leva a mais uma subcategoria: “**adoecimento**”:

Porque muitas das doenças vem através desse serviço doméstico... porque acaba adoecendo... acaba/ inclusive no meu serviço eu levei uma queda... né? porque eu tava fazendo um serviço lá né... passando sabão em pó... e café e né... machucou aqui as costas... então... eu acho que eles não veem isso... acabou que eu adoeci lá e eles não me deram nenhum apoio nenhum remédio nem nada... eu tive que sair... mas... graças a Deus...(Renata, 2019).

eu tenho trauma de/ é sério... não gosto... as meninas falavam pra mim/ eu falava/ eu passei dois anos empurrando carinho... as meninas falavam ‘nega...

eu arrumei um serviço pra tu...' eu falava.... 'mulher... não vou não...' não vou ... é muito raro... porque a gente é muito pisado... em trabalho doméstico... (Leila, 2019).

né... ficar nessa vida a vida inteira... porque é um trabalho digno como outro qualquer né... mas só que aí é cansativo... né? você chega em casa e não descansa nunca... mulher... é a verdade... nós que sabe... porque tem as coisas de lá e trabalha aqui... faz a mesma coisa... então é muito cansativo... aí eu pretendo melhorar né...(Marta, 2019).

e aí eu trabalhava até um tempo desse eu trabalhava... agora esses tempos que eu vivo doente a dor nessa juntas... (Maria, 2019).

até dezembro do ano passado... aí... ela me chamando... porque nós se dava muito bem... assim... eu me dei muito bem com ela... aí eu digo 'não... não dou conta porque eu tenho problema de coluna e eu acho que eu não dou conta mais de puxar o rodo não...' aí ela... 'não... tu vem... que aí tu faz pelo menos essa parte mais leve, aí eu arrumo uma pessoa pra fazer as diárias...' e assim foi feito né... aí depois... com o tempo eu fui acostumando aí agora eu dou conta do serviço tudo... não preciso mais/ aprendi dividir as tarefas tudo... (Raissa, 2019).

Renata nos apresenta a noção de que o tipo de trabalho é gerador de inúmeras patologias e expõe sua situação, pois sofreu um acidente de trabalho, que em condições trabalhistas normais deveria ser reportado aos órgãos competentes gerando direito à licença-saúde remunerada. No entanto, considerando as condições às quais é submetida, constitui-se a inexistência de qualquer tipo de amortecimento social, ficando ainda mais exposta às adversidades da vida.

Leila apresenta uma patologia emocional que chama de “trauma”, o que a fez ficar um bom tempo sem trabalhar em razão da necessidade de se manter afastada daquilo que provoca sofrimento. Inseridos na mesma questão temos os relatos de Marta, que, apesar de não citar adoecimento, consegue demonstrar que a característica do trabalho como prolongamento das atividades do lar em ciclos repetitivos é também geradora de problemas.

Muito esclarecedor é o recorte exposto por Raissa, por relatar problema na coluna que a impossibilita de trabalhos pesados, “puxar o rodo”, como nos diz. Ainda assim ela se adapta ao ritmo e assume todas as funções da casa. Da mesma forma que não estão resguardadas no presente em casos de adoecimento ou acidentes de trabalho, essas mulheres também não têm perspectiva de parar de trabalhar de forma digna, uma vez que “**aposentadoria**” não está em foco em decorrência da informalidade de seus contextos de atuação. Vejamos o que nos dizem:

não... aposentar né? porque eu não tenho mais condição de trabalhar... muito... tentando até hoje nunca consegui nem se encostar... (Joselia, 2019).

eu tenho... porque quando a gente for... inclusive aposentar... vai dar muito trabalho né... porque a gente não contribui né com nada... aí fica difícil...

(Renata).

eu não entendo nada disso... porque assim eu não tenho nada que comprove minha aposentadoria futuramente... porque eu nunca trabalhei de carteira assinada... nunca... aí agora até tenho medo de assinar e prejudicar... porque eu já tô com quarenta e dois anos e nunca trabalhei de carteira assinada...(Raissa, 2019).

já... já imaginei... nossa... eu já tenho pensado futuramente no meu aposento... não tem... o tanto que vai complicar para mim... sabe? porque até hoje eu nunca contribuí eu nunca contribuí porque a gente/ Eu sei disso que tem que ter uma contribuição... tá entendendo? (Lucia, 2019).

ah:: eu acharia melhor a gente ter que trabalhar de carteira assinada porque futuramente você vai ter o seu direitos e chegar o seu tempo de aposentar né...(Ana, 2019).

ei sim... eu perco o seguro-desemprego... a aposentadoria... éé:: auxílio-doença, caso chegue a acontecer alguma coisa... eu tenho consciência disso... que eu perco tudo isso aí... (Josi, 2019).

minha irmã eu não sou aposentada eu tenho sessenta e cinco anos e não me aposentei... sou viúva também... não mexi também ainda... (Maria, 2019).

Todas elas têm consciência dos prejuízos com relação ao presente e ao futuro, especificamente Maria, que já sofre as consequências da falta de regulamentação de seu trabalho. Vemos um duplo efeito perverso: mulheres pobres que iniciam a vida no trabalho ainda crianças e que em sua maioria não conseguirão ser remuneradas na velhice em razão da permanente exploração.

As condições de vida e de trabalho apresentadas até aqui permitem entender os resultados que encontramos com relação ao “**lazer**” dessas mulheres. Nesse ponto, percebemos duas frentes distintas: a primeira se vincula ao que chamamos de “**lazer por repetição**”, ou seja, aquela em que a trabalhadora associa seu tempo livre e descanso somente à repetição das próprias tarefas domésticas ou a satisfações fisiológicas, como “dormir” ou “descansar”; a segunda se refere ao “**lazer por prazer**”, no qual se realiza alguma atividade que gera alguma sensação de contentamento. Começemos com o lazer de repetição:

ficar em casa mesmo... mexendo no celular... não tem outra coisa... ((risos)) (Joselia, 2019).

às vezes eu deito... porque televisão não gosto... não tem? eu deito... ou vou arrumar minha casa... tá entendendo? ou então eu deito... porque eu gosto de deitar ficar deitada... não tem... pensando sabe? (Lucia, 2019).

em casa... arrumando minha casa... (Marla, 2019).

eu... eu gosto de nada... ficar em casa... ((risos))... ficar em casa... é porque eu sou caseira eu não gosto de ficar...(Neila, 2019).

descansar... minha irmã... ((risos)) é muito puxado o dia-a-dia da

gente...(Claudia, 2019).

mulher... eu acho que eu não tenho nem momento/ quando eu tô sem fazer nada aqui eu fico só deitada aqui nesse sofá mesmo... de um lado pro outro... de um lado pro outro... ou então pego alguma coisa e leio... mexo no celular... mas só... mas eu quase não paro aqui em casa não... (Leila, 2019).

eu faço um geladinho... eu faço uma coxinha... eu faço um pastelzinho... eu vou botando aí... e vou né... (Maria, 2019).

Vemos por essas falas que é até difícil narrar o que se faz. Leila chega a dizer que nem tem esses momentos. O lazer é uma atividade que deveria ser compreendida como aquele período do dia em que a pessoa desenvolve atividades que lhe ofereçam bem-estar físico e emocional, mas, nos casos aqui apresentados, acabam funcionando ou como repetição das atividades do trabalho ou como recuperação desse labor. Já no segundo tipo de lazer, evidenciamos algum nível de prazer na atividade:

eu sempre vou pra chácara da minha irmã... pra poder dar uma espairecida... (Lucimara, 2019).

ahh:: bater perna... ((risos)) eu gosto de ir pra banho... vou MUITO... toda semana eu vou... o que eu mais gosto é de ir pra banho... que eu vou pra churrasco na casa dos amigos mas eu não bebo aí... eu gosto mesmo é de ir pra banho... (Cleo, 2019).

geralmente eu tô na igreja... ((risos)) (Vivi, 2019).

eu gosto de ir para igreja né... eu gosto muito de ir para igreja... (Renata, 2019).

ahh:: eu gosto de ouvir música... (Ana, 2019).

Temos poucos relatos entre as entrevistas sobre esse lazer que se desprende da atividade do labor e permite outras experiências, como nos casos de Vivi e Renata, que encontram isso na igreja, de Lucimara, que “espairece” na chácara, e de Cleo, que menciona gostar de se banhar em rios, essas duas últimas com um tipo de lazer muito comum na região de Araguaína; por fim, Ana relata que gosta de música. De todas as entrevistas, apenas cinco relataram tais aspectos vinculados à diversão.

Considerando a perspectiva de fechamento de nossa análise de conteúdo, entramos no “**futuro**”, em que vemos que suas percepções sobre o futuro se estabelecem em referência a uma vida de privações e ausente de perspectivas:

não tenho nenhuma não... oh::: não tenho expectativa não... eu levo a vida assim ... se deu... deu... se não deu... eu não penso no futuro... não penso não...(Josi, 2019).

ahh:: eu pretendo não trabalhar muito tempo não... é bem cansativo... eu quero procurar outro rumo...(Lucimara, 2019).

eu no dia que Deus me aposentar aí eu quieto... (Luzimara, 2019).

que melhore cada vez mais né... porque é um serviço que mesmo que a pessoa num queira você precisa... (Vivi, 2019).

ão... não... não quero mais essa vida mais pra mim... é ruim demais... a gente é muito escravizada... trabalho doméstico... por mais que a gente faz... a gente ainda/ a patroa ainda acha a gente ruim... (Neila, 2019).

moço... acho que só se acabar mesmo de tanto trabalhar... ((risos)). (Marla, 2019).

ah:: eu pretendo melhorar né... agora eu vou ver se eu arrumo um de carteira assinada... agora eu vou ver se sobra mais um dinheirinho para eu poder fazer uns cursos né... também não quero ficar a vida inteira trabalhando de doméstica... ((risos)) (Marta, 2019).

h... mulher... eu não tenho nenhuma porque eu acho que eu não aguento trabalhar muito tempo de empregada doméstica não... e aí eu fico pensando... porque assim... eu não tem uma profissão... não sei fazer nada/ praticamente o serviço que eu sei é de casa... de dona do lar... porque eu casei nova... fui ter filho... fui ter casa... e essas coisas... é mesmo não fiz uma faculdade... eu quero estudar... voltar a estudar... não vai demorar... eu acredito que nesse outro ano na vontade do senhor eu vou voltar a estudar de novo porque eu preciso me qualificar né... alguma coisa né... porque esse serviço doméstico ele é bom mas ele judia muito... eu mesmo não aguento mais puxa rodo muito tempo não... cansa demais muito cansativo... (Raissa, 2019).

eu pretendo... éé:: não... eu pretendo encontrar um trabalho diferente... assim no mercado... não tem? e subir assim... porque assim o meu grau de estudo ajuda um pouquinho... não tem? sabe? Então eu pretendo modificar... de tudo que eu arrumar minha carteira de trabalho... não tem? eu pretendo arrumar outro/ outra função... outro tipo de trabalho... (Lucia, 2019).

não... a minha expectativa esse ano que eu vou estudar pra mim fazer outros cursos pra mim poder sair desse serviço... (Wanda, 2019).

com esse trabalho eu não tenho expectativa não... eu espero concluir minha faculdade né... fazer um concurso e... ter uma oportunidade melhor... sim... meus planos é terminar né... a faculdade... que com fé em Deus eu chego lá... e começar a trabalhar né... e assim ter o meu tempo... viver minha vida... porque eu não vivo eu não tenho uma vida para ser vivida aí nessa parte né... ter um filho né... porque eu quero ter meus filhos... também não dá para ficar só no filho dos outros né... eu quero ter meu filhos e talvez... (Mariana, 2019).

Os relatos acima se iniciam com a fala marcante de Josi, que vive o presente e prefere nem pensar no futuro, seguidos dos relatos de outras quatro participantes, que, apesar de quererem algo além das atuais condições nas quais se encontram, não conseguem vislumbrar nada diferente, quase como que esperando um milagre. Luzimara nos diz que se aposenta quando Deus quiser. Já Marta, Raissa, Lucia e Wanda colocam no futuro dois pontos: ter carteira assinada e conseguir fazer algum curso para melhorar a vida. De todas elas, a única que parece já ter encontrado um caminho é Mariana, que faz faculdade de Pedagogia e menciona a vontade de constituir família. Esses resultados com relação ao futuro coadunam com as proposições da vulnerabilidade social imposta a essas mulheres.

Pensar no futuro, fazer planos, mudar o rumo daquilo que é ruim não está

no campo das possibilidades, ainda que elas venham tentando desde criança e que o ato de migrar por si só possa ser caracterizado como uma dessas tentativas de mudar os rumos das próprias vidas. Sem apoio de políticas públicas eficazes e conseqüentemente sem condições socioeconômicas torna-se extremamente difícil constituir novas possibilidades na vida pessoal, profissional e familiar.

5 Considerações Finais

As cidades médias na Amazônia Legal apresentaram nas últimas três décadas crescimento demográfico acelerado e, em perspectiva comparativa, demonstramos que seus percentuais são maiores do que aqueles verificados para seus respectivos estados e para o Brasil; são, portanto, centros de atração migratória. Araguaína é parte desse conjunto de cidades e entre os anos de 2010 e 2020 superou em aproximadamente 10% o aumento populacional observado no Estado do Tocantins e no Brasil. A partir de nossa experiência na área jurídica, mais especificamente atuando com trabalhadoras domésticas como advogada pleiteando causas trabalhistas não observadas na relação empregadores-empregadas, consideramos o contexto supracitado para problematizar a inserção das domésticas no mercado de acordo com os conceitos de filiação e desfiliação apresentados pela literatura que discute o mundo do trabalho.

Sendo assim, estruturamos como objetivos identificar a origem e os motivos da migração das trabalhadoras domésticas para uma cidade média, Araguaína-TO; identificar o perfil de mulheres migrantes trabalhadoras domésticas em Araguaína-TO a partir das variáveis: idade, etnia, escolarização, local de moradia; identificar e analisar o modo como a vulnerabilidade social dessas mulheres estrutura sua desfiliação social. Nosso trabalho partiu da perspectiva do método dialético apoiado na perspectiva teórica de análise dos movimentos migratórios via atração e repulsão, *push-pull*, e se estruturou como qualitativo a partir da realização de entrevista com dezoito trabalhadoras domésticas no município de Araguaína.

Realizamos as entrevistas nas casas das trabalhadoras domésticas aos finais de semana em decorrência de escolha delas acerca do melhor local, dia e horário. Utilizamos como critério de seleção serem maiores de idade e atuarem como domésticas por pelo menos quatro anos antes da realização das entrevistas, bem como a dinâmica da solidariedade social, de acordo com a qual entrevistadas indicaram outras trabalhadoras e em razão do pertencimento social observamos que os locais de moradia se assemelham: estão situados em regiões periféricas, distantes do centro da cidade, onde se localizam seus locais de trabalho. Chamou-nos a atenção o fato de todas as casas serem muito simples, sem muros, com poucos móveis e com a presença constante em todas elas de crianças e adolescentes em números sempre maiores que três.

As entrevistas foram analisadas a partir da constituição de três grandes categorias e suas respectivas subcategorias. Intitulamos a primeira grande categoria de movimentos migratórios e de locomoção; o objetivo desse segmento de interpretação das entrevistas consistiu em verificar as causas da migração considerando as variáveis

família, estudos e trabalho. Verificamos ainda a locomoção intraurbana e o meio de transporte utilizado para os deslocamentos. Constatamos em sua quase totalidade que as domésticas vieram de municípios com condições socioeconômicas significativamente mais frágeis do que aquelas observadas no município destino das migrações, ou seja, Araguaína-TO. Tal constatação ocorreu ao recortarmos três indicadores sociais em perspectiva comparativa entre todos os municípios de origem das trabalhadoras de Araguaína. Os indicadores utilizados foram o índice de desenvolvimento municipal proposto pela FIRJAN, a mortalidade infantil (número de mortos a cada cem mil nascimentos) e a população ocupada.

Intitulamos a segunda grande categoria de vulnerabilidade social e buscamos averiguar idade e raça, essa de acordo com o critério de autoidentificação proposto pelo IBGE, renda individual e familiar, bem como o número de moradores em suas respectivas casas. Constatamos um cenário de significativas vulnerabilidades quando doze entrevistadas mencionaram ter entre três e cinco filhos, oito mencionaram residir com mais quatro a seis pessoas, nove disseram ser casadas ou estar em união estável e nove disseram ser solteira ou viúva, sendo que esse último dado nos mostra que metade delas atua como chefes de família, cuja estrutura é monoparental. Dezesete entrevistadas se declararam pretas ou pardas. No que diz respeito à escolaridade, oito das entrevistadas não têm os primeiros anos do ensino fundamental cursados, uma delas diz nunca ter estudado por falta de oportunidade, e dez têm o ensino médio completo. Considerando a variável renda, somando as que recebem menos de um salário mínimo, temos 50% da amostra tendo que sobreviver com menos que o considerado mínimo por mês. Dez das entrevistadas são inscritas no Programa Bolsa Família, e a maioria começou a trabalhar ainda na infância, com idades que variam entre oito e dezesseis anos. Uma das famílias é constituída pela avó e suas netas. Quanto à forma de locomoção para o trabalho, seis informaram que se deslocam via transporte coletivo, seis de bicicleta e cinco caminhando.

Denominamos a terceira grande categoria de trabalho doméstico e buscamos observar a idade e o tempo de trabalho. Doze entrevistadas mencionaram ter tempo de serviço suficiente para obter a aposentadoria, mas paradoxalmente não atingiram a idade mínima para tal, uma vez que nos informaram idades como trinta e seis, trinta e sete, quarenta e quarenta e dois anos. Tal fato se dá em razão de o início nas atividades do trabalho doméstico ter ocorrido ainda durante a infância e não há como comprovar o tempo de trabalho e contribuição devido à informalidade das relações laborais. No que diz respeito à regulamentação dos horários de trabalho, apenas uma das entrevistadas

mencionou receber hora extra, e todas afirmaram permanência nos locais de trabalho para além dos horários previamente combinados com os respectivos empregadores. Em relação ao horário de almoço, todas afirmaram ter direito a esse tempo, no entanto, em razão de residirem em setores distantes de seus locais de trabalho, o tempo é insuficiente para o deslocamento e, portanto, as refeições são realizadas no próprio local de trabalho e imediatamente após seu fim retornam ao trabalho.

Entre as quinze palavras mais faladas durante as entrevistas obtivemos: trabalho, doméstica, assinada, casa, família, futuro, horário, expectativas, oportunidade e transporte. Ou seja, há centralidade do trabalho, referência às principais condicionantes de acesso ao trabalho, como oportunidade, transporte e carteira assinada. A nuvem de palavras igualmente reforçou tais marcadores e nos apresentou como traços mais fortes as palavras: trabalho, carteira, casa, horário, mora, tempo e benefício.

Constatamos vulnerabilidades diversas, como baixa escolaridade, precarização generalizada nas relações de trabalho, locais de moradia em setores descentralizados no município e, portanto, acesso precário a equipamentos urbanos de lazer. Reafirmamos a relação teoria-empíria ao demonstrar as variáveis de atração e repulsão que incidem sobre os movimentos migratórios que têm como destino o município de Araguaína, sendo essa a última etapa de um processo de crescimento demográfico que se replica em localidades na Amazônia Legal com características similares.

Reafirmamos a necessidade de políticas públicas nos diversos níveis da federação, com mais eficácia para a superação das vulnerabilidades observadas ao longo de nossa pesquisa. A legislação de proteção trabalhista constitui-se indubitavelmente em um salto significativo. No entanto, tais mecanismos e debates carecem de abordagem por outra seara significativamente delicada, que diz respeito à fiscalização das condições de trabalho das domésticas. Como adentrar, com instrumentos de fiscalização, espaços privados, residências, que diferem de espaços privados de prestação de serviços e atendimento ao público? Políticas públicas de desenvolvimento e fixação de população nos pequenos municípios que apresentam baixa dinamicidade econômica e que, portanto, se tornam locais de repulsão de imigrantes são igualmente necessárias para a devida resolutividade da questão das migrações de mulheres que terão como única alternativa em seus locais de destino o trabalho doméstico.

Constatamos ao longo do desenvolvimento da pesquisa diversas outras questões a serem estudadas e que em razão dos limites e escolhas que fizemos não puderam ser aqui abordadas. Em um contexto de significativas mudanças sociais como o no qual atualmente nos encontramos, faz-se necessário produzir permanentemente dados que

possam subsidiar a construção de mecanismos de combate às diversas vulnerabilidades geradas por nossas históricas desigualdades econômica, de gênero e de raça. Encerramos nossas considerações afirmando que o contexto de pandemia global causada pela COVID – 19 produz muitos impactos visíveis no mundo do trabalho, mais efetivamente entre os trabalhadores menos qualificados, por exemplo, as empregadas domésticas.

Referências

ALLEN, Amy. **The power of feminist theory: domination, resistance, solidarity**. Boulder: Westview Press, 2000.

ALVES, Amauri Cesar; LINHARES, Roberta Castro Lana. Vulnerabilidade no trabalho doméstico. **RJBL, Revista Jurídica Luso-brasileira**, ano 5, n. 6, p. 93-127, 2019.

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. *In*: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo Valente (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3081?mode=full>. Acesso em: 02 de maio de 2019.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 4, p. 35-70, 2003. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8659>. Acesso em: 08 jan. 2020.

AMAZÔNIA- Brasil. **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009.

ANTERO, Roberto. Urbanização Pela Migração em Araguaína (TO), 2016. Revista eletrônica Caminhos de Geografia, Uberlândia-MG. v. 17, n. 59 p. 1-15, set. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/> ISSN 1678-6343. Acesso em: jan. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. Coimbra: CES/Almedina, 2009.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAGUAÍNA. Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente, Ciência E Tecnologia. **Plano Municipal De Água E Esgoto (PMAE)**. 2013. Disponível em: <http://araguaina.to.gov.br/portal/pdf/13.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. O Brasil diante da dinâmica migratória intrarregional vigente na América Latina e Caribe: tendências, perspectivas e oportunidades em uma nova era. **Revista Brasileira Política Internacional**, v. 50, n. 2, p. 118-12, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292007000200008>. Acesso em: 08 jun. 2019.

AVILA, Maria Betânia M. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

BARBOSA, Luciana Cândido. **Trabalho doméstico**: uma análise das condições de trabalho das empregadas domésticas sindicalizadas do município de João Pessoa – PB. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BASTOS, Ludimila Corrêa. **Trabalho doméstico, relações de gênero e educação**: um estudo com educandas/os do EJA. 2017. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BECKER, Bertha Koiffmann. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia. **A Amazônia como um território estratégico e os desafios às políticas públicas**. 2014. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1787>. Acesso em: 03 ago. 2020.

_____. **A Urbe amazônica**: a floresta e a cidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BELOQUE, Leslie Denise. **A cor do “trabalho informal”** – uma perspectiva de análise das atividades “informais”. 2007. 225 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

BONOMO, Juliana Resende. **O que é que a quitandeira tem?** Um estudo sobre a memória e a identidade das quitadeiras de Minas Gerais. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BRAGA, Luana *et al.* O trabalho doméstico e a domesticação das domésticas. *In*: CONGRESSO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: CRESS, 2013.

BRANDÃO, André Augusto. Conceitos e coisas: Robert Castel, a “desfiliação” e a pobreza urbana no Brasil. **Emancipação**, v. 2, n. 1, p. 141-157, 2002.

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Social. **Diagnóstico Intersetorial Municipal**: Desenvolvimento das Ações Estratégicas Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília: MDS, 2016. Disponível em: 1506583_PA_Santa_Maria_das_Barreiras.pdf. Acesso em: 05 maio 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico [...]. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRITES, Jurema Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 422-451, maio/ago. 2013.

BRITO, Jorge Luis Silva; GUEDES, Luciano da Silva. Caracterização socioeconômica da microrregião geográfica de Araguaína (TO).

OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v. 6, n. 17, p. 91-103, 2014. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/6edicao/n17/5.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

BRUMES, Karla Rosário; SILVA, Márcia. A migração sob diversos contextos.

Boletim de Geografia v. 29, n. 1, p.123-133, 2011. Maringá, PR. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/10183/0>. Acesso em: 27 maio 2019.

BRUNA, Gilda C.; STEINBERGER, Marília. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. *In*: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo Valente (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.35-77.

Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3081/5/cap_2_cidademedias.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

CAL, Danila Gentil Rodriguez. **Comunicação e trabalho infantil doméstico**: política, poder, resistências. Salvador: EDUFBA, 2016.

CALSING, Renata de Assis; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli. **Trabalho decente doméstico**: a nova Lei Complementar 150/2015. 2016. Disponível em: 2016_calsing_renata_trabalho_decente.pdf. Acesso em: 23 mar. 2020.

CANDOTTI, Ennio. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia. **É sustentável o desenvolvimento da Amazônia? 2014**. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1787>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

_____. As transformações da questão social. *In*: BÓGUS, Lúcia; YAZBEK Maria Carmelita; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela (org.) **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000. p.235-264.

_____. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. 9. ed. Petrópolis, RJ: editora Vozes, 2010.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. *In*: CASTELLS, Manuel (org.). **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 169-285.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia-GO: Ed. da UCG, 2003.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da; MENDES, Jéssica Andretta; LIMA, Viviana Mendes; MOREIRA, Bruno Henrique Colombari. Entre a cidade legal e a cidade ilegal: a realidade das pequenas cidades da Amazônia - um estudo de Ponta de Pedras,

Pará. **Urbe. Rev. Bras. Gest. Urbana**, v. 6, n. 1, p. 127-139, ja./abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/urbe.06.001.AC03>. Acesso em: 18 jul. 2020.

DAHLET, Véronique Marie Braun. O proceder da pesquisa: quais as relações entre problemática, dissertação e corpus? **Revista Letras**, v. 21, n 1, p. 127-132, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11535>. Acesso em: 04 jun. 2019.

DEMARTINI, Z.; TRUZZI, O. (org.). **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EDUFScar, 2005.

DURAND, Jorge; LUSSI, Carmen. **Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações**. Jundiaí: Paco Editora, 2015.

FRAGA, Alexandre Barbosa. **De empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

FRANCISCO, Daniele Monteiro; SOUZA, Jayne Lino Ferreira; PELEGRIN, Mari Ângela. O trabalho doméstico e sua regulamentação. **Colloquium Humanarum**, v. 12, n. Especial, p. 787-793, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

HAZEU, Marcel Theodoor. **O não lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**. 2015. 337 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) UFPA, Belém-PA . Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7771>. Acesso em: 08 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=170210>. Acesso em: 9 abr. 2019.

_____. **REGIC 2018** - Regiões de Influências das Cidades. 2018. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=downloads>. Acesso em: 22 ago. 2020.

_____. **Tabela 200** - Censo Demográfico. 2010. (Contém dados atualizados do ano de 2012). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200>. Acesso em: 15 maio 2019.

_____. **Tabela 617** - Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/617>. Acesso em: 02 maio 2019.

_____. **Tabela 3586** - Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3586>. Acesso em: 04 maio 2019.

_____. **Tabela 4097** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua Trimestral. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4097#resultado>. Acesso em: 03 jun. 2019.

- KAMADA, Fabiana Larissa. **A regulamentação do trabalho doméstico à luz da teoria feminista**: da invisibilidade ao reconhecimento. 2012.172f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.
- KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos avançados**, v. 16, 45, p. 37-61, maio 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- KONDER, Carlos Nelson. Vulnerabilidade Patrimonial e Vulnerabilidade Existencial: por um sistema diferenciador. **Revista de Direito do Consumidor**, v. 99, p. 101-123, 2015.
- LEAL, Carolina Maria. Divisão sexual do trabalho: reprodução das desigualdades de gênero. **Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís, 2011.
- LIFSCHITZ, Javier Alejandro. As quitadeiras de Minas Gerais: memórias brancas e memórias negras. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 51, n. 2, p. 193-200, maio/ago. 2015.
- LIMA, Juscelino Gomes; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. Cidades médias brasileiras a partir de um novo olhar denominacional e conceitual: cidades de comando regional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 8-41, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.42.8-41> Acesso em: 11 jun. 2019
- MACIEL, Fabrício. Trabalho e vulnerabilidade: a questão social na obra de Robert Castel. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes, v. 16, n. 2, p. 113-128, maio/ago. 2014.
- MARCONI. M. A.; LAKATOS. E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. **O Novo Direito Privado e a Proteção dos Vulneráveis**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- MARTINS, Conceição Garcia; LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de. Relações de gênero no trabalho doméstico: um estudo a partir da realidade das trabalhadoras do Instituto Federal de Santa Catarina. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, ano 13, n. 23-24, p. 27-36, jul./ago./set./out./nov./dez. 2011.
- MATOS, Ralfo Edmundo da Silva *et al.* **Espacialidades em Rede**: População, Urbanização e Migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Editora Arte, 2005.
- MATSUMOTO, Dária Sirqueira. O trabalho doméstico remunerado e feminino: rupturas e continuidades. 2017. 143 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2017.
- MELO, Hildete Pereira de. **O serviço doméstico remunerado no Brasil**: de criadas a trabalhadoras. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão, 565).
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 01-

12, abril. 2017.

MORAIS, Itamar Araújo. **Araguaína (TO):** enquanto cidade média no contexto regional. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/17339>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

NODARI, Felipe; SOARES, Mauren do Couto; WIEDENHOFT, Guilherme Costa;

NOGUEIRA, Tamis Porfírio C. C. Ramos. Mucama permitida – a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 3, n. 04, p. 47-58, out./dez. 2017.

NOVAIS, Liliane Capilé Charbel; KITAGAWA, Adriana Aparecida do Vale; BERTOLDI, Delaine Regina. Trabalho doméstico infantil: quando o lar é o ambiente servil. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, Cuiabá, v. 2, n. 3, p. 327-347, jul./dez. 2016.

NUNES, Ivana de Oliveira. Migração e divisão sexual do trabalho: um olhar para o trabalho das mulheres. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL*, 6.; *ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL*, 13., 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Wesley/Downloads/20267-57905-1-SM.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

OLIVEIRA, Mirian. Contribuição do Maxqda e do NVivo para a Realização da Análise de Conteúdo. *ENCONTRO DA ANPAD*, 38., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, Windsor Barra Hotel & Congressos 2014. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_EPQ929.pdf. Acesso em: 07 jun. 2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto Alves de. **Redefinição da centralidade urbana em cidades médias**. **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 205-2020, jun. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1982-45132008000100014>. Acesso em: 01 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Juventude e Trabalho Informal no Brasil**. **Brasil**. Brasília: OIT; IPEA, 2015.

PACÍFICO FILHO, Miguel *et al.* **Cidades médias na Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades**. **Redes**, v. 25, ed. especial, p. 1477-1503, 2020.

PEIXOTO, Jorge. **As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macrossociológicas**. Instituto Superior de Economia e Gestão - SOCIUS Working Paper n. 11, 2004. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2037>. Acesso em: 14 maio 2019.

PEREIRA, Maria Selma de Castro. **Levantamento bibliográfico dos estudos e pesquisas institucionais norteadores dos planos de desenvolvimento da Amazônia**. Belém: SUDAM, 2019. Disponível em: http://www.sudam.gov.br/conteudo/menus/referencias/biblioteca/arquivos/catalogos_bibliograficos/REFERENCIAS-SOBRE-OS-PLANOS-DE-DESENVOLVIMENTO.pdf. Acesso em: 18 jun. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013.

RAVENSTEIN, Ernest G. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, v. 48, parte I, p. 167-227, 1885.

RAVENSTEIN, Ernest G. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, v. 52, parte II, p. 241-301, 1889.

REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século XVIII. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n. 8, p. 73-85, 1989.

SABÓIA, Ana Lúcia. **As meninas empregadas domésticas**: uma caracterização socioeconômica. Estudo realizado para o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). Rio de Janeiro: OIT, 2000.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTANA, Vilma S. *et al.* Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais. **Revista de Saúde Pública**, v. 37, n. 1, p. 65-74, 2003.

SANTOS, Gisele; FLORIANE, Nádia P. **Migrações na América Latina Contemporânea**: processos e experiências humanas. Curitiba: Ed. UFOR, 2018. (Coleção Semeando Novos Rumos).

SANTOS, Roberto Souza. A construção da Rodovia BR-153 na fronteira e urbanização da cidade de Araguaína, Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 20, n. 3, p. 97-114, set./dez. 2017.

SILVEIRA, Alair Suzeti. Estado do bem-estar social e desfiliação social. **Política e Sociedade**: Revista de Sociologia Política. v. 12, n. 24, p.145-176, 2013. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/21757984.2013v12n24p145/25562>. Acesso em: 04 jun. 2019.

SOARES, Filipe Menezes. **O Governo Médici E O Programa De Integração Nacional (Norte E Nordeste)** – Discursos E Políticas Governamentais (1969-1974). 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em:
[em:https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/15711/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FILIPE%20UFPE%20pdf.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/15711/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FILIPE%20UFPE%20pdf.pdf). Acesso em: 01 jul. 2020.

SODRÉ, Reges; RAMIRES, Júlio Cesar de Lima. Contribuições ao estudo das cidades médias: Araguaína, Gurupi e Palmas no Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 1, p. 169-188, jan./abr. 2017.

SOUSA, Luana Passos; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, p. 123-139, maio 2016. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123. Acesso em: 04 maio 2019.

SOUZA, Marcela Fernanda da Paz. **Mapeamento de gênero no mercado de trabalho informal**: análise entre as regiões metropolitanas e a cidade de Juiz de Fora. 2014. 278f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SUCUPIRA, Fernanda. Divisão sexual do trabalho e o tempo cotidiano das mulheres de baixa renda. **Ideias**, v. 7, n. 1, p. 15-40, out. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/ideias.v7i1.8649509>. Acesso em: 14 maio 2019.

TELES, Marcela Pereira Lima. **Políticas redistributivas em Araguaína – TO**: consequências do Programa Bolsa Família a partir dos dispositivos Lei-Família-Escola. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais), – Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2020.

TRIANI, Felipe da Silva. Algumas observações históricas sobre os métodos científicos: ressonâncias epistemológicas. **Revista Corpus et Scientia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 20-36, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Projeto de norma linguística Urbana Culta – RJ**. s/d. Disponível em: <http://www.nurcrj.letas.ufrj.br/historico.htm>. Acesso em: 03 maio 2019.

VALLIBÜTTOW, Maria Emília. Trabalho doméstico: as percepções sociais sobre a PEC das domésticas. *In*: JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 4.; JORNADA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015, Pelotas, RS.. **Anais**, 2015. Disponível em: [Microsoft Word - resumo expandido jornada \(ufpel.edu.br\)](https://www.ufpel.edu.br/microsofword/resumo-expandido-jornada) . Acesso em: 01 jun. 2021.

VASCONCELOS FILHO, João Manoel. **O direito à moradia e o discurso de implantação de políticas públicas habitacionais na perspectiva de construção de cidades saudáveis e democráticas**: reflexões sobre Araguaína-TO. 2013. 2019 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

VERAS, Maura Pardini B. Notas ainda preliminares sobre exclusão social, um problema brasileiro de 500 anos. *In*: VERAS, Maura Pardini B. (org). **Por uma sociologia da exclusão social, o debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC, 1999. p. 13-48

VIECELI, Cristina Pereira. **Emprego doméstico no Brasil** – raízes históricas, trajetórias e regulamentação. São Paulo: LTR Editora, 2017.

VILLEN, P. **Mulheres na imigração qualificada e de baixa qualificação**: uma modalidade da divisão sexual do trabalho no Brasil. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDO DO TRABALHO, 7., 2013, FGV, São Paulo - SP. **Anais** [...]. : , 2013. Disponível em: [Mulheres na imigração qualificada e de baixa qualificação: uma modalidade da divisão sexual do trabalho no Brasil - PDF Download grátis \(docplayer.com.br\)](https://www.docplayer.com.br/mulheres-na-imigracao-qualificada-e-de-baixa-qualificacao-uma-modalidade-da-divisao-sexual-do-trabalho-no-brasil-pdf-download-gratis) . Acesso em: 21 mar. 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

WACHOWICZ, Lílian Anna. A dialética na pesquisa em educação. **Revista Diálogo**

Educacional, v. 2, n. 3, p. 171-181, jan./jun. 2001.

Anexo

Entrevista semiestruturada com as trabalhadoras empregadas domésticas do Município de Araguaína – TO

1. Qual o seu nome completo, data de nascimento, nível de escolaridade (estudou? Até que série?) e etnia (cor)?
2. Qual sua renda individual e familiar?
3. Qual seu estado civil?
4. possui quantos filhos? Com quem você reside?
5. Tem companheiro? A quanto tempo?
6. Você é natural de onde e (porque você mudou para Araguaína?) quais fatores influenciaram você a se mudar e a permanecer no município de Araguaína? E qual o peso do trabalho remunerado nesta decisão? (ter trabalho na cidade influenciou você a se mudar?)
7. Você encontrou oportunidades de trabalho? Quais?
8. E a quanto tempo você trabalha como doméstica?
9. A quanto tempo você trabalha como empregada doméstica? O que você acha do seu trabalho?
10. Em que bairro do município você mora?
11. em que bairro trabalha?
12. Qual meio de transporte você utiliza ir para o trabalho?
13. já se mudou de residência para facilitar (o trabalho) as relações de trabalho?

14. Qual seu período de trabalho (quanto tempo trabalha por dia?)
15. possui intervalo para o almoço?
16. Faz parte ou conhece alguma cooperativa de produção ou capacitação para o mercado de trabalho?
17. (Já trabalhou com carteira assinada?) Você sempre trabalhou com a carteira de trabalho assinada? Se a resposta for negativa, perguntar a participante quais os motivos que as levaram a aceitar o trabalho sem a carteira de trabalho assinada e se imaginam os prejuízos causados pela ausência da carteira de trabalho assinada.
18. Acontece de você ter que permanecer no trabalho após seu horário de expediente? E caso aconteça, faça, você recebe hora-extra?
19. Quais são suas expectativas para o com o trabalho doméstico? (E o futuro?)
20. e o que você gosta de fazer?
21. Minhas perguntas acabaram, tem mais alguma coisa eu você considera importante dizer sobre seu trabalho ou sobre qualquer outra coisa?